



**“ESSA CASA NÃO É DO INCRA, ESSA CASA É MINHA”:**  
EFEITOS FUNCIONAIS E SIMBÓLICOS DO CRÉDITO HABITACIONAL  
EM UMA RESEX MARINHA DA AMAZÔNIA

---

DÉBORA MELO ALVES





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
LINHA DE PESQUISA: AÇÕES PÚBLICA E COLETIVA, TERRITÓRIO E  
AMBIENTE

DÉBORA MELO ALVES

ORIENTADORA: TÂNIA GUIMARÃES RIBEIRO

**“ESSA CASA NÃO É DO INCRA, ESSA CASA É MINHA”**: EFEITOS FUNCIONAIS  
E SIMBÓLICOS DO CRÉDITO HABITACIONAL EM UMA RESEX MARINHA DA  
AMAZÔNIA

BELÉM - PARÁ

2023

DÉBORA MELO ALVES

**“ESSA CASA NÃO É DO INCRA, ESSA CASA É MINHA”:** EFEITOS FUNCIONAIS  
E SIMBÓLICOS DO CRÉDITO HABITACIONAL EM UMA RESEX MARINHA DA  
AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Área de concentração: Sociologia

Linha de Pesquisa: Ações Públicas e Coletivas, Território e Ambiente.

Orientadora: Prof.a Dra. Tânia Guimarães  
Ribeiro

BELÉM - PARÁ  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

---

A474e Alves, Débora Melo.  
"ESSA CASA NÃO É DO INCRA, ESSA CASA É  
MINHA" : Efeitos funcionais e simbólicos do Crédito  
Habitacional em uma Resex Marinha na Amazônia / Débora  
Melo Alves. — 2023.  
183 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Tânia Guimarães Ribeiro  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2023.

1. Amazônia. 2. Reserva Extrativista . 3. Habitação.  
4. Política Pública Habitacional Rural. 5. Dimensões da  
Habitação. I. Título.

---

CDD 301

DÉBORA MELO ALVES

**“ESSA CASA NÃO É DO INCRA, ESSA CASA É MINHA”:** EFEITOS FUNCIONAIS  
E SIMBÓLICOS DO CRÉDITO HABITACIONAL EM UMA RESEX MARINHA DA  
AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Data da aprovação: 01/02/2023

Conceito: Aprovado

**Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Guimarães Ribeiro (Orientadora)  
PPGSA - UFPA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Examinadora Interna)  
PPGSA - UFPA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joana Valente Santana (Examinadora Externa)  
PPGSS - UFPA

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup>. Sebastião Rodrigues da Silva Junior (Examinador Externo)  
PPLSA - UFPA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Izabela da Silva Jatene (Suplente)  
PPGSP - UFPA

BELÉM - PA

2023

*Dedico este trabalho às moradoras da Reserva Extrativista  
Marinha Caeté Taperaçu. Que elas sigam orgulhosas dos seus  
lares e continuem acreditando em dias melhores.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço os moradores e moradoras da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, especialmente os que entrevistei nas comunidades da Vila do Treme e da Vila do Castelo. Essa dissertação só foi possível graças às pessoas que me receberam em suas casas, em seus lares, e se disponibilizaram a falar sobre suas histórias e, principalmente, sobre o significado que a moradia possui em suas vidas. Além disso, agradeço às lideranças da associação da Resex por sempre me receberem bem em todas as minhas idas à Bragança. Espero que, em alguma medida, este trabalho possa contribuir para olharmos as políticas públicas habitacionais sob a perspectiva dos que são contemplados por elas.

Agradeço o Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente (ACTA), e minha orientadora Tânia Guimarães Ribeiro por terem me dado a oportunidade de participar de algo muito maior do que eu, que me possibilitou tantas experiências acadêmicas e não acadêmicas. A orientação que recebi nesses quase 7 anos atuando na pesquisa, contribuiu para o meu amadurecimento pessoal e principalmente, profissional.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFGA) pela dedicação durante o curso de mestrado, mesmo em um período de desafios e dificuldades impostos pela pandemia de Covid. Obrigada também às professoras Maria Jose Teisserenc e Joana Valente, que são uma inspiração para mim e aceitaram participar da banca de defesa da dissertação.

Gostaria de agradecer meus amigos e parceiros de pesquisa. Carla e Talita, pela companhia nas idas à Bragança e pelo exemplo como profissionais. Claudia, obrigada pela parceria acadêmica, especialmente nesses últimos meses. Victor, sou grata pelas dicas, amizade e apoio nesses 7 anos. Agradeço também o Alexandre por ter sido um grande parceiro nos campos que realizei em Bragança, sem esse apoio tudo teria sido muito mais difícil.

Agradeço ao casal querido Marcelo Vallinoto e Tânia Vallinoto por terem me recebido em seu lar em Bragança-PA, me dando o suporte material e familiar que tanto foi necessário durante todos os campos que realizei ao decorrer da pesquisa.

Obrigada aos meus amigos Victor Matheus, Fernando Galvão, Eliane Martins, Victor Chermont, Bianca Abraham, Claudilenny Castro, Ricardo Fiel, Joice Ribeiro e

Erika Fiel, pelas trocas sobre a vida pessoal, profissional e acadêmica. Vocês são minha base sempre que eu preciso, e me impulsionam a acreditar em mim mesma e a ir em busca dos meus sonhos. Vocês são a família que eu pude escolher.

Agradeço Odinaldo Alves, meu pai, e Graça Melo, minha mãe, por me darem suporte para continuar estudando e conseguir terminar a graduação e o mestrado. Agradeço às minhas irmãs Neide Melo e Vitória Melo por sempre torcerem por mim e me amarem incondicionalmente. Agradeço meu namorado Fernando Avelar, por me apoiar em tudo o que eu faço e sonhar junto comigo. Seu apoio, amor e dedicação me fortalecem a cada dia.

Por fim, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Pará (UFPA), que me recebeu em 2016 no curso de Ciências Sociais, que me auxiliou com a bolsa PROAD durante o período de graduação e de estágio voluntário na iniciação científica. Agradeço também o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, e um agradecimento especial à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), pela bolsa de pesquisadora, que me apoiou financeiramente para cursar um mestrado com dedicação exclusiva, apesar das dificuldades impostas pela pandemia e por um governo que estava empenhado em desconsiderar a ciência e a educação.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a implementação do Crédito Habitacional do II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT), que possibilitou a construção de habitações para uma parcela da população. A REMCT está localizada no município de Bragança, e é um território onde residem pescadores e capturadores de caranguejo. Esta análise busca identificar como a dinâmica local afeta e modifica as proposições funcionais da habitação que também é constituída por sua dimensão simbólica, a qual está inscrita na história de vida dos atores e no modo de viver em uma Resex; e, se a política de habitação em questão possibilitou ganhos na qualidade de vida dos contemplados por ela. A metodologia utilizada é predominantemente qualitativa, baseada na revisão bibliográfica, na análise de entrevistas feitas com as moradoras da REMCT, lideranças e técnicos, e de atas e documentos oficiais. Dados quantitativos levantados em bases oficiais são usados de forma complementar, com vistas a enfatizar as principais questões destacadas nas entrevistas. No que se refere ao campo teórico, parto da perspectiva da sociologia que possibilita analisar as relações entre Estado e sociedade, destacando a importância dos atores, processos e estruturas, com destaque à dimensão social (CORTÊS e LIMA, 2012), e por essa abordagem permitir apurar a compreensão do papel dos grupos sociais, cujas interações possuem poderes para influenciar as estratégias, os projetos e os resultados das políticas públicas (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012). Os resultados vêm mostrando que a política do Crédito Habitacional do II PNRA tem potencial para reduzir desigualdades, isto porque a construção de habitações destinadas a populações empobrecidas, propicia um teto para morar e traz consigo estruturas funcionais como quartos, sala, cozinha, banheiro e água encanada, capazes de proporcionar mais qualidade de vida. Por outro lado, a política pública em questão não considerou aspectos regionais nem ambientais, e por tratar-se de um tipo de Unidade de Conservação a implementação da política deveria dialogar com a questão da sustentabilidade do território, considerando também a participação das populações locais na construção e implementação da política habitacional.

**Palavras-Chave:** Amazônia; Reserva Extrativista; Habitação; Política Pública Habitacional Rural; Dimensões da Habitação.

## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the implementation of the Housing Credit of the II National Program for Agrarian Reform (II PNRA) in the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve (REMCT), which enabled the construction of housing for a portion of the population. REMCT is located in the municipality of Bragança, and it is a territory where fishermen and crab catchers live. This analysis seeks to identify how the local dynamic affects and modifies the functional propositions of housing, which is also constituted by its symbolic dimension, which is inscribed in the life history of the actors and in the way of living in a Resex; and, if the housing policy in question enabled gains in the quality of life of those contemplated by it. The methodology used is predominantly qualitative, based on a bibliographical review, on the analysis of interviews with REMCT residents, leaders and technicians, and on minutes and official documents. Quantitative data collected on official bases are used in a complementary way, with a view to emphasizing the main issues highlighted in the interviews. With regard to the theoretical field, I start from the perspective of sociology that makes it possible to analyze the relations between State and society, highlighting the importance of actors, processes and structures, with emphasis on the social dimension (CORTÊS and LIMA, 2012), and through this approach allow to refine the understanding of the role of social groups, whose interactions have powers to influence the strategies, projects and results of public policies (LASCOUMES and LE GALÈS, 2012). The results have shown that the II PNRA Housing Credit policy has the potential to reduce inequalities, because the construction of housing for impoverished populations provides a roof over which to live and brings functional structures such as bedrooms, living room, kitchen, bathroom and water. piped, capable of providing more quality of life. On the other hand, the public policy in question did not consider regional or environmental aspects, and as it is a type of Conservation Unit, the implementation of the policy should dialogue with the issue of sustainability of the territory, also considering the participation of local populations in the construction and implementation of the housing policy.

**Keywords:** Amazon; Extractive Reserve; Housing; Public Rural Housing Policy; Dimensions of Housing.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu 70

Figura 2 - Planta Baixa do Modelo de Habitação do Crédito Habitacional Implementado na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (2005) 113

## LISTA DE IMAGENS

|   |     |
|---|-----|
| Imagem 1 - Orla com vista para o porto de embarcações do município de Bragança-PA   | 69  |
| Imagem 2 - Sede da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, 2022   | 72  |
| Imagem 3 - Comunidade do Treme – Rua principal (A), Praça (B), Porto (C), Rua paralela (D).   | 77  |
| Imagem 4 - Posto de Saúde Recém Inaugurado na Comunidade da Vila do Castelo   | 80  |
| Imagem 5 - Comunidade do Castelo – Rua principal (A), Porto (B), Igreja (C), Rua paralela (D).  | 81  |
| Imagem 6 - Primeiras Casas Construídas com Recursos do Crédito Habitacional no ano de 2006.   | 83  |
| Imagem 7 - Casas Construídas com Recursos do Crédito Habitacional nas Comunidades da Vila do Castelo e Vila do Treme – II PNRA - Comunidade da Vila do Treme. | 89  |
| Imagem 8 - Casa Construída na Comunidade da Vila do Treme com Barro e Materiais Retirados da Floresta   | 106 |
| Imagem 9 - Habitações Construídas Através do Crédito Habitacional e Alteradas pelos Moradores   | 115 |
| Imagem 10 - Puxadinhos nos Fundos das Casas feitas Através do Crédito Habitacional.   | 123 |
| Imagem 11 - Moradoras Realizando Atividades na Parte Externa de suas Casas.   | 124 |
| Imagem 12 - Utensílios Domésticos Localizados na Cozinha.   | 125 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Comunidades Contempladas pelo Crédito Habitacional nas comunidades da Resex Caeté-Taperaçu, Bragança-Pa, entre os anos 2006 e 2013.        | 19  |
| Gráfico 2 - Porcentagem de Casas Construídas nas Comunidades que mais receberam o Crédito Habitacional na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. | 76  |
| Gráfico 3 - Coleta Seletiva de Lixo na Comunidade da Vila do Treme - Respostas das/os moradoras/es   | 78  |
| Gráfico 4 - Gênero dos Entrevistados - Moradores e Lideranças da REMCT   | 97  |
| Gráfico 5 - Autodeclaração Étnico-racial - Moradores e Lideranças da REMCT   | 97  |
| Gráfico 6 - Estado Civil dos Entrevistados - Moradores e Lideranças da REMCT   | 98  |
| Gráfico 7 - Ocupação dos Entrevistados - Moradores e Lideranças da REMCT   | 99  |
| Gráfico 8 - Local de Origem dos Entrevistados da REMCT   | 100 |
| Gráfico 9 - Renda Mensal Familiar dos Entrevistados da REMCT   | 101 |
| Gráfico 10 - Nível de Escolaridade dos Entrevistados da REMCT  | 101 |
| Gráfico 11 - Material das Antigas Casas dos Contemplados pelo Crédito Habitacional   | 105 |
| Gráfico 12 - Mudanças Físicas na Habitação Padrão Realizadas pelos Moradores   | 116 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Déficit Habitacional por Componentes e Situação do Domicílio Brasil, Norte, Pará e Regiões de Integração – 2010                 | 41 |
| Tabela 2 - Reservas Extrativistas Criadas na Região Norte do Brasil  | 52 |
| Tabela 3 - Variação das dotações previstas do programa Bolsa Verde   | 54 |
| Tabela 4 - Ano de Construção, Valor por Habitação e Quantidade de Habitações Construídas na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu | 87 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 - Pessoas Entrevistadas - Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu  | 22  |
| Quadro 2 - Materiais Usados nas Habitações Rurais da Cidade de Bragança-PA  | 42  |
| Quadro 3 - Ações legais de fortalecimento das reservas extrativistas  | 56  |
| Quadro 4 - Objetivos do I Programa Nacional da Reforma Agrária  | 62  |
| Quadro 5 - Programas e Metas do II PNRA 2003/2006.  | 65  |
| Quadro 6 - Objetivos e modalidades do Crédito Instalação do II PNRA   | 67  |
| Quadro 7 - Polos e Comunidades com Comitês Intercomunitários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu                     | 75  |
| Quadro 8 - Regras para a Construção das Casas   | 82  |
| Quadro 9 - Construtoras contratadas para a execução das obras da Resex Caeté-Taperaçu   | 84  |
| Quadro 10 - Relação das Construtoras Responsáveis pela Construção das Habitações na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu | 85  |
| Quadro 11 - Processo de Liberação do Crédito Habitacional   | 86  |
| Quadro 12 - Perfil de Beneficiários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu  | 95  |
| Quadro 13 - Dimensões Simbólica e Funcional da Habitação  | 109 |
| Quadro 14 - Estrutura das Habitações Construídas Entre os Anos de 2005 a 2013 na REMCT.   | 119 |

## LISTA DE SIGLAS

|                     |   |
|---------------------|---|
| <b>ACTA</b>         | Núcleo de Pesquisa Ação Públicas, Território e Ambiente                               |
| <b>APA</b>          | Área de Proteção Ambiental  |
| <b>ARIE</b>         | Área de Relevante Interesse Ecológico   |
| <b>Assuremacata</b> | Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu                |
| <b>BNH</b>          | Banco Nacional de Habitação   |
| <b>CadÚnico</b>     | Cadastro Único para Programas Sociais   |
| <b>CC-FGTS</b>      | Programa Carta de Crédito FGTS  |
| <b>CCDRU</b>        | Contrato de Concessão de Direito Real de Uso  |
| <b>CCU</b>          | Contrato de Concessão de Uso  |
| <b>CEB's</b>        | Comunidades Eclesiais de Base   |
| <b>CD</b>           | Conselhos Deliberativos   |
| <b>CEF</b>          | Caixa Econômica Federal   |
| <b>CNPQ</b>         | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico                         |
| <b>CNPCT</b>        | Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais |
| <b>CPT</b>          | Comissão Pastoral da Terra  |
| <b>COHABs</b>       | Companhias Habitacionais  |
| <b>ESEC</b>         | Estação Ecológica   |
| <b>EUA</b>          | Estados Unidos  |
| <b>FCP</b>          | Fundação da Casa Popular  |
| <b>Fetraf-Sul</b>   | Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil           |

|                |  |
|----------------|--|
| <b>FGTS</b>    | Fundo por Garantia de Tempo de Serviço                                   |
| <b>FJP</b>     | Fundação João Pinheiro   |
| <b>FLONA</b>   | Floresta Nacional  |
| <b>I PNRA</b>  | I Programa Nacional da Reforma Agrária                                   |
| <b>IBAMA</b>   | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| <b>IBGE</b>    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                          |
| <b>ICMBIO</b>  | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade                  |
| <b>IDH</b>     | Índice de Desenvolvimento Humano   |
| <b>IDHM</b>    | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal                               |
| <b>II PNRA</b> | II Programa Nacional da Reforma Agrária                                  |
| <b>INCRA</b>   | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                      |
| <b>IPEA</b>    | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                                 |
| <b>ITB</b>     | Instituto Trata Brasil   |
| <b>MASTER</b>  | Movimento de Agricultores Sem Terra                                      |
| <b>MCM</b>     | Memorial Chico Mendes  |
| <b>MMA</b>     | Ministério do Meio Ambiente  |
| <b>MN</b>      | Monumento Natural  |
| <b>MPA</b>     | Movimento dos Pequenos Agricultores                                      |
| <b>MIRAD</b>   | Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário                       |
| <b>MST</b>     | Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra                                    |
| <b>ONGs</b>    | Organizações não governamentais  |
| <b>ONU</b>     | Organização das Nações Unidas  |
| <b>PAE</b>     | Projeto de Assentamento Extrativista                                     |
| <b>PAF</b>     | Projeto de Assentamento Florestal  |

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>PARNA</b>      | Parque Nacional   |
| <b>PBV</b>        | Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde                                 |
| <b>PDS</b>        | Projeto de Desenvolvimento Sustentável  |
| <b>PEHIS</b>      | Plano Estadual de Habitação de Interesse Social                                       |
| <b>PHR</b>        | Programa de Habitação Rural   |
| <b>PIVIC-UFPA</b> | Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica                             |
| <b>PMCMV</b>      | Programa Minha Casa Minha Vida  |
| <b>PND</b>        | Plano Nacional de Desenvolvimento   |
| <b>PNHR</b>       | Programa Nacional de Habitação Rural  |
| <b>PNPCT</b>      | Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais |
| <b>PPGSA-UFPA</b> | Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia                                |
| <b>PRONAF</b>     | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar                           |
| <b>PRONERA</b>    | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária                                      |
| <b>PSH</b>        | Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social                                  |
| <b>RB</b>         | Relação de Beneficiários  |
| <b>RDS</b>        | Reserva de Desenvolvimento Sustentável  |
| <b>REBIO</b>      | Reserva Biológica   |
| <b>REFAU</b>      | Reserva de Fauna  |
| <b>REMCT</b>      | Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu   |
| <b>RESEX</b>      | Reservas Extrativistas  |
| <b>Resex-Mar</b>  | Reservas Extrativista Marinha   |
| <b>REVIS</b>      | Refúgio de Vida Silvestre   |
| <b>RPPN</b>       | Reserva Particular do Patrimônio Natural  |
| <b>SFH</b>        | Sistema Financeiro de Habitação   |

|              |  |
|--------------|--|
| <b>SNUC</b>  | Sistema Nacional de Unidades de Conservação    |
| <b>TD</b>    | Título de Domínio                              |
| <b>TLEC</b>  | Termo de Livre Esclarecimento e Consentimento  |
| <b>UC's</b>  | Unidades de Conservação                        |
| <b>ULTAB</b> | União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>9</b>  |
| 1.1 Percurso Metodológico .....  | 16        |
| 1.2 Etapas da Pesquisa.....  | 20        |
| 1.3 Estrutura da Dissertação.....  | 24        |
| <b>2 A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA – A LUTA PELO DIREITO A MORAR, PERTENCER E RESISTIR</b> .....                        | <b>25</b> |
| 2.1 A Habitação Enquanto Política Pública .....  | 29        |
| 2.2 A Institucionalização do Direito à Habitação .....   | 31        |
| 2.3 A Trajetória das Políticas Habitacionais no Brasil .....   | 35        |
| 2.4 A Questão da Habitação na Amazônia .....   | 40        |
| 2.5 Políticas de Habitação Rural e o reconhecimento de Direitos das Populações Tradicionais .....  | 46        |
| <b>3 A CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A LUTA PELA MORADIA..</b>  | <b>50</b> |
| 3.1 Políticas Públicas Destinadas às Resex .....   | 53        |
| 3.2 A Inclusão das Populações Tradicionais no I e II Programa Nacional da Reforma Agrária .....  | 59        |
| 3.2.1 O I Programa Nacional da Reforma Agrária (I PNRA) .....  | 60        |
| 3.2.2 O II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) e a Ampliação do Reconhecimento dos Direitos das Populações Tradicionais ..... | 65        |
| 3.3 Políticas Públicas do II Programa Nacional da Reforma Agrária Destinadas à Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu .....         | 70        |
| 3.3.1 Processo de Implementação do Crédito Habitacional do II PNRA, os Atores Envolvidos e o Público Alvo da Política Pública.....       | 84        |
| 3.3.2 Os Conflitos em Torno da Partilha dos direitos.....  | 89        |
| <b>4 CRÉDITO HABITACIONAL NO TERRITÓRIO: UMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO?</b> .....  | <b>95</b> |
| 4.2 Moradoras e moradores da “Casa do INCRA” da Resex-Mar Caeté-Taperaçu .....   | 97        |
| 4.3 O Crédito Habitacional e as duas Dimensões de Análise da Habitação....   | 107       |
| 4.3.1 A Dimensão Funcional de uma Política de Habitação .....  | 114       |
| 4.3.2 A Dimensão Simbólica de uma Casa-Lar .....   | 122       |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4.4 Duas Dimensões de uma Mesma Questão: Indícios para a Construção Funcional e Simbólica da Habitação .....</b> | <b>129</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>133</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>137</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>  | <b>145</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a implementação do Crédito Habitacional do II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT), localizada no município de Bragança, no estado do Pará. Esta política pública possibilitou a construção de moradias de parte da população que vive na REMCT. A análise dessa política pública habitacional parte da compreensão da habitação enquanto um bem social, um serviço, um direito conquistado, que não pode ser administrado como uma mercadoria qualquer. Sendo, portanto, fundamental a humanização no debate da produção e nas construções sociais de acesso à moradia (PERDIGÃO e GAYOSO, 2012), para que o acesso à habitação na Amazônia deixe de ser seletivo e desigual, principalmente para os que vivem em territórios afastados das grandes cidades, caso das populações extrativistas.

Pretendo aprofundar o entendimento da dinâmica local que afeta e modifica as proposições funcionais da habitação e que é atravessada pela dimensão simbólica inscrita na história de vida dos atores alvo. Essa reflexão é resultado de questões que foram analisadas em meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais (2019), resultado dos estudos realizados a partir da minha primeira experiência como bolsista de iniciação científica (2017), vinculada ao projeto de pesquisa “Território, Participação e Ação Pública em Unidades de Conservação na Amazônia”, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Guimarães Ribeiro. Nesta primeira experiência tive a oportunidade de realizar um mapeamento dos principais conflitos socioambientais originados na cogestão dos recursos materiais na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. No segundo plano de iniciação científica (2018) busquei aprofundar as discussões que foram postas no primeiro relatório, dando destaque à implementação do Crédito Habitacional (II PNRA). Sendo identificada como uma das políticas públicas destinadas a esse território com maior destaque, segundo as/os moradoras/res entrevistadas/dos da REMCT entre os anos de 2017 a 2022.

O objeto desta análise é o Crédito Habitacional, uma das linhas de crédito disponibilizadas pelo II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) para famílias assentadas pela reforma agrária e que foi ampliado em 2005 para outros grupos sociais, como as populações tradicionais que vivem em Reservas Extrativistas (Resex). Esta linha de crédito possibilita a construção de novas moradias a partir de

um projeto arquitetônico proposto pelo órgão responsável pela implementação da política pública, o INCRA. A criação de um assentamento da reforma agrária ou reconhecimento de determinado território (caso das Resex) é o que possibilita o acesso à essa política pública (BOLTER, 2015).

As pesquisas de campo e aplicação de entrevistas foram essenciais para captarmos a percepção dos atores sociais sobre as principais mudanças ocorridas no território e em suas vidas a partir da implementação da política pública. Bem como, foi possível observar as nuances afetivas e simbólicas e o reconhecimento social que as casas proporcionam a essas pessoas, para além da conquista material. Desta forma, a reflexão desta dissertação, a partir da implementação do Crédito Habitacional (II PNRA), não se limita à dimensão material da casa, focada na funcionalidade e padronização das habitações. Pretende-se também situar a necessidade de compreensão e relevância de outras dimensões, como a dimensão simbólica atribuída à casa, para que além de satisfazer as necessidades práticas do dia a dia das moradoras e moradores, ela expresse a identidade do público alvo.

O contato com as/os moradoras/es e lideranças da REMCT foi possível devido à proximidade que o Núcleo de pesquisa Ação Pública Território e Ambiente (ACTA) liderado pelas professoras Tânia Guimarães Ribeiro e Maria José Teisserenc, ao qual sou vinculada, construiu ao longo dos anos, através de pesquisas realizadas na região. O auxílio e apoio de pesquisadoras(o) do ACTA foi essencial para criar uma ponte de acesso que me possibilitou realizar visitas de campo e ter contato com diversos atores.

Minha primeira experiência de campo foi em 2017, quando pude conhecer Bragança, município no qual está situada a Resex em estudo. Nesta primeira experiência acompanhei uma colega do ACTA, que na época era mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFGA), e que me apresentou algumas lideranças, bem como, me possibilitou acompanhar suas entrevistas com as/os moradoras/os da REMCT. Este primeiro contato foi de grande importância para conhecer a região e coletar informações que foram necessárias para a produção dos meus relatórios de iniciação científica entre os períodos de 2017-2018 e 2018-2019.

Como resultados da minha participação como bolsista voluntária através do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC-UFGA) foram produzidos dois relatórios relacionados ao projeto Território, Participação e

Conservação Ambiental, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), e coordenados pela professora Tânia Guimarães Ribeiro. Sendo que o último relatório de pesquisa recebeu o Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica 2019 promovido pela PROPESP-UFPA.

Em 2019 passei a me dedicar à produção de meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, que foi resultado do acúmulo de conhecimento obtido durante a graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA) e da experiência como bolsista de iniciação científica. Nesta etapa tive a oportunidade de aplicar entrevistas junto aos atores sociais da pesquisa, que nos levaram à diversas narrativas sobre a importância da habitação na vida dessas pessoas. Esses relatos me instigaram a tentar desvelar a importância da casa para além do campo funcional da habitação. As questões que foram levantadas apontaram a necessidade de pesquisas aprofundadas sobre a temática da implementação de políticas públicas habitacionais em Unidades de Conservação (UC's), especificamente, em Reservas Extrativistas. Dessa forma, esta dissertação tem por objetivo aprofundar os estudos anteriormente citados, pontuando a necessidade de políticas socioambientais que estejam alinhadas com a proposta de uma Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar) na Amazônia.

A partir do exposto até aqui, este trabalho possui como OBJETIVO GERAL analisar: **em que medida a política pública do Crédito Habitacional do II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) destinada à Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT) contribuiu para atender as necessidades materiais e simbólicas da população local à qual se destinaram, considerando as especificidades sociais e ambientais do território?** Dessa forma, implica compreender, também, se a política do Crédito Habitacional (II PNRA) colabora para o combate às assimetrias sociais que as populações tradicionais estão submetidas, tais como: o déficit habitacional, a falta de saneamento, a falta de acesso à água potável e à energia elétrica, entre outros.

As questões que foram levantadas apontam a necessidade de pesquisas aprofundadas sobre a temática da implementação de políticas públicas habitacionais em Unidades de Conservação, especificamente, em Reservas Extrativistas, onde populações tradicionais dependem do ambiente para a sua sobrevivência. Dessa forma esta pesquisa tem por objetivo situar a importância da moradia como bem que ultrapassa o valor material imposto nas sociedades capitalistas.

Para isso, estabeleci os seguintes OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Caracterizar a trajetória das políticas habitacionais no Brasil e especificamente na Amazônia. Destacando direitos conquistados ao longo das décadas como as políticas de habitação rural voltadas para populações tradicionais;
- Caracterizar a criação das Reservas Extrativistas e as políticas públicas que passaram a ser destinadas a esses territórios; e especificamente, analisar o I e o II Programa Nacional da Reforma Agrária e o seu processo de ampliação que levou ao reconhecimento de direitos das populações tradicionais das Resex e de outros tipos de territórios protegidos;
- Analisar o processo de implementação do Crédito Habitacional (II PNRA) na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT), destacando socioeconomicamente os atores sociais envolvidos no processo de implementação dessa política pública em duas comunidades na REMCT;
- Analisar as mudanças ocorridas na vida das/os moradoras/es da Resex após a chegada do Crédito Habitacional (II PNRA), identificando os impactos sociais da política pública percebidos pelos atores sociais da pesquisa (usuários da Resex, lideranças e sócios da Associação e atores institucionais que participam da gestão na Resex em questão) nas suas dimensões simbólica e material.

A escolha deste tema se dá na averiguação empírica sobre as particularidades da política pública estudada e, também, pela verificação de que não há trabalhos ao nível da Pós-Graduação, que tratam especificamente dos efeitos de uma política habitacional em Reservas Extrativistas, como se caracteriza o Crédito Habitacional (II PNRA), especificamente na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT). Essa verificação se ancora em levantamento bibliográfico feito em bancos de trabalhos acadêmicos, ao nível da pós-graduação. Em levantamento realizado no banco de Teses e Dissertações da Capes localizei um total de 109 produções até novembro de 2021, sobre os temas da dissertação, segundo as seguintes palavras-chaves: II PNRA (8), Habitação Rural (42), Moradia Rural (6), Moradia Popular (39) e outras produções relacionadas ao tema Dimensões da Habitação (14).

No Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará esta pesquisa foi feita em quatorze programas de Pós-Graduação, compreendendo o período de 1997

a 2022, que são: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (PPGEC), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP), Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPGHSA), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU-NAEA), Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (PPGBA) e Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPGLSA). Além do repositório, a pesquisa foi feita na página oficial de cada um dos programas de pós-graduação.

Este levantamento teve como principal objetivo identificar os trabalhos que tratam sobre Unidades de Conservação e políticas habitacionais de modo geral, para identificar quais tratam sobre a questão da habitação em Reservas Extrativistas. Localizei 203 trabalhos que possuem alguma relação com UC's, Resex, II PNRA, habitação urbana ou habitação rural.

Notamos que a produção sobre habitação rural na Universidade Federal do Pará em nível de pós-graduação ainda é escassa (apenas 4 trabalhos estão relacionados ao tema) (DIAS, 2014; OLIVEIRA JUNIOR, 2017; SILVA, 2019; FAYAD VIRGILIO, 2021). Os estudos sobre a questão habitacional estão concentrados no urbano, foram localizados 75 trabalhos produzidos entre o período de 1997 a 2022, tratando, principalmente, sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), habitação de interesse social e regularização fundiária. As pós-graduações com maior número de produção sobre a questão da habitação são a Pós-graduação em Serviço Social (25) e a Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (15). No que se refere às Unidades de Conservação, foram localizados um total de 123 trabalhos, desses, 66 sobre Reservas Extrativistas, com enfoques diversos (conflitos, participação, apropriação dos direitos sociais, uso dos recursos naturais disponíveis nesses territórios, entre outros). Os Programas de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia e o de Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia foram os que mais produziram sobre a temática das UC's, totalizando 23

trabalhos no PPGSA e 28 no PPGEDAM. Sobre a questão do II PNRA foram localizados apenas dois trabalhos (MAIA, 2011; PENHA, 2012), ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, mas nenhum deles relacionado à Reservas Extrativistas Marinhas ou ao Crédito Habitacional (II PNRA).

É possível percebermos a partir desse levantamento que a temática da habitação rural nas Resex tem sido pouco explorada, principalmente no que se refere ao II Programa Nacional da Reforma Agrária e suas políticas públicas. Logo, este trabalho pode contribuir para fortalecer o campo de estudo da habitação rural na Amazônia e das políticas públicas que incidem em territórios ambientais, como é o caso das Resex. Cujas singularidade requer esforços acadêmicos e de gestão pública para que se cumpra a finalidade de sua origem, a conservação ambiental e social.

A relevância sociológica e social do Crédito Habitacional (II PNRA) se justifica pelo longo histórico de déficit habitacional regional e local. Esta política tem como objetivo atender a demanda de grupos como as populações tradicionais, na condição de assentados, refletindo o reconhecimento da luta desses atores sociais pelo direito à moradia e à permanência em seus territórios.

A questão habitacional tem sido estudada pelas Ciências Sociais sob várias perspectivas. Neste trabalho, de cunho qualitativo, teremos como pilares de análise duas dimensões da habitação, a funcional e a simbólica. Essa escolha se deu pelo fato de conseguirem abarcar a habitação enquanto política pública para solucionar o déficit habitacional; e por permitir perceber a habitação enquanto casa/lar, onde se desenrolam as relações de afetividade e de reconhecimento. Tais dimensões, em nosso entendimento, não estão dissociadas na realidade, mas que para fins metodológicos a utilizamos a fim de melhor capturar a separação na implementação das políticas públicas, que impõe uma visão técnica, ajustada a uma relação custo-benefício, que sacrifica as necessidades específicas das pessoas e do lugar. Situamos a política de habitação enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado, frente a isso cabe ressaltar que o avanço do neoliberalismo no campo político do país tem surtido efeitos devastadores nas políticas de bem-estar social, acirrando ainda mais as desigualdades na vida das populações mais pobres. Dados da

Fundação João Pinheiro (FJP, 2021), demonstram que o déficit<sup>1</sup> habitacional em 2019 chegou a 5.876.699 milhões de habitações. Já o Instituto Trata Brasil (ITB, 2021) apontou que 35 milhões de habitantes das 100 maiores cidades do país ficaram sem água tratada no início do ano de 2020.

O acesso à água na Região Norte, por exemplo, é um dos grandes problemas a serem enfrentados, visto que apenas 42,5% da população tem acesso à água potável (ITB, 2021). No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Pará é segundo maior estado da região e um dos maiores detentores de água doce do país, encontra-se na 23ª posição no ranking nacional (IPEA, 2020). Essas informações apontam a urgência em se discutir políticas de habitação atreladas ao saneamento básico, principalmente para as regiões Norte e Nordeste que mais são afetadas pelas desigualdades sociais.

A política analisada trata da construção de habitações em um território protegido ambientalmente, uma Reserva Extrativista Marinha, localizada em um município onde 35,86% da população vive na região rural. Além disso, segundo dados do último censo (IBGE, 2010) o rendimento médio da população rural do município de Bragança estava em 102,23 reais, menos da metade do rendimento médio da população urbana que correspondia a 220,95 reais por pessoa. No que se refere aos dados sobre habitação o índice do déficit estava em 43,17% devido a motivos diversos como o aluguel, coabitação e imóveis improvisados. Os dados sobre saneamento também são alarmantes, dos 18.692 domicílios do município apenas 43,06% possuíam abastecimento de água pela rede geral, e apenas 0,22% tinham acesso a rede de esgotamento sanitário. Quanto à coleta de lixo, apenas 36,30% tinham acesso até o último censo.

Meu interesse pelo tema da habitação está atravessado por duas questões de ordem pessoal e outra decorrente dos resultados da pesquisa desenvolvida junto ao Núcleo Acta. A primeira é a autoconstrução de habitações pelos seus próprios moradores. Isto porque, a casa onde moro atualmente com minha família foi construída pelo meu pai com suas próprias mãos, em um território periférico, conhecido como invasão. Essa é uma característica da construção das moradias em localidades periféricas, as casas são comumente construídas apenas com a ajuda dos

---

<sup>1</sup> O déficit habitacional desses dados divide-se entre Habitação precária (25,2%), Coabitação (23,1%) e Ônus excessivo com aluguel (51,7%).

vizinhos e alguns familiares, sem o auxílio de arquitetos ou engenheiros. A segunda questão se relaciona com o mercado imobiliário, pois trabalhei nessa área por 6 anos, especificamente no setor responsável pelo financiamento junto aos bancos. Essa experiência me possibilitou vivenciar de perto as dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta para conseguir alcançar um sonho de vida, que é a casa própria. Por fim, a terceira questão está relacionada ao apontamento das pessoas entrevistadas em pesquisa realizada, fonte de meu plano PIVIC e de minha monografia de licenciatura em Ciências Sociais, durante a qual, nossos interlocutores revelaram a casa como uma das conquistas mais relevantes na institucionalização da Resex (SILVA, 2018).

### **1.1 Percurso Metodológico**

A metodologia adotada é predominantemente qualitativa, baseada na revisão bibliográfica, na análise de entrevistas feitas com as moradoras e os moradores da REMCT e de atas e documentos oficiais. Além disso, também me baseio em dados quantitativos disponíveis em bases de dados oficiais, como sites institucionais, e de organizações não governamentais sobre déficit habitacional e saneamento básico. Neste sentido, pretendo refletir a partir de abordagens teóricas no campo da sociologia que buscam analisar a agência dos atores sociais, reagindo à implantação dessas políticas. Os quais, portanto, não somente sofrem a ação da política, mas buscam reconfigurar as políticas, para compreender o processo empírico em que se desenvolvem as políticas públicas. Pois, entendemos que a Sociologia nos possibilita analisar as relações entre Estado e sociedade, destacando a importância dos atores, processos e estruturas, sobretudo a dimensão social (CORTÊS e LIMA, 2012). Ou seja, nos permite apurar a compreensão do papel dos grupos sociais, cujas interações possuem poderes para influenciar as estratégias, os projetos e os resultados das políticas públicas (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012).

Portanto, a sociologia é relevante para a análise dos grupos sociais, pois nos permite compreender como as relações políticas entre grupos e instituições sociais, que ocorrem no espaço estatal, societal, ou na conexão entre ambos, causam impactos nas políticas públicas (CORTÊS, 2013). No caso em tela, a diversidade de atores - públicos, organizações não-governamentais, instituições oficiais,

organizações civis; associações locais, agências multilaterais - dinamizam o território, fornecendo especificidade às lutas locais.

No entanto, partindo de um ponto de vista teórico-conceitual, o campo das políticas públicas requer uma interdisciplinaridade que buscaremos considerar nesse estudo para compreender a natureza da política pública e seus processos (SOUZA, 2006). Levamos em conta as discussões realizadas pela arquitetura, filosofia, pelo serviço social, geografia e psicologia. Sendo assim, as questões que surgem a partir da relação entre Estado e sociedade, por serem complexas, são pensadas em um campo multidisciplinar. Logo, a análise de políticas públicas, além de ser uma disciplina específica com objeto próprio, ela é um campo com fronteiras disciplinares permeáveis (CORTES e LIMA, 2012). Além disso, nos interessa o estágio de formulação de políticas públicas, por este ser o momento em que os governos democráticos transformam seus propósitos e planos eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

A pesquisa mostrou que a política do Crédito Habitacional (II PNRA) tem potencial para reduzir as desigualdades. Esta afirmação se baseia no fato de que a construção de habitações destinadas a populações empobrecidas, além de propiciar um teto para morar, traz consigo estruturas funcionais, como banheiro, água encanada e energia elétrica, interferindo na qualidade de vida das populações. Além disso, proporciona reconhecimento e dignidade a comunidades rurais que se distanciam da lógica das grandes cidades, as quais são planejadas para atender as necessidades do capital. Essas localidades sofrem com a precariedade habitacional devido a sua inserção na divisão socioterritorial do trabalho capitalista, portanto, o problema da habitação está relacionado com o que o território tem a oferecer (SANTANA, 2012).

A análise da dinâmica social do território se dá através das entrevistas feitas com moradores das habitações construídas pelo Crédito Habitacional (II PNRA). Entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores é importante para que possamos interpretar como o espaço é concebido e transformado ao longo do tempo. Principalmente por se tratar de uma região localizada no Brasil, que possui uma pluralidade que se manifesta através dos muitos espaços e muitas temporalidades que convivem simultaneamente (DAMATTA, 1977).

Temos como proposição analisar a habitação enquanto um objeto que pode ser visto tanto através de dados, quanto pelos valores simbólicos que apresenta. Visto ser

um elemento com diversos significados, que são, por sua vez, atribuídos pelos atores sociais que vivem na REMCT. A ocupação de uma Resex é atravessada pelas condições naturais da região, e pelas relações sociais e culturais das pessoas que nela vivem. Sendo esses três os principais pontos que marcam o lugar e a organização do espaço físico de vida (DAMATTA, 1977).

A utilização de entrevistas semiestruturadas pode ser capaz de permitir aos pesquisados que descubram a possibilidade de atribuir causas sociais às situações que os agentes sociais da pesquisa vivenciam (BOURDIEU, 2010), conhecendo suas origens e perspectivas de atuação nas tomadas de decisão de problemas coletivos da Reserva Extrativista. Além disso, entendemos que “o conhecimento dos fatos sociais só pode resultar de uma indução, a partir do conhecimento individual e concreto de grupos sociais localizados no espaço e no tempo” (LÉVI-STRAUSS, 2008 p. 21).

A metodologia visa seguir os requisitos éticos de respeito à anuência prévia dos sujeitos à sua participação na pesquisa, a partir da utilização do Termo de Livre Esclarecimento e Consentimento (TLEC). A manutenção do anonimato dos informantes sempre que necessário, além do compromisso com a partilha dos resultados com as comunidades.

O trabalho de pesquisa contou com entrevistas feitas com moradoras/es, lideranças da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA) e técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e foram realizadas entre os anos de 2017 e 2022.

A maioria das entrevistas foram feitas com moradoras e moradores das comunidades da Vila do Treme, localizada no polo<sup>2</sup> Treme, e da Vila do Castelo, localizada no polo Bacuriteua. Segundo dados do Plano de Manejo da REMCT existem 57 comunidades que estão agrupadas em 8 polos comunitários. Essas duas comunidades foram escolhidas por três motivos pontuais, o primeiro é que segundo dados do INCRA apresentados no gráfico 01, e informações das lideranças da REMCT, elas estão entre as localidades que mais receberam o Crédito Habitacional (II PNRA) e assim, são as que concentram maior número de moradores beneficiados com essa política pública; além disso, optou-se por analisar uma comunidade situada dentro dos limites da REMCT, a Vila do Castelo, e uma comunidade do entorno, a Vila

---

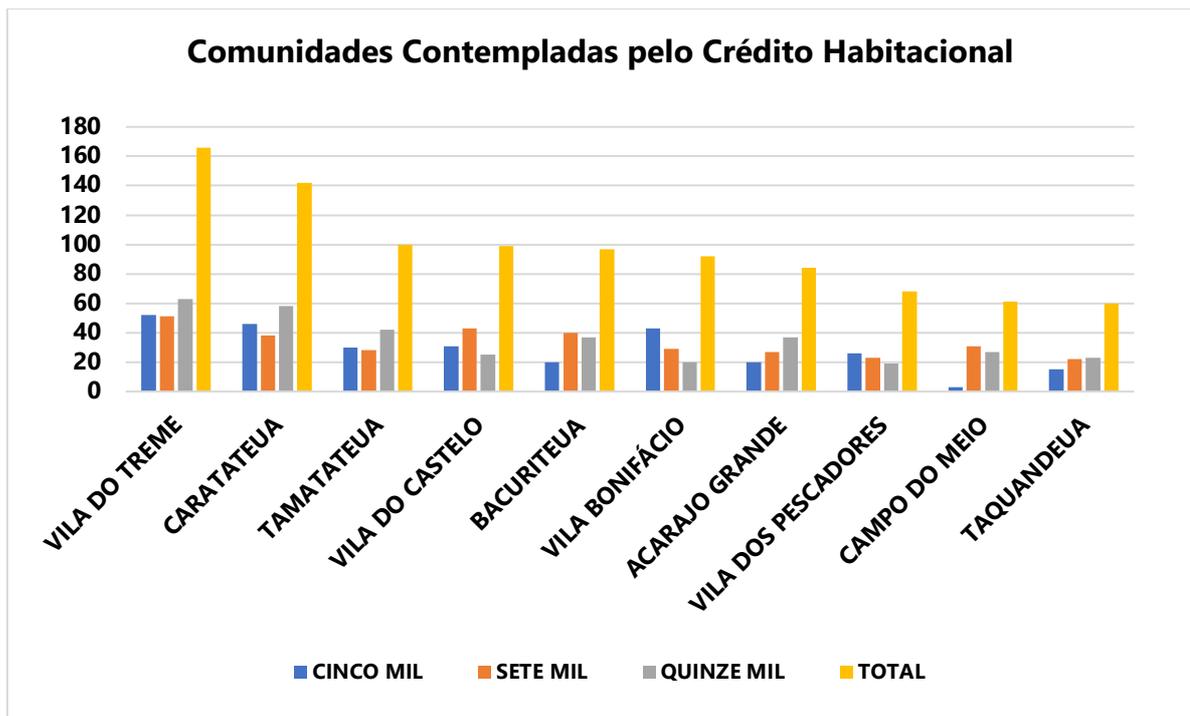
<sup>2</sup> Os Polos Comunitários são formados por grupos de comunidades.

do Treme, que tenham sido as mais contempladas pelo Crédito Habitacional (II PNRA), para verificar como e se os usuários percebem diferenças no recebimento das políticas públicas; e, por fim, essas comunidades são residências de lideranças da Associação-Mãe, o que pode apontar maior condicionamento dessas políticas para as comunidades.

Considerou-se a importância de entrevistar os moradores das habitações construídas durante todo o período de implementação da política pública, ou seja, contemplados entre 2006 a 2013. No gráfico 1 estão apresentadas as 10 comunidades que mais foram contempladas pelo crédito. Na primeira fase foram construídas habitações de 5 mil reais, na segunda fase o valor subiu para 7 mil reais e por fim, chegou a 15 mil reais.

O retorno ao campo, que estava previsto para 2020 e 2021, foi interrompido devido à pandemia do Coronavírus, o que afetou o cronograma de andamento da pesquisa. Tendo sido possível o retorno a partir de janeiro de 2022, em face da redução de casos de contágio e à proteção fornecida pelas vacinas. A aplicação de novos questionários foi importante para ampliar questões sobre o campo simbólico e funcional da habitação.

Gráfico 1 - Comunidades Contempladas pelo Crédito Habitacional nas comunidades da Resex Caeté-Taperaçu, Bragança-Pa, entre os anos 2006 e 2013.



Fonte: INCRA (2022). Adaptado pela autora.

## 1.2 Etapas da Pesquisa

A primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento e revisão de bibliografia sobre experiências de pesquisa envolvendo temas como as Reservas Extrativistas Marinhas na Amazônia; Políticas Públicas e a análise sociológica – identificando processos, atores e organizações da dimensão societal; Políticas Públicas de Habitação em Unidades de Conservação; Habitação e casa-lar enquanto categorias analíticas; recursos os quais estruturaram teórica e metodologicamente a pesquisa. Esta revisão possibilitou a construção do primeiro capítulo desta dissertação sobre a questão das políticas habitacionais no Brasil e na Amazônia. Contribuiu para o segundo capítulo, que trata do histórico de criação das Reservas Extrativistas e das políticas públicas destinadas a esses territórios. E também, deu suporte teórico para pensarmos nas dimensões simbólica e funcional destacadas no último capítulo.

Além da revisão bibliográfica, foi feita a análise de fontes primárias e secundárias compiladas pelo Núcleo de Pesquisa Ação Públicas, Território e Ambiente (ACTA) – CNPq, do qual faço parte. Dentre os documentos analisados estão entrevistas com lideranças e moradoras/res feitas em pesquisas anteriores, análise de atas de reuniões da ASSUREMACATA e do Conselho Deliberativo, leitura de regimentos e do Plano de Manejo. Estes documentos possibilitaram complementar a análise sobre a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, ampliando o conhecimento sobre seu contexto histórico. Nesta etapa buscamos compreender como ocorreu a criação da Resex em estudo e como foi o processo de implementação do Crédito Habitacional (II PNRA) nesse território. Os resultados das informações obtidas foram importantes para a construção do segundo capítulo da dissertação, que traz detalhes relevantes sobre os atores envolvidos, o público alvo da política pública e os conflitos em torno da partilha.

Os dados quantitativos foram obtidos através de levantamento nos seguintes sites institucionais: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Contamos também com dados do Instituto Trata Brasil (ITB) e da Fundação João Pinheiro (FJP), que apesar de não serem órgãos governamentais, contribuíram na coleta de dados quantitativos. Esta

fase contribuiu para a construção de parte do segundo capítulo, focado na contextualização e análise das políticas públicas instituídas na REMCT; e de parte do último capítulo, que trata do impacto do Crédito Habitacional na vida da população local. O levantamento de dados quantitativos teve como objetivo confrontar e complementar os dados das entrevistas que foram aplicadas junto às/aos moradoras/res das casas construídas através do Crédito Habitacional (II PNRA). Os dados quantitativos podem mostrar, por exemplo, a situação do déficit habitacional e o índice de desenvolvimento humano na região, podendo ou não apontar a necessidade de investimento em diversos tipos de políticas públicas.

A última etapa da pesquisa consistiu na realização de entrevistas na área da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, em Bragança-PA, junto às/aos recebedoras/es do Crédito Habitacional (II PNRA), a fim de atualizar e ampliar os resultados da pesquisa. Foram aplicados roteiros de entrevista semiestruturados e questionários fechados. O primeiro continha questões que visavam captar as nuances dos fatores simbólicos e físicos das habitações, construídas pelos atores sociais. O segundo, fechado, permitiu caracterizar uma amostra do perfil socioeconômico das/os proprietárias/os, bem como uma caracterização (física) das casas. Durante essas duas etapas foram entrevistadas 45 pessoas, o que equivale a 0,89% das 5002 famílias que foram cadastradas para receberem o Crédito Habitacional. Levando em conta que desse total de cadastrados apenas 1623 famílias foram contempladas, o percentual de entrevistados sobe para 2,77%.

Dos 45 entrevistados que foram contemplados pelo crédito 4 são lideranças que fazem parte da REMCT desde sua criação. O contato com esses atores nos permitiu captar detalhes sobre a implementação da política no território que não são possíveis de identificar em informações obtidas por sites institucionais e por documentos oficiais. Utilizamos o roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice A) composto por perguntas gerais (1-48), aplicadas a todos os moradores, e com perguntas mais específicas (49-60), voltadas para a atuação das lideranças durante a implementação da política.

A etapa das entrevistas foi dividida em três fases, na primeira que ocorreu nos dias 6 e 7 de janeiro de 2022 aplicamos o roteiro semiestruturado. Neste período foi possível entrevistar um total de 6 pessoas contempladas pelo crédito, das quais 4 eram moradoras (2 da Vila do Castelo e 2 da Vila do Treme) e 2 lideranças masculinas,

sendo um o ex-presidente e o outro o atual presidente da ASSUREMACATA, ambos contemplados pelo Crédito Habitacional (II PNRA).

Na segunda fase também aplicamos o roteiro semiestruturado para conseguir alcançar um maior número de entrevistados, esta fase ocorreu entre os dias 20 e 23 de maio de 2022. Neste segundo campo foram entrevistados um total de 17 moradoras/es, 3 da comunidade da Vila do Castelo e 13 da comunidade da Vila do Treme, e 1 da Vila do Abacateiro.

Antes da realização do último campo na REMCT, no dia 22 de junho, foi possível entrevistarmos um técnico do INCRA que esteve presente no processo de implementação do crédito habitacional desde o início, em 2005. Esta entrevista foi realizada na sede do INCRA em Belém-PA por meio de um questionário semiestruturado. Além da entrevista, nos foram concedidas cópias de documentos oficiais, como projetos arquitetônicos e dados quantitativos sobre as habitações construídas através do crédito, que podem ser observadas ao longo da dissertação. Essa entrevista foi essencial para o levantamento de dados oficiais que só puderam ser acessados por meio desse contato direto com o INCRA, visto que grande parte desses dados não são possíveis de serem localizados via internet.

A terceira e última fase de aplicação de questionários ocorreu entre os dias 25 e 27 de julho de 2022. Neste campo aplicamos o questionário fechado, com o objetivo de quantificar determinadas informações sobre a habitação e sobre a vida dos moradores. Tendo sido possível entrevistar 21 pessoas contempladas, sendo 16 da comunidade da Vila do Treme e 5 da comunidade da Vila do Castelo, e 1 liderança. Ao todo foram entrevistadas 46 pessoas, entre moradores, lideranças e um técnico, durante três momentos no primeiro semestre de 2022.

Do total de entrevistas realizadas nas três fases, conforme o Quadro 1, 39 dos 45 entrevistados são mulheres, com idades entre 31 anos e 70 anos, tendo em comum serem mães, donas de casa e, a maioria, casadas. Além disso, a maior parcela delas exercem ou já exerceram atividades relacionadas à pesca ou à catação de caranguejo. Dessas 39, duas delas não pertencem às comunidades da Vila do Castelo e da Vila do Treme. Apesar disso, essas entrevistas foram importantes, primeiro porque uma dessas duas entrevistadas, residente da comunidade Tamatateua, atua como liderança e já fez parte da ASSUREMACATA, tendo, portanto, participado do processo de implementação do Crédito Habitacional (II PNRA), e a outra entrevistada, residente na comunidade do Abacateiro, além de fazer parte de um grupo de mulheres

pescadoras e marisqueiras da REMCT, também é articulada entre as lideranças, o que possibilitou o fornecimento de informações sobre a implementação do crédito.

Quadro 1 - Pessoas Entrevistadas - Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu

| Comunidades/Instituições | Homens | Mulheres | Total |
|--------------------------|--------|----------|-------|
| Vila do Castelo          | 1      | 20       | 21    |
| Vila do Treme            | 2      | 17       | 19    |
| Abacateiro               | 0      | 1        | 1     |
| Acarajó                  | 1      | 0        | 1     |
| Tamatateua               | 0      | 1        | 1     |
| Tacuandeuá               | 1      | 0        | 1     |
| Perpétuo Socorro         | 1      | 0        | 1     |
| INCRA                    | 1      | 0        | 1     |
| Total de entrevistados   |        |          | 46    |

Fonte: Pesquisa de campo. Débora Alves (2022).

O olhar dessas mulheres e homens sobre a “Casa do INCRA” conduzirá a análise da política habitacional para que possamos perceber que mudanças foram necessárias para transformar uma habitação padronizada e construída através de uma política habitacional, em uma casa, um lar de moradoras/es, usuárias/os<sup>3</sup> e suas famílias numa Reserva Extrativista Marinha situada na Amazônia. Pois, como define Santos (2006), esse espaço vai além de suas limitações físicas, pois se constitui pela relação entre as pessoas e o lugar, os quais, por processos variados se moldaram e moldam o espaço habitado. E que não pode se estabelecer em um instante por possuir uma dimensão temporal e contínua, que se transforma conforme a adaptação do indivíduo e da família ao mundo (PALLASMAA, 2017).

<sup>3</sup> Usuários e usuárias são aqueles que residam nos limites do município de Bragança desta 20/05/2005 (ano de criação da REMCT) e que se enquadrem em pelo menos uma das atividades relacionadas ao extrativismo. São elas: Pescadores artesanais; ribeirinhos; curralistas; caranguejeiros; marisqueiros; ex-pescadores; pessoas de origem nas comunidades no interior e entorno da REMCT; que trabalhem confeccionando petrechos e demais objetos para a atividade extrativista; apicultores que extraíam ou produzam mel e demais produtos da apicultura; Extrativistas de produtos de origem vegetal e/ou mineral; Pessoas que trabalhem com o beneficiamento, a transformação e o reaproveitamento de produtos e resíduos, oriundos de recursos naturais extraídos na área da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012a.).

As duas últimas etapas da pesquisa foram importantes para a construção do último capítulo da dissertação que objetiva compreender a partir da fala das/os entrevistadas/os se o Crédito Habitacional atingiu seus objetivos enquanto uma política de habitação. As falas desses atores sociais podem revelar, por exemplo, se a política em análise levou em conta as necessidades funcionais de uma habitação e as necessidades pessoais dos moradores que são atravessadas por simbolismos construídos a partir do modo de viver na comunidade, e especialmente, em um território protegido ambientalmente. Ou seja, nesta etapa pontuamos a necessidade de se pensar em habitação a partir da especificidade (da diversidade) local, considerando o modo de viver em determinadas localidades.

### **1.3 Estrutura da Dissertação**

A dissertação está organizada em introdução, capítulo 1, capítulo 2 e capítulo 3. No primeiro capítulo analisa-se a questão da habitação no Brasil e de modo mais focalizada na Amazônia, dando destaque para as ações governamentais e pressões da sociedade civil voltadas para a criação de políticas públicas implementadas no país ao longo das décadas. No segundo capítulo são analisados dados sobre a criação das Unidades de Conservação no Brasil, com ênfase para as Reservas Extrativistas, bem como, contextualizamos o que são os I e II Programa Nacional da Reforma Agrária, quais são os instrumentos do II PNRA e detalharemos o que é o Crédito Habitacional (II PNRA) que passou a contemplar os territórios das Resex. No terceiro e último capítulo é contextualizada a implementação do Crédito Habitacional (II PNRA) na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, com vistas a identificarmos seus impactos na REMCT e na vida das contempladas por essa política. A fala das/os moradoras/es entrevistadas/os será o objeto central desta sessão e será importante para auxiliar na análise das dimensões funcional e simbólica da habitação. Buscamos contribuir para o debate sobre a importância de um novo olhar para as políticas de habitação em regiões afastadas das grandes cidades, especialmente em Reservas Extrativistas que são Unidades de Conservação de Uso Sustentável, territórios protegidos que requerem atenção para as questões ambientais.

## CAPÍTULO I

### **2 A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA – A LUTA PELO DIREITO A MORAR, PERTENCER E RESISTIR**

A criação de políticas habitacionais para a cidade e o campo está relacionada ao surgimento das cidades, que faz parte de um processo cumulativo produzido por transformações sociais que ocorreram através dos tempos. Nesse sentido, a origem da cidade se dá a partir das relações sociais e políticas, ou seja, sua origem não pode ser explicada, essencialmente, apenas pelo econômico. Apesar disso, é a partir do capitalismo que as cidades passam a ganhar mais importância e o processo de urbanização torna-se mais expressivo e extenso a nível mundial (SPOSITO, 2014).

O uso do termo urbanização se dá no sentido de aumento da população que vive em cidades em relação à população total, posto isto, a urbanização pode ser vista como resultado da acumulação do capital e do desenvolvimento técnico-científico que viabilizaram a intensificação da produção industrial a partir do século XIX. Este período ficou conhecido como Revolução Industrial (SPOSITO, 2014). O processo de industrialização é, portanto, o motor que move as transformações da sociedade (LEFEBVRE, 2001). Junto com essa intensificação de produção que resultou em transformações significativas nas cidades, surgem questões como o crescimento acelerado da população do planeta, a falta de planejamento urbano, os baixos salários dos trabalhadores e os índices crescentes de desemprego associados à lógica capitalista da produção imobiliária urbana, que levaram à elevação do percentual de famílias de baixa renda sem recursos para obter uma habitação no mercado formal (VALLADARES e FIGUEIREDO, 1981).

Friedrich Engels (1887) pontuou que o déficit habitacional atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos, e o fim do déficit só poderia ocorrer através da eliminação da exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. No final no século XIX os países europeus passaram por uma crise habitacional devido ao crescimento populacional nos centros urbanos, o aumento no valor dos aluguéis e a concentração de inquilinos em cada casa. Além disso, muitos não tinham nem a possibilidade de encontrar um alojamento.

Atualmente, apesar de alguns acontecimentos<sup>4</sup> na Europa, como os casos de Barcelona, onde está proibido o aluguel de partes dos imóveis para o Airbnb (plataforma de aluguel por temporada), e em Berlim, tendo a cidade direito de expropriar os apartamentos de grandes proprietários corporativos de apartamentos de aluguel com mais de 3 mil unidades em seu poder (ROLNIK, 2021). Essa luta pela cidade é um reflexo da crise de moradia gerada pelos altos preços dos aluguéis.

A expansão das grandes cidades europeias, especialmente nas áreas centrais, se deu a partir da demolição de prédios pequenos e de casas que abrigavam os trabalhadores operários, onde foram construídas lojas, armazéns e edifícios públicos. O resultado disso foi o deslocamento dos operários para os arredores das cidades (ENGELS, 1887), locais esses atualmente definidos como periferias. A produção do espaço urbano, como resultado das necessidades de reprodução do capital, e a questão habitacional que dele decorreu, coloca-se como espaço de luta de classes, onde ocorre a estruturação de movimentos sociais que são instâncias representativas das classes populares, e o Estado situa-se na relação entre as classes, agindo como instância contraditória (SILVA, 1989).

No Brasil a criação de leis voltadas para as políticas sociais só ocorreu a partir da Revolução de 1930, que fez surgir as “massas urbanas” na arena política e pôs fim ao poder político exclusivo da oligarquia. De 1889 a 1930 (durante a República Velha), a questão social não era enfrentada como prioridade na agenda governamental. Por isso, até 1930, não havia legislação e nem medidas governamentais eram tomadas no que se refere à questão da habitação popular. A preocupação das autoridades estava relacionada ao perigo que localidades como favelas, cortiços e bairros populares representariam no futuro para as partes “nobres” das cidades (AZEVEDO, 1988).

Nos países Latinoamericanos as parcelas da população menos favorecidas economicamente passaram a se concentrar cada vez mais em cortiços e favelas, passando a viver em péssimas condições sanitárias. O crescimento populacional,

---

<sup>4</sup> Berlinenses aprovam expropriação de grandes imobiliárias em plebiscito. Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/berlinenses-aprovam-expropria%C3%A7%C3%A3o-de-grandes-imobili%C3%A1rias-em-plebiscito/a-59330145>. Acesso em: 04/11/2021 às 19:11h; Colunista fala sobre a crise de moradia no Brasil e em países da Europa. Fonte: <https://jornal.usp.br/radio-usp/colunista-fala-sobre-a-crise-de-moradia-no-brasil-e-em-paises-da-europa/>. Acesso em: 09/01/2023 às 18:12h.

principalmente nos países de terceiro mundo, foi superior à capacidade do planejamento urbano em produzir habitações que pudessem suprir a crescente demanda (VALLADARES e FIGUEIREDO, 1981).

A ausência de planejamento urbano soma-se à questão da exclusão urbanística que é representada pelas ocupações ilegais do solo urbano e que são frequentemente ignoradas quando se pensa na representação da "cidade oficial", pois elas não se enquadram nas categorias do planejamento modernista/funcionalista, sendo retratadas a partir de suas semelhanças com as formas urbanas pré-modernas (MARICATO, 2013).

Além disso, as habitações populares produzidas e oferecidas pelos programas governamentais não eram condizentes com a capacidade financeira do público de destino. Somado a isto as habitações possuíam pouca flexibilidade de uso e eram construídas nas piores localidades do espaço urbano. Essas três problemáticas levaram a população de baixa renda a não se adequarem aos programas. O espaço deixado pelos pobres que não podiam arcar com os custos das novas moradias foi gradualmente substituído por grupos de rendimento mais alto, que foram beneficiados mesmo não sendo os menos necessitados da sociedade (VALLADARES, 1986).

No Brasil esse processo de urbanização<sup>5</sup> ocorreu tardiamente se comparado a países Europeus, sendo iniciado a partir das décadas de 1940 e 1950 (MONTEIRO e VERAS, 2017). Mas foi a partir da década de 1960 que governos passaram a adotar um novo tipo de atitude frente à questão das ocupações irregulares que se espalhavam nos centros urbanos do Terceiro Mundo (VALLADARES e FERNANDES, 1981). Todavia, a questão habitacional passou a fazer parte dos debates na esfera pública e privada, mas ainda sendo tratada sob um viés de classe, priorizando os que podiam arcar com financiamentos ofertados por agentes financeiros.

As iniciativas pública e privada foram tímidas frente aos acelerados fluxos campo-cidade e crescimento populacional<sup>6</sup> pelo qual o Brasil passou a partir da segunda metade do século XX. A crescente urbanização do espaço nacional não foi acompanhada de um planejamento com investimentos em infraestrutura habitacional

---

<sup>5</sup> O processo de urbanização de uma sociedade ou região urbana ocorre quando há um conjunto de mudanças na paisagem da cidade quanto ao comportamento e estilo de vida da população. As principais mudanças são: o crescimento populacional significativo, mudanças na infraestrutura, planejamento e organização administrativa (MONTEIRO e VERAS, 2017).

<sup>6</sup> A população brasileira que estava em 51.941.767 de pessoas em 1950, triplicou a partir da sua segunda metade do século XX, alcançando um total de 169.590.693 habitantes em 1 de agosto de 2000 (IBGE, 2006).

para a população de menor renda. Segundo o IBGE (2006), entre os anos de 1964 a 1997, dos 26 milhões de moradias construídas nas áreas urbanas, apenas 23% resultaram de recursos do Sistema Financeiro de Habitação. O crescimento não planejado das cidades foi fator responsável pela expansão de assentamentos habitacionais precários (MARICATO, 2009).

A ausência de planejamento urbano e de políticas públicas habitacionais nas últimas décadas resultou em mudanças no modo de viver da população. A autoconstrução de moradias sem a ajuda de arquitetos ou engenheiros, passou a ser a saída para aqueles que estavam inseridos em atividades mal remuneradas e que não tinham acesso às políticas de habitação. Maricato (2009) aponta que além dos baixos investimentos públicos em habitação, no Brasil o mercado se restringe às camadas de renda mais alta, esses dois fatores contribuíram diretamente para a ampliação da produção informal de moradia.

Outro fator que também contribuiu para a produção informal de habitações foi o crescente fluxo campo-cidade, aliado à incapacidade do setor industrial de absorver um elevado número de trabalhadores, resultando em uma parcela expressiva da população mal remunerada e sem acesso à moradia adequada. Por não possuírem capacidade financeira, essa parcela populacional se incluiu precariamente no setor habitacional. Essa autoinclusão se deu a partir da expansão das cidades para áreas mais periféricas.

Na região amazônica, a questão da habitação não se limita apenas à supervalorização imobiliária nos centros urbanos e ao crescimento das periferias. A ausência de políticas habitacionais está atravessada por fatores, relacionados, sobretudo, à diversidade territorial. Sendo a região composta, principalmente, por áreas urbanas, rurais e ribeirinhas, compreende-se que não é possível que haja apenas um modelo de política habitacional que possa atender toda a região.

Além da diversidade territorial, a Amazônia também é palco de constantes conflitos pela terra, que ocorrem, sobretudo, entre movimentos sociais e atores que representam o modelo de exploração capitalista (SCHMINK, 2012). Nessa disputa se acentuam as desigualdades de forças por opor agentes sociais diferenciados (ACSELRAD, 2014; SANTOS, 2009), em que o Estado, muitas das vezes, não faz cumprir as leis que estão postas na constituição de 1988 a fim de garantir, por exemplo, a permanência de populações tradicionais em seus territórios.

A seguir vamos analisar a trajetória das políticas de habitação no Brasil e na Amazônia, com vistas a destacar o déficit habitacional rural e a ausência de políticas públicas específicas destinadas a populações rurais de baixa renda. Com a apresentação de dados estatísticos recentes que serviram de base para compreender a política de habitação do II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA).

## **2.1 A Habitação Enquanto Política Pública**

Antes de situar a habitação enquanto uma política pública, cabe primeiramente partimos do entendimento do conceito de política pública. Apesar de seu surgimento não ser preciso, as políticas públicas, historicamente, são encontradas em sociedades organizadas com base em laços sociais fortes. As primeiras formas de ação pública e de governo ocorreram nos vilarejos da Europa durante a idade média, tendo como embrião do governo o imposto, que foi criado com o objetivo de mobilizar recursos para financiar a guerra (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012).

Já as teorias sobre o campo das políticas públicas nascem nos EUA a partir da década de 1950, enquanto área de conhecimento com ênfase em estudos sobre a ação dos governos. Tendo como seus principais fundadores Harold Dwight Lasswell, Herbet Simon e David Easton, cada um desses com suas próprias definições conceituais (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015). Embora não haja apenas uma definição sobre o que é a política pública, Harold Lasswell, um dos “pais” fundadores da área, possui uma das definições mais conhecidas, e diz que “decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2002; FARAH, 2016, apud LASWELL, 1958).

Essa primeira definição proposta por Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006, p. 04).

Algumas décadas depois, especificamente na Europa, as abordagens da Política Pública se diversificam. Uma segunda definição nasceu a partir das abordagens clássicas, partindo das atividades governamentais e de seus processos,

sendo a política pública definida como um programa de ação governamental, onde o conjunto das decisões são tomadas por um ou vários atores políticos para efetuar escolhas dos objetivos e dos meios para alcançá-las (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012 apud JENKINS, 1978).

Dessa forma, cabe ressaltar que o campo de estudos das políticas públicas sempre gravitou em duas dimensões de análise. A primeira, conhecida como *top down* (de cima para baixo), é comumente usada em estudos clássicos que colocam o Estado como detentor do monopólio das políticas públicas, sendo o ator principal nesse cenário. E a segunda perspectiva, denominada de *bottom up* (de baixo para cima) busca romper, principalmente, com a ideia do Estado como benfeitor da sociedade (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012). Nesse sentido nos ancoramos teoricamente na segunda proposição de análise das políticas públicas, por ser capaz de situar as constantes interações entre diversos atores na busca por influenciar as estratégias, os projetos e os resultados das políticas públicas.

O Estado não é mais o único capaz de conduzir as decisões, sendo influenciado por atores públicos e privados, instituições financeiras, corporações internacionais, organizações não governamentais e agências multilaterais (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012). Desse modo, as contribuições da sociologia sobre o tema nos direcionam para a importância das relações de interdependência entre os atores sociais, estatais e as instituições (CORTES e LIMA, 2012). Do ponto de vista sociológico, a ênfase dada para a atuação e constituição dos atores sociais frente ao Estado é importante para demonstrar a construção das políticas e seus efeitos.

Para Souza (2006) a política pública pode ser definida “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (pg. 26). Ou seja, as políticas públicas são o resultado dos propósitos dos governos, que são traduzidos em programas e ações sociais capazes de produzirem resultados ou mudanças na sociedade. Mas é importante destacar que essas mudanças não ocorrem, exclusivamente, porque os governos querem. As ações políticas refletem, também, a pressão exercida por diversos atores que se encontram nesse campo de disputa.

Dessa forma, as políticas públicas podem ser compreendidas como resultado das ações coletivas que se voltam para a participação da criação de determinada ordem social e política, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da

integração dos grupos e da resolução dos conflitos (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012), sendo instrumentos capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover inclusão social (SOUZA, 2006; SOARES, 2010). Configurando-se, também, num campo prático e propositivo que implica em avaliar o impacto das políticas existentes e em produzir e acumular conhecimento, tendo como objetivo auxiliar a formulação e a implementação de práticas mais eficazes (SCALON, 2011).

## 2.2 A Institucionalização do Direito à Habitação

A habitação passou a ser reconhecida como um direito social por diversos instrumentos internacionais, sendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a primeira a defini-la como fundamental para o bem-estar social em 1948<sup>7</sup>, constando no artigo XXV que toda pessoa tem direito ao alojamento. Portanto, situamos a habitação como um direito fundamental. Mas apesar de ser garantida legalmente em nível internacional e nacional, nota-se que sua efetivação enquanto política pública ainda não se concretizou plenamente.

Em 1966 a habitação foi incluída no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais<sup>8</sup>, cabendo aos responsáveis pelo pacto tomar medidas apropriadas para o alcance desse direito. A partir daí foram realizadas as Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I). A primeira ocorreu em 1976, e resultou na “Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos”<sup>9</sup>, documento onde estão redigidas as questões centrais definidas no encontro.

---

<sup>7</sup> Declaração de Direitos Humanos - Artigo 25º 1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> . Acesso em: 08/11/2019 às 14:37h.

<sup>8</sup> Artigo 11 §1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

<sup>9</sup> Esta declaração também apresenta um plano de ação aprovado no Habitat I, com 64 recomendações de ações nacionais para promover políticas adequadas nos âmbitos locais e regionais, urbanos e rurais. Fonte: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1209>>. Data de acesso: 08/11/2019.

Dois anos depois, em 1978, foi criada a ONU-Habitat, uma agência das Nações Unidas voltada para os assentamentos humanos, com sede na cidade de Nairóbi, no Quênia. Esta tem como objetivo proporcionar moradias adequadas para todos os cidadãos; e o desenvolvimento econômico e social dos países de maneira sustentável. Está presente em mais de 90 países, buscando promover transformações em cidades e assentamentos humanos através do conhecimento, assessoria política, assistência técnica e ação colaborativa (ONU HABITAT, 2021).

Vinte anos depois, em 1996 foi realizada a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), onde foi produzido um Plano de Ação Global<sup>10</sup> a partir da Agenda Habitat<sup>11</sup>. Este plano fornece diretrizes para a criação de assentamentos humanos sustentáveis durante o século XXI, que além de considerar as características físicas da habitação, também garante a segurança da posse e a disponibilidade de serviços, de infraestrutura e de equipamentos urbanos públicos.

A terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), lançou uma Nova Agenda Urbana em 2016, que prevê a urbanização em todos os níveis de assentamentos humanos, assim como a criação de políticas públicas que aproveitem a urbanização em todo o espaço físico, unindo áreas urbanas, periurbanas e rurais. E se coloca como meio de ajudar os governos no enfrentamento dos desafios através de estruturas nacionais e locais de políticas de desenvolvimento (ONU, 2019).

A luta pelo direito à moradia no Brasil passou a ser organizada a partir da década de 1970, ainda durante o período da ditadura militar. Esse movimento surgiu junto com os movimentos sociais urbanos que tinham como principais pautas o direito à moradia, saúde, saneamento básico, dentre outros. Na década seguinte a articulação do movimento por moradia se ampliou, e estes se agruparam com outras organizações da sociedade civil, como os sindicatos e as universidades. Essa

---

<sup>10</sup> A Agenda Habitat leva em conta a sua relação com o meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento social, direitos das mulheres, questões demográficas e outros apêndices. Fonte: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1209>>. Data de acesso: 08/11/2019.

<sup>11</sup> Outras questões definidas na Agenda Habitat: O custo para aquisição ou aluguel, que deve ser acessível, de forma que não comprometa excessivamente o orçamento familiar; as condições de habitabilidade, que deve garantir proteção contra as variações climáticas e contra eventos extremos e riscos; o tamanho e o número de cômodos, que devem ser adequados; e a localização, que deve oferecer condições de desenvolvimento humano e adequação cultural.

ampliação causou uma mudança na pauta de luta. Logo, a luta pelo direito à moradia tornou-se a luta pelo direito à cidade, a partir da ideia de reforma urbana (GOHN, 2011).

Na década de 1990 outras formas de organização popular se institucionalizaram, como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia e o Fórum Nacional de Participação Popular. Estes foram responsáveis por estabelecer a prática dos encontros nacionais, onde se definiram metas e objetivos estratégicos para solucionar problemas sociais. Desses fóruns nasceram iniciativas de parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada, que foram impulsionadas por algumas políticas estatais, como a política de Renda Mínima, o Bolsa Escola (criado em 2001 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso) e o Orçamento Participativo (surgiu em 1989 na cidade de Porto Alegre). Além dessas organizações, outro fato marcante dessa década foi a criação da Central dos Movimentos Populares, que foi capaz de estruturar vários movimentos populares em nível nacional, como foi o caso da luta pela moradia, e também criando colaborações entre movimentos sociais, populares e não populares (GOHN, 2011).

A institucionalização do direito à habitação no Brasil se expressa através de Leis<sup>12</sup> que dispõem sobre a habitação, principalmente, como um direito social. Em vários artigos da Constituição Federal de 1988 verificamos a normatização das responsabilidades do Estado em garantir o direito à moradia. Em destaque estão as seguintes cláusulas: Cláusula XXII - é garantido o direito de propriedade; Cláusula XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; Cláusula XXIV - A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição; Cláusula XXV - No caso de iminente perigo

---

<sup>12</sup> Constituição Federal: Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição; Art. 21 - Compete à União: Cláusula XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; Art. 170 – II. Propriedade privada, III. função social da propriedade; Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes; Art. 183 - Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://www.trtsp.jus.br/legislacao/constituicao-federal-emendas>>. Data de acesso: 08/11/2019.

público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

O acesso às políticas de habitação no Brasil, embora amparado pela Constituição de 1988 como um direito fundamental, continua a ser seletivo para as parcelas da população com maior poder aquisitivo. Apesar disso, encaramos as políticas de habitação como uma necessidade para a reprodução da existência social, sendo um objeto de luta e do direito social coletivo (VALLADARES e FIGUEIREDO, 1981; GONÇALVES, 2014; MONTEIRO e VERAS, 2017; BUONFIGLIO, 2018).

Levando em consideração esse conjunto de questões, entendemos que apesar de suas falhas no planejamento, implementação e pós-implementação, políticas públicas como as de habitações populares, causam certo alívio para as parcelas da sociedade menos favorecidas economicamente. Sem descuidar do olhar sociológico crítico, seguimos nessa perspectiva considerando a importância do estudo das políticas públicas, como resultado da ação de vários atores, visando contribuir para a compreensão e o seu aperfeiçoamento.

Estudos têm sido produzidos em nível acadêmico e que se direcionam para áreas diversas que envolvem o tema habitacional e as políticas públicas. Podemos destacar seis principais temáticas de estudos sobre habitação, são elas: projetos de empreendimentos de habitação de interesse social (EHIS); aluguel social; gestão urbana e ambiental; participação social; financiamento habitacional; desempenho. Esses estudos estão inseridos em um campo plural e multidisciplinar (RODRIGUES e MOREIRA, 2016).

A questão da ineficiência dos governos em formular, implementar e avaliar as políticas públicas de habitação se mostra como fator que negligencia os direitos fundamentais resguardados pelo Estado. Segundo Scalón (2011, p. 51) “a dinâmica onde se dá a relação entre Estado e sociedade, destinada à prática das políticas públicas, é atravessada por desigualdades na distribuição de poder: seja ele político, econômico, social, intelectual ou simbólico”. Por este motivo, os movimentos sociais persistem na luta pela garantia de acesso às políticas públicas, em especial, ao acesso às políticas de habitação.

### 2.3 A Trajetória das Políticas Habitacionais no Brasil

No Brasil as políticas públicas começaram a ser aplicadas através de políticas restritivas de gasto, e foi a partir delas que tanto o desenho como a execução das políticas públicas econômicas e sociais passaram a ganhar mais visibilidade (SOUZA, 2002). Com base no entendimento do papel das políticas públicas, buscamos nesta seção analisar as Políticas Habitacionais que começaram a fazer parte das primeiras intervenções públicas na área habitacional no Brasil.

Para a análise das políticas públicas, temos como campo de estudo a sociologia, que é fundamental no sentido de auxiliar a compreensão e interpretação dos mecanismos e fatores envolvidos na produção e reprodução das desigualdades. Os estudos sociológicos são essenciais para a definição de soluções nesse campo, sendo o déficit habitacional um dos problemas mais centrais em nossa sociedade (SCALON, 2011).

O princípio da função social da habitação urbana e rural foi inserido na constituição de 1934, mas só as constituições seguintes conseguiram consolidar a função social como princípio básico da propriedade, enfatizando seu atributo coletivo e não apenas individual. Embora essa distinção formal tenha se efetivado, de fato, na Constituição Federal de 1988. Já as produções das primeiras habitações populares foram feitas em 1945 pelos institutos de aposentadoria, que eram ligados a setores comerciais, bancários e industriais. Sendo que a atuação dessas entidades não era centralizada e não conseguia atingir a todos os seus associados (AZEVEDO, 1988).

A partir de 1946 houve a institucionalização da Fundação da Casa Popular (FCP), primeira agência nacional responsável pela construção de moradias populares, essa entidade tinha por objetivo baratear o custo das casas populares visando dar acesso à setores de baixa renda. Entretanto, com a ausência de mecanismos de receita constante a FCP teve seu desempenho na produção de casas populares considerado medíocre (BONDUKI, 1994; AZEVEDO, 1988).

Em 1964 com a instalação da ditadura civil-militar, ocorreram mudanças, dentre as quais estava o setor habitacional. Nesse âmbito, houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) que está inserido em um contexto de crise econômica e política. O setor imobiliário foi bastante afetado no que se refere à questão econômica, o que resultou em um elevado déficit habitacional e na retração da

indústria de materiais de construção. No que se refere à esfera política a crise refletia numa insatisfação das “massas populares” (VALLADARES, 1981).

A criação do BNH tinha por objetivo amenizar os conflitos instalados durante o processo de instauração do golpe militar através do acesso à casa própria. Pensava-se que os trabalhadores perderiam sua postura contestadora e se tornariam “aliados da ordem”. Além dessa questão ideológica comportamental, os militares almejavam que o BNH pudesse contribuir positivamente nas áreas da economia através do mercado de trabalho, do desenvolvimento da indústria e da expansão e diversificação na construção civil (BONDUKI, 1994; AZEVEDO, 1988).

O BNH contava com uma fonte estável de financiamento, o Fundo por Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e as Cadernetas de Poupança, e tinha suas transações regidas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A institucionalização da correção monetária das prestações e dos saldos devedores foi a forma adotada para evitar a descapitalização desses fundos. Esse grande plano de investimento na área da habitação popular visava responder positivamente à crise política, levando em conta, principalmente, a simbologia que o termo “casa própria” carrega consigo, que reflete em questões como segurança, renda e status (VALLADARES, 1981).

O BNH passou por quatro principais momentos após a sua criação. De 1964 a 1967 ocorreu a sua fase de implantação e a estruturação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Este período foi marcado pela escassez de recursos e pela dificuldade na execução de projetos habitacionais. Neste período também se iniciou a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

O segundo momento ocorreu de 1967 a 1971, no qual o BNH passou a privilegiar financiamentos que beneficiaram as faixas de renda mais altas. E também foi nesse período que o índice de inadimplência começou a se elevar, assim como o abandono de imóveis, a queixa contra a qualidade de construção dos imóveis e a ausência de infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais (VALLADARES, 1981).

No terceiro momento, que se estendeu de 1971 a 1979, a questão habitacional foi inserida no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Durante este período os programas de desenvolvimento urbano foram intensificados, e tinham como um dos principais objetivos eliminar o déficit habitacional, em até 10 anos. Mas o principal fato desse período está relacionado à tendência do BNH em privilegiar ainda mais os grupos de renda alta. Até 1979 as unidades habitacionais construídas para as faixas

de renda mais alta, que somados correspondem a 50,2% de todas as unidades habitacionais que foram construídas na época (VALLADARES, 1981).

O último momento desse período teve início em 1979, sendo marcado pela tentativa do governo militar em tentar se legitimar frente aos setores populares. Após a expansão da atuação do BNH a partir da década de 1970, com atuação voltada também para o desenvolvimento urbano, sua atuação seguiu sob um viés de classe, que direcionava para os mais pobres os piores projetos, e para as classes com maior poder aquisitivo, os prédios verticalizados no centro das grandes cidades (VALLADARES, 1981). Sua extinção foi decretada através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986 e suas obrigações e atribuições foram incorporadas à Caixa Econômica Federal (CEF), inclusive a gestão do FGTS (CARDOSO, 2012).

As pautas durante o Governo Militar no Brasil se voltaram para a tentativa de expandir a fronteira urbana e da agropecuária. Mas se por um lado o processo de urbanização do Brasil estava ligado à passagem do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial, por outro, manteve-se as estruturas agrárias baseadas na concentração de terra e renda (BOTEGA, 2007).

Embora a ideia de expansão das “fronteiras”<sup>13</sup> tenha sido frequentemente pregada pelo regime militar desde a década de 1970, ela não foi capaz de reduzir o êxodo rural para as grandes cidades que chegou a alcançar a taxa de 74,8% em 1991 (BOTEGA, 2007), o que implicou no crescimento populacional nos centros urbanos, movimento este que contribuiu para a expulsão da classe trabalhadora para as periferias das cidades.

A falta de oportunidades no campo e as tímidas decisões tomadas com relação à reforma agrária, foram fatores que contribuíram para a migração cada vez mais densa do campo para as cidades. Até a década de 1990 as políticas habitacionais, voltadas para a construção de moradias para a população de baixa renda nas grandes cidades, não foram capazes de absorver a demanda do crescimento populacional urbano.

Com o fim da ditadura militar, o país passou por um período marcado pelo reordenamento do Estado e dos setores da administração pública. Sobre a política

---

<sup>13</sup> O Plano de Integração Nacional (PIN) criado via Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970 tinha por objetivo integrar a região Norte ao resto do país, sendo os principais lemas "integrar para não entregar" e "terra sem homens para homens sem terras". Porém, esse período de expansão capitalista na Amazônia foi marcado pela desigualdade social que foi expressa de várias formas (MINC, 1986), dentre as quais está a questão habitacional.

habitacional, especificamente, Cymbalista e Moreira (2006, p.35) destacam mudanças a partir de 1985, quando o BNH foi vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Urbano, sendo que em 1987

(...) este ministério transformou-se em Ministério da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano. Em 1988, o Ministério foi renomeado Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, que foi extinto em 1989. Nesse momento, a política de habitação fica novamente sob responsabilidade do Ministério do Interior. Em 1990, é criado o Ministério da Ação Social, posteriormente renomeado Ministério do Bem-estar Social, onde passou a funcionar a Secretaria Nacional de Habitação. No Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Secretaria Nacional da Habitação foi subordinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Durante o governo FHC foi instituída a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU), vinculada à presidência da República, que se responsabilizou pelas instituições ligadas à política habitacional até 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades, no qual se alocou a Secretaria Nacional de Habitação.

Foram feitas várias formulações e tentativas de implementação de uma política habitacional urbana, mas todas elas tiveram vida muito curta. A política habitacional que se desencadeou a partir de 1964, com a criação do BNH, responsável pelo financiamento de habitações para as famílias que se enquadravam na categoria de baixa renda. As transações eram feitas através das COHABs (Companhias Habitacionais) (MONTEIRO e VERAS, 2017).

Mas apesar de terem sido inicialmente direcionadas para a população de baixa renda, as COHABs não podem ser reconhecidas como uma política de inclusão social, pois o atendimento de famílias com renda de menos de três salários mínimos ocorreu apenas no início. Gradualmente passou a priorizar a população com faixa de renda acima de três a cinco salários mínimos. Isto se deu em decorrência ao alto índice de inadimplência na faixa de renda de até três salários mínimos (MONTEIRO e VERAS, 2017).

Como vimos no tópico anterior, a partir dos anos 1970 movimentos sociais pela habitação cresceram em quantidade e força, acompanhando a exigência generalizada na sociedade por liberdades políticas. Uma de suas vitórias mais expressivas foi a apresentação de uma emenda de iniciativa popular à Constituição Federal de 1988 e a conquista de inclusão na Carta Magna da função social da propriedade e da função social da cidade. Outra vitória expressiva veio alguns anos depois, com a Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade.

Dois anos após o decreto de criação do Estatuto da Cidade cria-se o Ministério das Cidades<sup>14</sup> durante o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), responsável pelas políticas de desenvolvimento urbano, que tinham como objetivo combater as desigualdades sociais a partir da transformação das cidades em espaços mais humanizados. Nesse período, a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) marcam a trajetória da política habitacional no Brasil.

A criação do SNHIS e do FNHIS possibilitaram que estados e municípios pudessem acessar recursos para a construção de habitações de interesse social. Em um contexto local, a Companhia de Habitação do Pará ficou responsável por coordenar e apoiar a elaboração de planos de habitação de interesse social para 22 municípios dessa região amazônica. A Universidade Federal do Pará ficou responsável pelo desenvolvimento dessas atividades através do convênio 001/2010 Cohab-UFPA-Fapespa-Sedect. O levantamento realizado pela UFPA apontou que os municípios escolhidos tinham uma forte relação entre as características urbanas e rurais, além de serem regiões de alto nível de pobreza da população, dentre outras características (SANTANA, HOLANDA e MOURA, 2012).

No segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O programa tinha por objetivo subsidiar a compra da casa própria para famílias com renda de até dez salários mínimos, priorizando a faixa inicial, de até R\$1,6 mil (em 2009), por domicílio. O PMCMV entregou mais de 5 milhões de Unidades Habitacionais, e até o ano de 2019, somou-se mais de R\$129,8 bilhões em subsídios financeiros e tributários e outros R\$98 bilhões em subsídios do FGTS (SECAP, 2020).

---

<sup>14</sup> O Ministério das Cidades criado através da Lei N° 10.683 de 28 de maio de 2003 era responsável pelas seguintes questões: a) política de desenvolvimento urbano; b) políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito; c) promoção, em articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não-governamentais, de ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e ambiental, transporte urbano, trânsito e desenvolvimento urbano; d) política de subsídio à habitação popular, saneamento e transporte urbano; e) planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito; f) participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água, bem como para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento (BRASIL, 2003).

## 2.4 A Questão da Habitação na Amazônia

Entendemos que a questão habitacional na Amazônia além de ser atravessada pelo déficit de moradias nos centros urbanos, onde os mais pobres são empurrados para as periferias, assim como nas demais regiões do Brasil, também se choca com o histórico de luta pelo território das populações tradicionais e de movimentos de luta pela terra. Segundo Loureiro (2019)

“a questão dos conflitos de terra na Amazônia, bem como as frentes migratórias que a ela acorrem têm a ver com a crescente concentração da terra no Centro-Sul e com as secas periódicas e a persistência da situação fundiária no Nordeste, adversa à permanência do pequeno produtor em sua terra, no lugar de origem... Esses elementos conjugados à forte recessão da economia brasileira que se iniciou na década de 1980, vêm respondendo com forte pressão sobre as áreas e as populações da Amazônia”.

Os conflitos intensos que ocorrem até os tempos atuais<sup>15</sup> contribuíram para que em 1985 fosse criado o I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA). Este plano tinha como proposição democratizar o acesso à terra, e na época visava assentar 1 milhão e 400 mil famílias em 43 milhões de hectares em quatro anos, mas não conseguiu alcançar nem 10% da meta estabelecida (MINC, 1985). Apesar disso, o I PNRA ampliou o debate sobre o tema da reforma agrária e também possibilitou um avanço direcionado para a questão ambiental e o direito de populações tradicionais em permanecerem em seus territórios e acessarem políticas públicas.

Em 2001 o debate sobre a política de habitação rural foi posto em pauta durante a Primeira Caravana da Agricultura Familiar, organizada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul). A principal motivação do debate foi o fato da renda e receitas econômicas das famílias que vivem no campo se diferenciarem das presenciadas no meio urbano. Isto porque, além da renda dessas famílias não ser fixa, são incertas e isso impede que essa parcela da

---

<sup>15</sup> Segundo o relatório "Conflitos no Campo 2021" divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) a Amazônia foi palco de 52% dos conflitos por terra no Brasil em 2021. Sozinha, a região tem 62% do número de famílias atingidas. Além disso, 97% das áreas de conflitos estão no bioma amazônico. O relatório aponta que entre os principais conflitos estão as contaminações por agrotóxico, os desmatamentos ilegais, as expulsões, as grilagens e as invasões (CPT, 2021).

população tenha acesso aos financiamentos habitacionais nos moldes urbanos que são oferecidos pelos bancos.

Leis Federais<sup>16</sup> foram criadas com o objetivo de incentivar a permanência em áreas rurais através de políticas de habitação, mas poucos recursos foram destinados para a produção de habitações rurais pelo Estado até o ano de 2003. Além disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), investiu recursos, embora limitados, na construção e reformas de habitações em assentamentos da reforma agrária (BOLTER, 2015).

A partir de 2003, junto com outras políticas públicas, como o Bolsa Família, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Habitação Rural<sup>17</sup> (PNHR). O objetivo desse programa era reduzir o déficit habitacional rural, através do acesso facilitado à política social de habitação rural para os agricultores familiares de baixa renda.

Depois de duas décadas da criação do I PNRA, criou-se durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva o II Plano Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) em 2005, com a incorporação de questões ambientais à reforma agrária. Temas como justiça social e desenvolvimento sustentável tornaram-se objetivos centrais nesse novo plano (BRASIL, 2005). Além disso, o II PNRA criou novas modalidades de assentamentos e também reconheceu áreas ocupadas por populações tradicionais (INCRA, 2018).

Este avanço na discussão sobre a reforma agrária possibilitou a formulação e implementação de políticas públicas destinadas aos assentamentos. Dentre essas políticas estão algumas linhas de crédito, como é o caso do Crédito Habitacional (II PNRA), responsável pela construção de moradias em assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA. Sendo, direta ou indiretamente, mais uma política habitacional voltada para a redução do déficit habitacional no país.

---

<sup>16</sup> Entre as Leis Federais que tratam da habitação rural, estão: a Lei no 4.380, de 21 de agosto de 1964, que "Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para a aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências"; o Artigo 1o da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de novembro de 1988; o Artigo 187 da mesma Constituição; e o Artigo 87 da Lei Federal no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "Dispõe sobre a Política Agrícola" (BOLTER, 2015).

<sup>17</sup> O PNHR iniciou com três modalidades de contrato: 1 - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH); 2 - Carta de Crédito com Operações Coletivas - FGTS (CCFGTS); 3 - Crédito Solidário (FDS). A partir de 2009 novas regras foram instituídas, dessa vez sem exigências de contrapartidas financeiras.

Entre os estados da região amazônica mais afetados pelo déficit habitacional está o estado do Pará, onde a Resex em estudo está localizada. O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) indica que o Pará possuía um déficit habitacional de 423,4 mil domicílios, até 2010, correspondendo a quase 52% do total de déficit da Região Norte (816,0 mil domicílios).

É importante ressaltarmos as características específicas da Região Norte quando comparada às demais regiões brasileiras. Podemos destacar seu processo histórico de ocupação, o clima, as características físicas marcadas, principalmente, pelas longas distâncias e a dificuldade de acesso. Além dos aspectos físicos, temos os baixos índices econômicos, os conflitos ambientais e fundiários e as questões culturais (SANTANA, HOLANDA e MOURA, 2012).

Apesar da maioria da população viver em áreas urbanas, a maior porcentagem vive em médias e pequenas cidades, que possuem uma forte relação entre o urbano e o rural. Essa relação se caracteriza através de um conceito denominado periurbano, que diz respeito a cidades que possuem características tanto do urbano quanto do rural. Esse aspecto rural é atravessado pelas relações de trabalho, voltadas para a agricultura de subsistência e o extrativismo da floresta, dos rios e mares (SANTANA, HOLANDA e MOURA, 2012). Sendo este o caso do município de Bragança-PA, onde está situado o território da REMCT.

Alguns estudos sobre a questão da habitação na Amazônia trazem à tona a fragilidade institucional dos municípios periurbanos, o que os prejudica na disputa por recursos da União, que poderiam ser utilizados em diversas áreas, como saúde, educação e moradia (CARVALHO, 2012). Somado a isso, temos a não efetivação de princípios do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) voltados para as especificidades regionais, o que configura a permanência do urbano que é tomado como referência para a produção e implementação de políticas habitacionais. São apontamentos colocados por Ribeiro (2012) ao analisar a recente política de habitação implantada em municípios da Amazônia.

A região rural do Estado do Pará se encontra com déficit habitacional de 38,3%. Em nível local, conseguimos visualizar que a região de integração denominada Rio Caeté, à qual pertence a REMCT, possui um déficit habitacional na região rural de 60,15%. Esses dados podem ser visualizados na tabela 1, adaptada com dados do PEHIS (2014).

Tabela 1 - Déficit Habitacional por Componentes e Situação do Domicílio Brasil, Norte, Pará e Regiões de Integração – 2010

| UNIDADE TERRITORIAL                             | DÉFICIT HABITACIONAL |           |           |         |
|---|----------------------|-----------|-----------|---------|
|   | Urbano               | Rural     | Total     | Déficit |
| Brasil  | 5.475.281            | 1.273.439 | 6.748.721 | 18,86 % |
| Norte   | 569.191              | 246.876   | 816.067   | 30,25 % |
| Pará  | 261.062              | 162.375   | 423.437   | 38,35 % |
| Regiões de Integração – Rio Caeté <sup>18</sup> | 14.735               | 22.239    | 36.973    | 60,15 % |

Fonte: Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS – Síntese e Atualização. Adaptado por: Débora Alves, 2019.

Os dados apresentados nos mostram que a região onde a REMCT está localizada, possui um déficit habitacional superior a 60%. Podemos chegar à conclusão de que este déficit tão elevado está relacionado ao investimento desigual em políticas públicas no território brasileiro. Para Santana (2012) a falta de investimentos na infraestrutura dessas localidades (escolas, postos de saúde e áreas de convívio social) está relacionada ao que essas localidades têm a oferecer ao capital.

Em uma Reserva Extrativista essa ausência de atuação seja do Estado ou de entidades privadas, pode estar relacionada ao fato de não possibilitar a exploração de bens naturais que são de interesse do capital. Na medida em que a REMCT, como uma Unidade de Conservação (UC) não permite a exploração de recursos em grande escala. Logo, quanto mais afastado dos centros urbanos, ou das “cidades planejadas” pelas grandes indústrias, maiores vão ser os déficits de saneamento básico e habitacional, por exemplo.

O desigual processo de urbanização e desenvolvimento regional é uma característica da trajetória histórica do Brasil. Dentre as principais questões temos a fragmentação do espaço urbano, adensamento e crescimento da periferia somado à segregação e exclusão socioterritorial (CARDOSO, 2012).

Outros dados obtidos através do último Censo Demográfico (IBGE, 2010) apontam que mais de 70% das moradias construídas na região rural de Bragança são feitas de alvenaria, mas sem revestimento ou, são construídas com madeira e outros

<sup>18</sup> A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu está inserida na Região de Integração Rio Caeté, que é constituída por 15 municípios, e ocupa uma extensão de 15.851,51 km<sup>2</sup>. Situa-se na Mesorregião do Nordeste Paraense, e compreende parte de três Microrregiões: Salgado, Bragantina e Guamá.

materiais. A apresentação desses dados não pretende situar a habitação de alvenaria como a melhor solução de construção, mas busca evidenciar que o processo de autoconstrução de habitações está relacionado com um menor poder aquisitivo dos proprietários. Logo, a precariedade das habitações é o reflexo de uma estrutura socioeconômica desigual, que atinge, sobretudo, as regiões afastadas dos centros urbanos.

Quadro 2 - Materiais Usados nas Habitações Rurais da Cidade de Bragança-PA

| <b>DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES</b>   |  | <b>26.221</b>                    |
|--|--|----------------------------------|
| RURAL  |  | 9.021                            |
| <b>TIPO DE MATERIAL DAS PAREDES EXTERNAS</b> |  | <b>QUANTIDADE POR DOMICÍLIOS</b> |
| Alvenaria com revestimento                   |  | 2.691                            |
| Alvenaria sem revestimento                   |  | 2.107                            |
| Madeira aparelhada                           |  | 521                              |
| Madeira aproveitada                          |  | 311                              |
| Palha  |  | 89                               |
| Taipa revestida                              |  | 1.066                            |
| Taipa não revestida                          |  | 1.584                            |
| Outro material                               |  | 652                              |

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pela autora.

Ações que possibilitem o desenvolvimento e a inclusão social contribuem para a permanência das famílias em áreas rurais da Amazônia, para que possam dispor das mínimas condições necessárias para a reprodução da vida material, social e simbólica. Nesse sentido, a habitação pode ser percebida como fator fundamental para alicerçar essas três dimensões relacionadas à reprodução da vida humana.

Tendo em vista a lógica desigual de promoção das políticas habitacionais no território brasileiro buscamos destacar a importância desse tipo de bem que ultrapassa o valor material. A casa ganha destaque como um símbolo de ligação ao território. Podendo fortalecer a ideia de pertencimento a determinado lugar.

A partir desta perspectiva, ressaltamos uma política pública habitacional que possibilitou a reforma ou construção de casas no meio rural, especificamente em uma Reserva Extrativista Marinha situada na Amazônia. A partir disso, entendemos que

essas habitações fazem parte de um território que representa, para as populações que dependem materialmente e simbolicamente do mesmo, o lugar de viver, morar e trabalhar desses sujeitos sociais.

Além desses dados, foi possível verificarmos o orçamento do Governo Federal de 2021, que contou com cortes expressivos em diversas áreas. No caso da habitação este corte teve como protagonista o programa Casa Verde e Amarela (antigo PMCMV). O aporte inicial do programa contava com um orçamento de R\$4.642 bilhões, com um corte de 45,12% no orçamento é possível verificarmos uma redução líquida para R\$2,548 bilhões (SECAP, 2021).

Tratamos de guiar a questão habitacional por uma abordagem que não limita a moradia a um investimento, mercadoria, ou produto do mercado, mas sim como um bem social, um serviço, um direito conquistado. Incorporamos o sentido de casa-lar na análise da política habitacional para que o debate sobre o tema se torne mais humanizado (PERDIGÃO e GAYOSO, 2012). Posto isso, definimos como objetos de análise a habitação, situada enquanto uma política pública pensada e implementada pelo Estado e construída a partir de padrões pré-estabelecidos para diferentes grupos socioeconômicos e; a casa-lar, enquanto espaço construído a partir das relações sociais e das necessidades de cada pessoa ou família que a habita, sendo um espaço único na vida de cada um. Além disso, faz-se necessário destacar os significados atribuídos pelos próprios moradores às suas habitações. Que, nesse caso, ultrapassa o sentido material, sendo um objeto que está permeado por simbolismos que amalgama relações sociais em suas dimensões material e simbólica (PERDIGÃO e GAYOSO, 2012).

Cabe retomar que a questão da habitação a partir do século XX passou a ser assumida pelo Estado como uma questão social (BONDUKI, 1994), e desde então vem acumulando um longo debate. Mas paralelo a isso, temos o Estado enquanto uma estrutura administrativa que sofre influências de diversos grupos de interesse atuantes em setores diversificados da gestão pública (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012) e do setor privado. Desta forma, não há espaço neste debate para encarar as ações estatais relacionadas às políticas públicas, especialmente as de habitação, exclusivamente como uma espécie de voluntarismo político.

Rolnik (1985) aponta que há um mecanismo de reprodução de um modelo habitacional que vem se transformando ao longo das últimas décadas. Os territórios que não se enquadram nesse padrão tendem a ser estigmatizados. Logo, as

intervenções feitas nas habitações se dão a partir de um projeto-padrão, construído sob uma única fórmula arquitetônica. Este padrão não se adequa e nem atende as necessidades de todas as regiões do país, visto que cada região possui suas particularidades climáticas, estruturais e culturais.

Várias são as intersecções que atravessam esse tema, talvez pelo fato de o déficit habitacional ainda ser um dos principais problemas sociais, o que torna a habitação um objeto que se projeta de forma material a solucionar um dos problemas da inclusão social nas sociedades contemporâneas (MONTEIRO e VERAS, 2017). Tal fato se reflete também no reconhecimento e na construção da identidade de grupos invisibilizados socialmente, como as populações tradicionais.

Entendemos que a habitação está situada como uma necessidade humana básica para a reprodução social dos indivíduos independente de classe social ou da localidade a que pertencem (BUONFIGLIO, 2018). Logo, todas as sociedades, independentes da época ou região, sempre tiveram na habitação um lugar de proteção e sociabilidade.

A especificidade desse tipo de política pública se dá, principalmente, pela multiplicidade de sentidos dados à habitação. Embora no Brasil o objetivo de popularizar e baratear as habitações sociais façam o sentido estrutural e abstrato ganhar mais relevância (NORBERG-SCHULZ, 2006). Temos então, como um dos objetivos deste trabalho, destacar as perspectivas que se pautam também nas singularidades culturais, que levam em consideração as diferenças regionais marcantes do Brasil.

## **2.5 Políticas de Habitação Rural e o reconhecimento de Direitos das Populações Tradicionais**

Apesar da criação de Leis Federais que visavam incentivar a permanência em áreas rurais através de políticas de habitação, poucos recursos foram investidos na produção de habitações rurais pelo setor público até o ano de 2003. Nesse período as primeiras ações governamentais voltadas para a questão da habitação rural ocorriam exclusivamente no âmbito da Política Nacional da Reforma Agrária, através de ações do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ou seja, não havia uma legislação específica que tratasse da produção de moradias para populações rurais de baixa renda, tão pouco um plano nacional específico. Apesar disso, o INCRA

atuou na execução do programa Crédito Instalação, que no ato de criação ou reconhecimento de um assentamento da reforma agrária, possibilita que as famílias assentadas tenham acesso à algumas políticas públicas, dentre as quais se encontra o Crédito Habitacional (II PNRA), voltado para a reforma ou construção de novas moradias (BOLTER, 2015).

Além desses esforços por meio do Crédito Instalação, que trataremos com mais detalhes na próxima sessão, podemos pontuar como a primeira ação do governo, no sentido de implementar políticas de habitação rural em todo o território, a assinatura de um convênio entre o INCRA e a Caixa Econômica Federal nos anos 2000. Essa parceria resultou na construção de 30 mil unidades habitacionais para famílias assentadas pela reforma agrária no Centro-Oeste e Nordeste do país. No ano seguinte a construção de moradias subsidiadas pelo Programa Carta de Crédito FGTS (CC-FGTS) foi estendida para as regiões Sul e Sudeste, tendo seu fim em 2005 (SILVA, 2014).

A ação dos movimentos sociais foi um fator importante para pressionar o estado em prol de reivindicações por moradias no campo. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) teve um protagonismo importante nessa luta, e possui como pauta de seus encontros desde 1998 a reivindicação por moradias para as famílias camponesas. Para o MPA essa luta se ancora no entendimento de que o empobrecimento das famílias camponesas é resultado das políticas neoliberais e do abandono por parte do estado. Essa pobreza se manifesta nas casas e termina por refletir na autoestima das famílias. Dessa forma, a habitação poderia cumprir o papel de melhorar a qualidade de vida das famílias no campo e conseqüentemente conter o êxodo rural.

O primeiro Encontro Nacional do MPA, segundo informações de seu site oficial, ocorreu em 2000 na cidade de Rondas Altas no Rio Grande do Sul. Este momento foi um marco por colocar em pauta a reivindicação por habitação no campo. A primeira conquista do MPA veio em 2002, com a implementação de um projeto piloto que possibilitou a construção de 2032 casas no estado do Rio Grande do Sul. O êxito do programa rendeu vários prêmios nacionais e internacionais ao movimento. A construção das habitações foi subsidiada por recursos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Em 2003 o MPA promoveu um encontro onde se iniciou a construção de um plano estratégico chamado de Plano Camponês assentado sobre dois pilares:

condições para produzir e condições para se viver bem no campo, estando a moradia incluída no segundo eixo que se refere à qualidade de vida (OLIVEIRA, 2016).

A questão da habitação rural passou a ser incorporada em vários debates em nível nacional ganhando força, principalmente, durante a Primeira Caravana da Agricultura Familiar, organizada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FetrafSul) em 2001. Como resultado foi proposto a criação de um programa nacional de habitação para o meio rural, denominado Programa de Habitação Rural (PHR), o qual ficou vinculado ao Programa Nacional de Habitação (PNH), junto à Caixa Econômica Federal (CEF) (BOLTER, 2013).

Em 2003, com base na experiência vivida no Estado do Rio Grande do Sul e da pressão exercida por trabalhadores e trabalhadoras do campo frente ao estado, o PHR foi oficialmente criado, sendo vinculado ao PNH. A experiência de sucesso do PHR levou à criação do principal programa de habitação rural do país, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que integra o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e foi criado pelo governo federal em 2009, através da LEI 11.977/2009 e regulamentado pela PORTARIA Nº 366, DE 7 DE JUNHO DE 2018. Seu principal objetivo é possibilitar o acesso à moradia rural ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais. O PNHR possibilita o financiamento da construção, reforma, ampliação e até mesmo da conclusão de moradias.

Dentre os principais requisitos para ter acesso ao financiamento do PNHR o beneficiário precisa ter o CPF regular na Receita Federal, possuir idoneidade cadastral, ser maior de idade e comprovar renda bruta anual de até 17 mil reais. Dentre os impeditivos para ter acesso ao programa estão a existência de registro no CADIN, a existência de débitos junto à Receita Federal, ter sido beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário, dentre outras coisas (BRASIL, 2018).

Como vimos no começo deste tópico, o INCRA foi, e continua sendo, responsável financeiro pela construção e reforma de moradias para assentados pela reforma agrária. Em 2002 o reconhecimento desse direito de estendeu para as populações tradicionais que vivem em Reservas Extrativistas, um tipo de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável<sup>19</sup>. No ano seguinte foi criado o II Plano Nacional

---

<sup>19</sup> Fazem parte da categoria de Uso Sustentável os seguintes tipos de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Ao todo o Instituto Chico Mendes faz gestão de 183 Unidades de Conservação de Uso Sustentável (ICMBIO, 2022).

da Reforma Agrária (II PNRA), que possibilitou que populações tradicionais que vivem em outras UC's pudessem acessar as políticas públicas.

O II PNRA possibilita a implementação do Crédito Habitacional que integra o Crédito Instalação, responsável por disponibilizar recursos, tanto para os assentados pelo INCRA, quanto para quem vive em áreas reconhecidas pelo instituto, caso das Reservas Extrativistas. Além do reconhecimento das populações que vivem nas Reservas Extrativistas, em 2008 o II PNRA também reconheceu as populações que vivem nas Florestas Nacionais e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, ambas pertencentes ao grupo de UC's de uso sustentável (ICMBIO, 2011).

No caso da população tradicional alvo deste estudo, o acesso à política de habitação do II PNRA foi possível graças à criação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. Foi a partir de sua criação que as populações tradicionais que vivem dentro e no seu entorno puderam ser enquadradas pelo INCRA como assentados da reforma agrária. Esse enquadramento é a primeira regra para se ter acesso ao Crédito Habitacional (II PNRA).

A permanência das famílias em áreas rurais depende de ações que possibilitam o desenvolvimento e a inclusão social, para que possam dispor das mínimas condições necessárias para a reprodução da vida material e simbólica. Nesse sentido, é importante pensar as políticas públicas partindo da perspectiva dos seus contemplados. Quem mais do que eles para saberem o que necessitam para permanecerem em seus territórios?

## CAPÍTULO II

### 3 A CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS E A LUTA PELA MORADIA

Nos últimos cinquenta anos o avanço da industrialização levou movimentos socioambientais e outros grupos da sociedade civil a pressionarem o Estado e o mercado para que medidas fossem tomadas face às consequências negativas do desenvolvimento industrial global. No Brasil as metas de aceleração do crescimento econômico impostas pelo regime militar, subsidiadas pelo plano de cooperação internacional dos Estados Unidos a partir da década de 1960 (RIBEIRO, 2006), resultaram em queimadas e desmatamento na Amazônia, região que foi, e continua sendo, palco de diversos conflitos socioambientais causados, principalmente, pela falta de medidas ambientais e sociais, como a insuficiente distribuição de terras, aumentando a pressão sobre a região (SCHMINK e WOOD, 2012).

O alerta foi feito por alguns grupos (ambientalistas) sobre a exploração através da destruição ante a tragédia associada ao ideal do progresso; para aqueles grupos que mantinham uma relação de identidade com a floresta, o projeto de modernização acelerada significaria a destruição, também, das diferentes formas sociais, culturais e econômicas tradicionais existentes no território.

O debate internacional a partir da década de 1970, intensificou discussões sobre a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista, a perda em grande escala da biodiversidade e o aumento dos desastres ambientais e sociais. Alguns eventos nesse período, como a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo<sup>20</sup>, em 1972, e a formulação do Relatório Brundtland<sup>21</sup>, em 1987, deram visibilidade à temática da questão ambiental, fomentando ações do movimento ambientalista internacional, que reuniu críticas e compôs estratégias para

---

<sup>20</sup> A conferência de Estocolmo, de 1972, foi proposta pela Suécia, incomodada pela poluição no mar Báltico. Tal poluição seria causada por indústrias nacionais e por aquelas de países vizinhos, e os problemas ambientais contribuem para o surgimento de “questões globais” (DIEGUES, 2001).

<sup>21</sup> Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e Ex-Primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum” – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

esse debate. As pressões externa e interna levaram o Brasil a pensar em políticas públicas voltadas para a questão socioambiental.

Segundo Leite Lopes (2006) a mudança ocorrida nesse cenário é vista como um processo de ambientalização<sup>22</sup>. Este neologismo é utilizado para identificar novos fenômenos vistos da perspectiva de um processo. Esta dinâmica de construção de novos fenômenos é associada à interiorização da questão pública do “meio ambiente”, o que implica em transformações no Estado e no comportamento das pessoas, seja no cotidiano, no trabalho ou no lazer. A incorporação e naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial.

Os diversos conflitos socioambientais surgidos nesse período deram visibilidade a alguns movimentos sociais, dentre os quais estão os seringueiros amazônicos, que formavam um movimento agrário pautado na participação popular (ALMEIDA, 2004). O assassinato de Chico Mendes em 1988, líder do movimento, ganhou visibilidade internacional, e evidenciou a existência e resistência dos “povos da floresta”, que ganharam reconhecimento internacional na II Cúpula da Terra, a Rio 92, como ficou conhecida. Essa conferência foi realizada pela ONU na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Além da participação e reunião de várias associações populares e Organizações não Governamentais (ONGs), os governos que compareceram ao evento comprometeram-se com a agenda 21, um documento com quatro seções, quarenta capítulos e dois anexos contendo objetivos, atividades e considerações sobre a implementação de um planejamento internacional objetivando o desenvolvimento, o combate à pobreza e a proteção do meio ambiente (LEITE LOPES, 2006).

A pressão do movimento ambientalista e dos seringueiros resultou na ação do Estado em criar as primeiras Reservas Extrativistas (Resex), incorporadas ao Programa Nacional da Reforma Agrária, recebendo inicialmente a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE). O declínio da atividade da borracha na Amazônia colocou os seringueiros em uma situação de vulnerabilidade econômica. Os conflitos entre as populações tradicionais e os novos atores migrantes vindos do

---

<sup>22</sup> Fatores da ambientalização: 1 - Crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; 2 - Conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; 3 - Educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; 4 - A questão da “participação”; 5 - A questão ambiental como a nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos.

sul do País, que chegavam por meio de incentivos econômicos do governo federal, se intensificaram nesse contexto (ALLEGRETTI, 1994). Logo, a criação das primeiras Resex visava atender à necessidade social de promover a regularização fundiária e proporcionar melhores condições socioeconômicas aos seringueiros.

A garantia em permanecer na floresta se firmou mediante um acordo com o Estado a partir de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), que é um documento amparado legalmente no Decreto Lei nº 271 de 28 de fevereiro de 1967, na Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1988 e na Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e tem por objetivo formalizar por meio de um contrato com o Estado o reconhecimento de territórios tradicionais como espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais e estabelece que essas áreas sejam utilizadas de forma permanente ou temporária.

A criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 22 de fevereiro de 1989, e posteriormente, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no ano 2000 (SNUC - LEI 9.985/2000) possibilitaram a institucionalização de medidas que visam a potencialização das Unidades de Conservação (UC)<sup>23</sup>.

O SNUC é o responsável pelo estabelecimento de critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC's federais, estaduais e municipais. Ele é composto por 12 categorias que são divididas atualmente em dois tipos, de Proteção Integral e de Uso Sustentável. As UC's de Proteção Integral têm como objetivo a preservação da natureza, sem que haja interferência humana no meio ambiente. É permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, sem que envolva consumo, coleta, dano ou destruição, com exceção dos casos previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As categorias que fazem parte desse tipo de UC's são: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). Já as categorias de UC's de Uso Sustentável tem por objetivo aliar a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais pelas populações que vivem nesses territórios. Fazem parte desse grupo: Área de Proteção Ambiental

---

<sup>23</sup> Unidades de Conservação são territórios protegidos no qual é assegurado às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais. Sendo territórios sujeitos a normas e regras especiais. As Unidades de Conservação se dividem em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (MMA, 2020).

(APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (MMA, 2018).

As Resex representam uma das categorias de UC's especificadas no SNUC, as Unidades de Uso Sustentável, e são territórios protegidos pelo poder público que se destinam à exploração sustentável e preservação dos recursos naturais pelas populações tradicionais que vivem nesses espaços. O uso dos recursos renováveis assim como a sua ocupação são orientados por meio de um Plano de Manejo conforme o capítulo IV do DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002. O reconhecimento das populações que vivem nesses territórios se deu, também, a partir da implementação de políticas públicas através do INCRA, como veremos no próximo tópico.

### **3.1 Políticas Públicas Destinadas às Resex**

A discussão sobre a criação das Reservas Extrativistas nasceu a partir da questão agrária pela qual passavam os seringueiros na Amazônia. Os conflitos surgidos inicialmente nos seringais do Acre carregam a luta pela terra como uma de suas principais questões. A visibilidade alcançada em escala nacional e internacional pelo movimento criado pelos seringueiros liderados por Chico Mendes foi capaz de se conectar a temas ambientais de interesse mais geral (ALMEIDA, 2004).

A fim de saírem da marginalidade e invisibilidade as lideranças seringueiras incorporaram em suas demandas o discurso ambientalista/desenvolvimentista com o objetivo de incorporá-lo às práticas e concepções locais, resignificando esse discurso. Por mais que suas ações precisassem ser redefinidas, elas se mantiveram baseadas em suas tradições e costumes próprios. Desta forma, redefiniram sua relação com a sociedade, sendo reconhecidos como “povos da floresta”, detentores de direitos agrários e sociais legítimos (ALMEIDA, 2004).

A primeira política pública enquanto marco legal para as Resex foi a sua própria criação. Enquanto conceito ela surgiu no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros em 1985, no qual discutiram a respeito do modelo de reforma agrária e outras questões como as políticas que queriam para educação, saúde, cultura e infraestrutura. Mas a

definição do que seriam as Reservas Extrativistas só veio alguns anos depois, em uma reunião em dezembro de 1996, no município de Brasília. Inspirados nas reservas indígenas, definiram que as Resex seriam terras da União nas quais os trabalhadores teriam direito perpétuo de usufruto pautada na ocupação coletiva sem a possibilidade de comercialização das terras, para evitar, sobretudo, a privatização da natureza que avançava através das pastagens (ALMEIDA, 2004; ALLEGRETTI, 2008).

Segundo o Memorial Chico Mendes (MCM) a proposta consistia em assegurar que os seringueiros pudessem permanecer em suas colocações<sup>24</sup>, que estavam ameaçadas pela expansão de grandes pastagens causadas pela especulação fundiária e pelo desmatamento. Podendo o processo de construção da proposta das Resex ser definido por duas fases, a primeira que ocorreu de 1985 a 2000 consistiu na ação dos seringueiros em formular o conceito de Reserva Extrativista e incorporá-lo às políticas da reforma agrária e do meio ambiente. E de 2000 aos dias atuais temos a segunda fase, que se pauta na luta pela criação de novas Resex e pela implementação de políticas públicas que possam melhorar a condição de quem vive nesses territórios.

Para Allegretti (2008) o histórico processo de mobilização social dos seringueiros que ocorreu na Amazônia resultou em uma proposta que foi transformada em política pública pelo governo brasileiro, e que se configura como uma modalidade de regularização de direitos fundiários e proteção de territórios e recursos naturais muito original. A primeira Resex criada no Brasil foi a Reserva Extrativista do Alto Juruá por meio do Decreto n.º 98.863, de 23 de janeiro de 1990, sendo considerada uma área de interesse ecológico e social.

A partir da década de 1990 outras Reservas Extrativistas foram sendo criadas, bem como políticas públicas que visam fortalecer as UC's. Segundo dados oficiais do ICMBIO, atualmente existem 96 Resex em todo o território brasileiro, desse total 70 estão localizadas na região Norte do país. Conforme a tabela 2, o estado do Pará é o que possui o segundo maior número de Resex, totalizando 23, criadas entre os anos 1998 e 2014.

---

<sup>24</sup> A colocação de seringa é aqui definida como: o conjunto da casa, roçado e estradas de seringa utilizado pelo seringueiro e família (SILVA e NETTO, 2002).

Tabela 2 - Reservas Extrativistas Criadas na Região Norte do Brasil

| UF - REGIÃO NORTE | Nº DE RESEX CRIADAS | PERÍODO DE CRIAÇÃO |
|-------------------|---------------------|--------------------|
| Acre              | 5                   | 1990 - 2005        |
| Amapá             | 2                   | 1990 - 2007        |
| Amazonas          | 13                  | 1997 - 2009        |
| Pará              | 23                  | 1998 - 2014        |
| Rondônia          | 25                  | 1990 - 2001        |
| Roraima/Amazonas  | 1                   | 2018               |
| Tocantins         | 1                   | 1992               |
| Total de Resex    | 70                  | 1990 - 2018        |

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2022). Adaptado pela autora.

Após a criação das primeiras Reservas Extrativistas sob uma forte perspectiva de luta pela terra, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente reconheceram as populações tradicionais residentes em Reservas Extrativistas como beneficiárias do então I Programa Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) em 2002, que posteriormente foi substituído pelo II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) lançado em 2003 pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dessa forma, políticas públicas que antes eram destinadas exclusivamente para os assentamentos da reforma agrária passaram também a contemplar as populações tradicionais que vivem nas Resex. Esse direito foi estendido às populações tradicionais das Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável em 2008. Trataremos do PNRA com mais detalhes nos próximos tópicos desta sessão.

Em 2007 foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) pelo Decreto n.º 6040 de 2007. O objetivo geral da PNPCT segundo o Art. 2º é promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Coube à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)<sup>25</sup>, criada pelo Decreto de 27 de

<sup>25</sup> O Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT é um órgão colegiado de caráter consultivo que integra a estrutura básica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, instituído

dezembro de 2004, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007).

Dentro da pauta de geração de renda para os agricultores familiares foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995 por meio de uma resolução. Ele possibilitou inicialmente o financiamento de projetos individuais e coletivos para geração de renda, oferecendo as taxas de juros abaixo das praticadas entre os financiamentos rurais. Em 2011 a mobilização dos povos e comunidades tradicionais resultou na inclusão dos mesmos nessa política nacional de agricultura familiar por meio da Lei nº 12.512. Essa mesma lei criou o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, mais conhecido como Programa Bolsa Verde.

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV) que foi também instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, vinculada ao Plano Brasil Sem Miséria<sup>26</sup>, tinha como responsável pela sua implementação o MMA. Seus principais objetivos eram: I - incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas no art. 3º; e III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

A operacionalização do PBV tinha como um dos requisitos que a família estivesse cadastrada no CadÚnico, uma base de dados oficial do governo que contém informações sobre famílias carentes. O valor da bolsa era de R\$ 300 por trimestre, e ocorria por até dois anos, podendo ser renovado. No que se refere aos requisitos ambientais para inclusão no programa, são relacionados à qualidade ambiental das áreas onde residem as famílias. Para acessar o PBV, a família deveria habitar uma unidade territorial prioritária que possuísse diagnóstico ambiental que a qualificasse como tal (MOREIRA, 2017; ALVES, 2018).

---

pelo Decreto nº. 8.750, de 9 de maio de 2016. Sua finalidade é o acompanhamento e aprimoramento das políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais que se identifiquem como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, garantindo que suas tradições culturais, religiosas, econômicas e territoriais sejam preservadas (MMA, 2021).

<sup>26</sup> Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Art. 1º Fica instituído o Plano Brasil Sem Miséria, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

Atualmente o PBV está suspenso, por conta das medidas econômicas tomadas entre os anos de 2016 e 2018 conforme dados da tabela 3, que causaram a diminuição da verba para o pagamento das bolsas através de cortes, não renovações e a não realização de novos cadastros adotadas pelo Governo Federal, haja vista que o orçamento do MMA sofreu cortes significativos, que implicam diretamente nas políticas públicas direcionadas às populações tradicionais.

Tabela 3 - Variação das dotações previstas do programa Bolsa Verde

| <b>VARIAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS - UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO MMA</b> |             |             |             |             |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Bolsa Verde</b>   | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> |
| <b>Orçamento</b>   | 118.836.661 | 104.339.778 | 73.826.485  | 0,00        |

Fonte: WWF BRASIL - Siafi/Siga Brasil/Contas Abertas, Pesquisa pelas ações finalísticas e Unidades Orçamentárias do MMA. Adaptado pela autora.

Além disso, não houve qualquer tipo de explicação para os bolsistas sobre a questão da suspensão da bolsa. Isso significa a perda de autonomia na medida em que os pobres não participam diretamente das decisões que dizem respeito à sua situação (REGO e PINZANI, 2014). A suspensão do PBV mostra como a relação entre o Estado e as populações tradicionais permanecem desiguais, seja na implementação de políticas públicas que sempre ocorrem de cima para baixo, ou pela suspensão das mesmas, sem aviso prévio aos que dependem dessas políticas.

No quadro 3 podemos observar as principais ações e políticas públicas criadas ao longo dos anos, desde a criação das primeiras Reservas Extrativista até a criação de leis mais atuais sobre a agroecologia<sup>27</sup>, por exemplo. Essas políticas foram e continuam sendo, de grande valor para a permanência das populações tradicionais em seus territórios. Apesar de sozinhas não darem conta de resolver todas as questões pelas quais passam as populações que vivem nas Resex, elas são reflexo das lutas por direitos desses atores.

<sup>27</sup> Decreto nº 7.794, de 2012 dispõe sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (2012). Busca contribuir para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, no uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

### Quadro 3 - Ações legais de fortalecimento das reservas extrativistas

**Constituição de 1988. Art. 23, incisos VI e VII; Art. 225:** Proteger o meio ambiente, combater a poluição; preservar florestas, fauna e flora; direito ao meio ambiente equilibrado, e uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**Decreto n.º 98.863, de 23 de janeiro de 1990:** Criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá (1990). Primeira Reserva Extrativista criada no Brasil.

**Portaria Interministerial MDA/MMA n.º 13 de 19/09/2002:** Inclusão dos extrativistas como beneficiários do I PNRA (2002). Insere as Resex no PNRA, constituindo-se em mais uma alternativa aos projetos de assentamento convencionais..

**Decreto de 27 de dezembro de 2004:** Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Pactuar a atuação conjunta de representantes da Administração Pública direta e membros do setor não governamental pelo fortalecimento social, econômico, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais.

**Lei n.º 11.775, de 2008:** Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio). Incentivar a produção de forma sustentável, com o pagamento da diferença entre o valor de mercado e o valor mínimo estabelecido por lei para produtos da sociobiodiversidade.

**Lei n.º 12.188, de 2010:** Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Promover o desenvolvimento rural sustentável a partir de uma agricultura de base ecológica, que respeite os conhecimentos locais e fortaleça a participação social na gestão da política.

**Decreto n.º 7.794, de 2012:** Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações que promovam a transição agroecológica e a produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, no uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

**Lei n.º 7.804, de 18 de julho de 1989:** Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, cria o Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, e institui o Cadastro de Defesa Ambiental fundamentado nos Art. 23 (incisos VI e VII) e Art. 225.

**Resolução n.º 2191, de 24 de agosto de 1995:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família.

**Decreto n.º 91.766, de 10 de outubro de 1985. Elaboração do II PNRA (2003):** Ampliar a reforma agrária no Brasil, gerando renda e acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento.

**Decreto n.º 6040 de 2007:** Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

**Lei n.º 11.775, de 2008:** Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social e fortalecendo os circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

**Decreto n.º 7.572, de 2011:** Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV). Destinado àqueles que desenvolvem atividades sustentáveis de uso dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária. O Programa busca aliar a superação da extrema pobreza à conservação ambiental.

**Lei n.º 13.123, de 20 de maio de 2015:** Acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Regula o acesso à amostra de patrimônio genético e conhecimento tradicional para pesquisa e desenvolvimento tecnológico, repartição dos benefícios decorrentes da exploração de produto ou material reprodutivo desenvolvido a partir desses acessos. Busca facilitar o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

### **3.2 A Inclusão das Populações Tradicionais no I e II Programa Nacional da Reforma Agrária**

A primeira proposta de criação das Reservas Extrativistas foi feita através da Portaria n. 627, de 30 de julho de 1987, estando inicialmente ligada ao tema da reforma agrária e sob responsabilidade do INCRA e incorporada ao Programa Nacional da Reforma Agrária. A proposta recebeu a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista. De 1987 a 1989 foram criadas dez áreas que totalizavam 889.548 hectares beneficiando 2.924 famílias. A partir de 1989 a segunda proposta, efetivada através do Decreto n.º 98.897 de 30 de janeiro de 1990, passou a denominá-la como Reserva Extrativista e incluindo-a no Programa Nacional do Meio Ambiente (ALLEGRETTI, 1994), sendo definidas como “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. Conforme definido no Art. 5º, cabendo ao IBAMA supervisionar as áreas extrativistas.

Cabe ressaltar que o campo político de atuação estabelecido pelo movimento dos seringueiros estava inserido em uma interface de duas políticas governamentais: a da reforma agrária e a do meio ambiente. Apesar de em um primeiro momento, a proposta dos seringueiros questionar as duas alternativas em termos conceituais e institucionais, em um segundo momento a junção dessas políticas foi aceita por eles, onde a regularização da posse ficou subordinada à proteção do meio ambiente (ALLEGRETTI, 2008).

Como vimos, as Reservas Extrativistas foram criadas sob uma perspectiva da reforma agrária, e foram sendo incorporadas em políticas públicas que antes eram destinadas apenas aos assentados pela reforma agrária. Assim foram beneficiadas pelo I Programa Nacional de Reforma Agrária, implementado a partir do governo do presidente José Sarney (1985-1990).

Políticas públicas foram direcionadas para as Resex com o objetivo de proporcionar condições que auxiliem na reprodução da vida material das populações tradicionais. Em 2003 os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente reconheceram as Populações Tradicionais que residem em algumas UC's como beneficiárias do II Programa Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) criado em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A implementação

dessas políticas públicas foi possível devido ao avanço na discussão sobre a reforma agrária. A seguir veremos com mais detalhes o que são os I e II PNRA.

### 3.2.1 O I Programa Nacional da Reforma Agrária (I PNRA)

Os principais programas de reforma agrária no Brasil foram e ainda são resultado da história da luta pela terra. Muitas narrativas possuem como fator comum os conflitos agrários. Por esse motivo, entendemos a relevância de dar partida a essa discussão através dos principais conflitos que marcaram a história do Brasil, mas principalmente, da Amazônia. Dessa forma, iniciaremos revisitando alguns acontecimentos que foram essenciais para muitas conquistas daqueles que há muito tempo buscam pelo direito à terra.

Podemos dizer que há cinco séculos dava-se início no Brasil a história do latifúndio e da luta dos trabalhadores pelo direito a ter um pedaço de chão para cultivar e sobreviver, onde o escambo foi fator crucial para um sistema de resgate de riquezas e aliciamento de mão de obra, que se reinventa até hoje (FERNANDES, 1999; GUIMARÃES, 1981). Apesar dessa história remontar a chegada das caravelas com os invasores, vamos nos ater a alguns acontecimentos das últimas décadas.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por conflitos graves entre cultivadores e proprietários de terra, que evidenciou a existência de um movimento pela reforma agrária. Nesse período emergiram as Ligas Camponesas, Associações de Lavradores, Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) (FERNANDES, 1999). Esses movimentos sociais sofreram forte repressão do estado brasileiro, principalmente após o golpe militar de 1964.

No cenário internacional a guerra fria e a “iminente ameaça” do comunismo<sup>28</sup> eram postas como umas das principais questões a serem discutidas entre os países

---

<sup>28</sup> No documento oficial emitido pelos Ministério das Relações Exteriores do Brasil, intitulado “O Brasil em Punta Del Este - Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas”, o item 4 pontua que: d) a afirmação de que o comunismo não é o caminho para a consecução do desenvolvimento econômico e a supressão da injustiça social na América, e que, pelo contrário, o regime democrático comporta todos os esforços de superação econômica e todas as medidas de melhoramento e de progresso social, sem sacrifício dos valores fundamentais da pessoa humana. A missão dos povos e dos governos do Continente, na atual geração, é promover o desenvolvimento acelerado de suas economias para eliminar a miséria, a injustiça, a doença e a ignorância, nos termos da Carta de Punta del Este (pg. 14);

Latinoamericanos, no qual o Brasil está inserido. Este cenário político levou os Estados Unidos (EUA) a uma mudança na política econômica externa de relações com a América Latina, adotando uma postura de “generosidade” econômica e estratégica (RIBEIRO, 2006).

O então presidente estadunidense J. F. Kennedy (1961-63) propôs um plano de cooperação de dez anos, que tinha como objetivo investir no desenvolvimento econômico, social e político de países ocidentais, sobretudo os da América Latina, designados como países do Terceiro Mundo. O plano de Kennedy se inseriu em uma tradição de propostas que remontava aos programas do pós-guerra, como o New Deal<sup>29</sup>, o Point Four<sup>30</sup> e o Plano Marshall<sup>31</sup> (RIBEIRO, 2006).

A partir dessa questão internacional, em agosto de 1961 vinte e dois países interamericanos liderados pelos EUA se reuniram em uma conferência no Uruguai<sup>32</sup> para discutir diversos temas, dentre os quais estava a questão da reforma agrária. O resultado dessa conferência veio através da formalização do programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina, a “Aliança para o Progresso”, em um importante documento intitulado de Carta de Punta Del Este, onde constavam vários compromissos dos governantes, incluindo a reforma agrária (GUIMARÃES, 1981).

No Brasil, esse pacto, aliado aos crescentes conflitos e às pressões populares por uma reforma, teve como resultado os Projetos dos Estatutos da Terra, que posteriormente se transformou na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964<sup>33</sup>, sendo a primeira lei de reforma agrária a tramitar no Congresso Nacional. Embora nos anos posteriores ao golpe militar, o discurso governamental sobre a reforma agrária tenha começado a desaparecer (CARVALHO e D’INCAO, 1982).

Apesar das fortes repressões, as organizações camponesas continuaram a existir e a resistir através de diferentes formas durante todo período da ditadura. Em

---

<sup>29</sup> Foi um compilado de programas que objetivavam recuperar a economia norte-americana e auxiliar os prejudicados pela Grande Depressão. Estes programas foram implementados durante o governo do ex-presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt entre 1933 e 1937.

<sup>30</sup> Programa de assistência técnica para "países em desenvolvimento" criado por Harry S. Truman, ex-presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 1949.

<sup>31</sup> Este foi o principal plano dos EUA para reconstruir os países aliados da Europa que foram devastados pela Segunda Guerra Mundial.

<sup>32</sup> A Conferência de Punta Del Este foi realizada no Uruguai na cidade de Punta Del Este no dia 23 de janeiro de 1962.

<sup>33</sup> Dentre suas principais definições a Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964 em seu Art. 1º regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

1968 o movimento sindical passou a pautar as reivindicações pela reforma agrária de forma ampla, maciça e com a participação dos trabalhadores. Nos períodos mais severos de repressão as atividades eram voltadas, sobretudo, para dentro do próprio movimento, tendo como principais atividades o desenvolvimento pedagógico de divulgação dos princípios sobre o sindicalismo e dos direitos dos trabalhadores e da reforma agrária (CARVALHO e D'INCAO, 1982).

Além disso, a partir das CEB's, que já existiam em todo o território desde a década de 1970, a igreja católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sendo esta responsável pela articulação dos novos movimentos camponeses surgidos durante o período de ditadura do regime militar (FERNANDES, 1999).

Embora a repressão persistisse, as lutas camponesas continuaram a eclodir em todo o território brasileiro, se estendendo até o final da década de 1970 quando o governo militarizou o problema da terra, objetivando o controle da questão agrária. Esse controle se dava, sobretudo, sob a forma da violência, praticada tanto pela força privada quanto pela força pública. Essa violência foi tão aguda que, em 1985, final da ditadura, era assassinado 1 trabalhador rural a cada dois dias (FERNANDES, 1999). Além disso, até o final de 1970 alguns movimentos sociais, como o dos seringueiros amazônicos, ainda eram invisibilizados no cenário nacional.

O plano dos governos militares era restringir o avanço do movimento camponês, com vistas a implantar um novo modelo de desenvolvimento apoiado na agropecuária. E para isso usavam da força para reprimir a luta dos camponeses pela terra. Mas a implantação desse modelo e a forte repressão política desse período não impediu o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que viria a ser o movimento camponês mais amplo da história do Brasil (FERNANDES, 1999; OLIVEIRA, 2004).

O processo de criação do MST tem como marco de luta a ocupação da gleba Macali, situada no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 1979. Na década seguinte, em meados de 1984, a partir da reunião de trabalhadores em Cascavel, no Paraná, que já tinham a experiência da ocupação em alguns estados do país, surgiu de fato o MST. Essa construção foi fruto da interação de instituições como a Igreja Católica, através da CPT (FERNANDES, 1999; OLIVEIRA, 2004).

O MST faz parte do grupo dos Novos Movimentos Sociais do Brasil. São movimentos compostos por grupos como os sem-teto, os seringueiros e de pessoas do âmbito socioambiental. Esses movimentos podem ser compreendidos através de

suas ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que visam a transformação voltada para a realização de um projeto que se pauta em ideologias e se coloca sob a responsabilidade de algum tipo de organização (SCHERER-WARREN, 1987; GOHN, 2011).

A ditadura militar e as contradições contidas durante esse período, foram a base para fortalecer a luta pela terra. E foi através de muita luta que no início do processo de redemocratização do país, em 1985, sob os gritos de “Diretas Já”, foi realizado o primeiro Congresso Nacional do MST. Ainda neste ano, o governo lançou o I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA) como forma de atender a demanda dos trabalhadores sem-terra, tendo como objetivo a aplicação do Estatuto da Terra, que dispõe sobre as relações fundiárias de uso e ocupação da terra no Brasil, tendo por obrigação promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil (LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.).

Este primeiro plano foi apresentado pelo extinto Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e foi instituído através do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985 pelo presidente José Sarney (1985-1989). O órgão responsável pela execução do plano era o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou, no caso de Áreas Regionais Prioritárias, por meio de Planos Regionais de Reforma Agrária e respectivos Projetos de execução pautados no Estatuto da Terra. O documento oficial do I PNRA está organizado em duas partes: a primeira, se pauta na sua fundamentação (Necessidade e Oportunidade da Reforma Agrária e Princípios Básicos da Reforma Agrária), a segunda parte trata da formulação estratégica (Objetivos e Metas, Áreas Prioritárias, Estratégia de Ação e Recursos e Fontes de Financiamento). A seguir, no quadro 4, sintetizamos o decreto com seus objetivos geral e específicos.

#### Quadro 4 - Objetivos do I Programa Nacional da Reforma Agrária

##### OBJETIVO GERAL

Promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural.

##### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, visando ao atendimento prioritário do mercado interno; Possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, para ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho; Promover a diminuição do êxodo rural, para atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes; Contribuir para aumentar os benefícios sociais proporcionados pelas inversões públicas direta ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento do setor rural; Promover a paz social no meio rural, mediante a erradicação dos focos de tensão.

Fonte: Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Adaptado pela autora.

Dentre os programas estabelecidos pelo I PNRA estão o Programa Básico de Reforma Agrária, que consiste no assentamento de trabalhadores rurais; os Programas Complementares, que tratam sobre Regularização Fundiária, Colonização e Tributação da Terra; e os Programas de Apoio, que incluem o Cadastro Rural, os Estudos e Pesquisas, Apoio Jurídico e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

A meta estabelecida pelo I PNRA era assentar 1.400.000 famílias no período de quatro anos, de 1985 a 1989. Mas o governo alcançou apenas os números pífios de 53.978 famílias assentadas nesse período (BRASIL, 1985).

Conforme dados do INCRA (2020) o governo que mais emitiu decretos de desapropriação de terra durante o I PNRA para a reforma agrária foi o de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003). Foram 3.721 decretos e 577.005 famílias assentadas pela reforma agrária. Embora esse plano visasse resolver o problema da questão agrária, de 1985 a 2021, apenas 965.554 famílias foram assentadas em 9.433 assentamentos criados e reconhecidos pelo INCRA. Dessa forma, a cada novo governo, acompanhado de novas promessas, também vinham as decepções pelo não cumprimento das metas estabelecidas de novos assentamentos.

É importante observarmos que de 1985 a 1989, período de implementação do I PNRA, as populações tradicionais, especialmente as que vivem em Resex, não foram incluídas nesse plano. O reconhecimento e destinação de políticas públicas só ocorreu a partir da criação do II PNRA, quase 20 anos depois.

### 3.2.2 O II Programa Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) e a Ampliação do Reconhecimento dos Direitos das Populações Tradicionais

O II PNRA teve como seu expoente o professor Plínio de Arruda Sampaio, que foi coordenador da comissão do projeto. A formulação oficial foi apresentada por uma equipe técnica ao Ministério do Desenvolvimento Agrário em outubro de 2003 e passou a ampliar o programa de governo “Vida Digna no Campo” lançado durante a campanha do Partido dos Trabalhadores, que teve Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) como candidato. No mesmo ano iniciou-se o mandato do presidente Lula (2004 a 2011), no qual foi lançado o II Plano Nacional da Reforma Agrária (II PNRA) durante a Conferência da Terra, em Brasília. Este plano, assim como o primeiro, visa a desconcentração e democratização da estrutura fundiária. Mas além do acesso à terra, teve como objetivos a promoção da cidadania e o combate às injustiças sociais (INCRA, 2003).

As metas desse segundo plano eram assentar 400 mil novas famílias até o final de 2006, dar acesso à terra para 130 mil famílias através de crédito fundiário e dar estabilidade à posse da terra para outras 500 mil famílias a partir da regularização fundiária, ou seja, no total, beneficiaria mais de 1 milhão de famílias. Além do acesso à terra, o II PNRA prevê ações voltadas para o acesso à saúde, educação, energia e saneamento. Dentre os programas propostos no II PNRA estão a criação de novos assentamentos, o cadastro de terras e regularização fundiária, a recuperação dos assentamentos, o crédito fundiário, a titulação e apoio ao etnodesenvolvimento de áreas remanescentes de quilombos, o reassentamento de não índios ocupantes de terras indígenas, o reconhecimento de Reserva Extrativista e Assentamento Florestal. Também tendo como base a ampliação da reforma agrária a partir do reconhecimento da diversidade dos segmentos sociais no meio rural, prevendo ações de promoção da igualdade de gênero, garantia dos direitos das comunidades tradicionais e ações voltadas para as populações ribeirinhas e aquelas atingidas por barragens e grandes obras de infraestrutura (INCRA, 2003).

Este segundo plano vinha com a proposta de um novo modelo de reforma agrária, que propõe viabilidade econômica, segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade ambiental no acesso a direitos e a promoção da igualdade, sob uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Para alcançar esses objetivos o II PNRA especifica a necessidade de disponibilizar às famílias assentadas políticas

públicas relacionadas à produção, como acesso à créditos, assistência técnica, apoio à comercialização e à agregação de valor e construção de infra-estrutura produtiva, além de políticas que garantam qualidade de vida (acesso à água, saneamento básico, energia, habitação). Este novo plano visa, também, adequar a reforma agrária conforme as características de cada bioma e região do país.

A centralidade do II PNRA está na desapropriação por interesse social de latifúndios improdutivos para fins de reforma agrária combinado com outros instrumentos como a arrecadação de terras públicas e devolutas. Além dessas ações, o plano também coloca como compromisso do governo federal tornar o meio rural um espaço de paz, com qualidade de vida e produção. Levando ações que promovam igualdade de gênero, bem como, o reconhecimento de comunidades tradicionais e seus territórios, e o fomento de projetos que visem valorizar o etnodesenvolvimento, os saberes e as tradições (INCRA, 2003).

Entre os programas propostos pelo II PNRA estão: Criação de Novos Assentamentos; Cadastro de Terras e Regularização Fundiária; Recuperação de Assentamento; Crédito Fundiário; Promoção da Igualdade de Gênero na Reforma Agrária; Titulação e Apoio ao Etnodesenvolvimento de Áreas Remanescentes de Quilombos; Reassentamento de não índios ocupantes de terras indígenas; Reserva Extrativista e Assentamento Florestal; atingidos por barragens e grandes obras de infra-estrutura; Populações Ribeirinhas. No quadro 5 sintetizamos alguns detalhes sobre a viabilização de cada programa.

Quadro 5 - Programas e Metas do II PNRA 2003/2006.

|  |  |
|--|--|
| <p style="text-align: center;"><b>NOVOS ASSENTAMENTOS</b></p> <p>Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária complementada pela compra e venda (Decreto 433); Destinação de terras públicas; Obtenção de áreas devolutas; outras formas de obtenção (devedores, dação em pagamento); Integração produtiva e desenvolvimento territorial sustentável; Viabilidade econômica.</p>   | <p style="text-align: center;"><b>CADASTRO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b></p> <p>Constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR; Criação de um Novo mapa fundiário do país com base no CNIR; Execução de um amplo processo de regularização fundiária; Política fundiária associada a inserção nas políticas de desenvolvimento regional, à garantia da assistência técnica e do acesso ao crédito</p>  |
| <p style="text-align: center;"><b>RECUPERAÇÃO DE ASSENTAMENTOS</b></p> <p>Recuperação e implantação de um sistema gerencial de monitoramento; Complementação dos investimentos e o acesso à educação e saúde assegurados; Contratos específicos de custeio produtivo e apoio à comercialização, previstos no Plano de Safra da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária; Estradas, energia elétrica, habitação e saneamento viabilizados por recursos federais.</p>   | <p style="text-align: center;"><b>CRÉDITO FUNDIÁRIO</b></p> <p>Aquisição de terras nos casos em que as áreas não são passíveis de desapropriação por interesse social para reforma agrária. Três linhas que vão beneficiar os trabalhadores rurais mais pobres, em especial do Semi-Árido nordestino (Combate à Pobreza Rural), os jovens de 18 a 24 anos (Nossa Primeira Terra) e os agricultores familiares com terra insuficiente (Consolidação da Agricultura Familiar).</p>             |
| <p style="text-align: center;"><b>PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA REFORMA AGRÁRIA</b></p> <p>Ampliar e fortalecer a participação das mulheres nas atividades produtivas gerais do assentamento e das áreas reformadas; apoio a projetos específicos, a iniciativas de agregação de valor e geração de renda, do resgate das práticas de medicina tradicional, do artesanato, da valorização de formas tradicionais de produção e de projetos de capacitação em diversas áreas como manejo florestal, piscicultura, gestão entre outros.</p> | <p style="text-align: center;"><b>TITULAÇÃO E APOIO AO ETNODESENVOLVIMENTO DE ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS</b></p> <p>Implementação de política de regularização fundiária que garanta o direito de uso e posse; acesso aos instrumentos de política pública que favoreçam a permanência dos quilombolas na terra; ações voltadas para a regularização fundiária, de promoção do etnodesenvolvimento e de garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas.</p> |
| <p style="text-align: center;"><b>REASSENTAMENTO DE NÃO ÍNDIOS OCUPANTES DE TERRAS INDÍGENAS</b></p> <p>Atualização das informações sobre a demanda de reassentamento, criação de um sistema de gestão específica, adequação das normas do MDA/INCRA e capacitação de funcionários e gestores; Apoio ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas via políticas de autosustentação das comunidades que contemplem a proteção, recuperação ambiental das terras, apoio às economias indígenas e certificação dos produtos.</p>                    | <p style="text-align: center;"><b>RESERVA EXTRATIVISTA E ASSENTAMENTO FLORESTAL</b></p> <p>Reconhecimento e cadastramento pelo INCRA para que este segmento da população rural tenha acesso ao crédito do Pronaf e às demais políticas de infra-estrutura social aplicadas aos assentamentos.</p>  |
| <p style="text-align: center;"><b>ATINGIDOS POR BARRAGENS E GRANDES OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA</b></p> <p>Prevê a implementação de uma política específica de reassentamento deste segmento da população rural a ser coordenada pelo governo federal e que envolverá vários órgãos</p>   | <p style="text-align: center;"><b>POPULAÇÕES RIBEIRINHAS</b></p> <p>Reconhece este setor como parte de seu público alvo e prevê a elaboração e implementação de políticas públicas, baseada no reconhecimento e valorização da cultura e tradições desse povo e dirigidas à promoção da melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades produtivas.</p>   |

Fonte: INCRA, 2003. Adaptado pela autora.

Outro ponto importante do II PNRA é a universalização do acesso ao direito à educação, cultura e seguridade social. No que se refere à educação, ele prevê o Programa Nacional de Educação do Campo através da continuidade e ampliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que existe desde 1998 e é coordenado pelo INCRA. Tendo como objetivo fortalecer a educação nos assentamentos para reduzir o índice de analfabetismo de jovens e adultos trabalhadores (as) rurais, que residem em acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. E dessa forma, promover a elevação do nível de escolarização formal dessas pessoas, ampliando o acesso ao ensino fundamental e médio, associada à formação técnico-profissional (INCRA, 2003).

Já a seguridade social seria garantida a partir do acesso de homens e mulheres à saúde pública, assistência social e previdência social. A forma de alcançar esse objetivo é através da implementação de um programa de disseminação de direitos sociais básicos, e uma renda de cidadania que iria contribuir com o estabelecimento de uma existência digna. No caso do acesso à cultura será estendido para os assentamentos de Reforma Agrária e às comunidades rurais beneficiadas o projeto Arca das Letras, para proporcionar o estímulo à leitura desenvolvida com uma metodologia apropriada ao meio rural e coordenada por monitores da própria comunidade. Além disso, o II PNRA propõe a elaboração de uma política cultural para o meio rural brasileiro (INCRA, 2003).

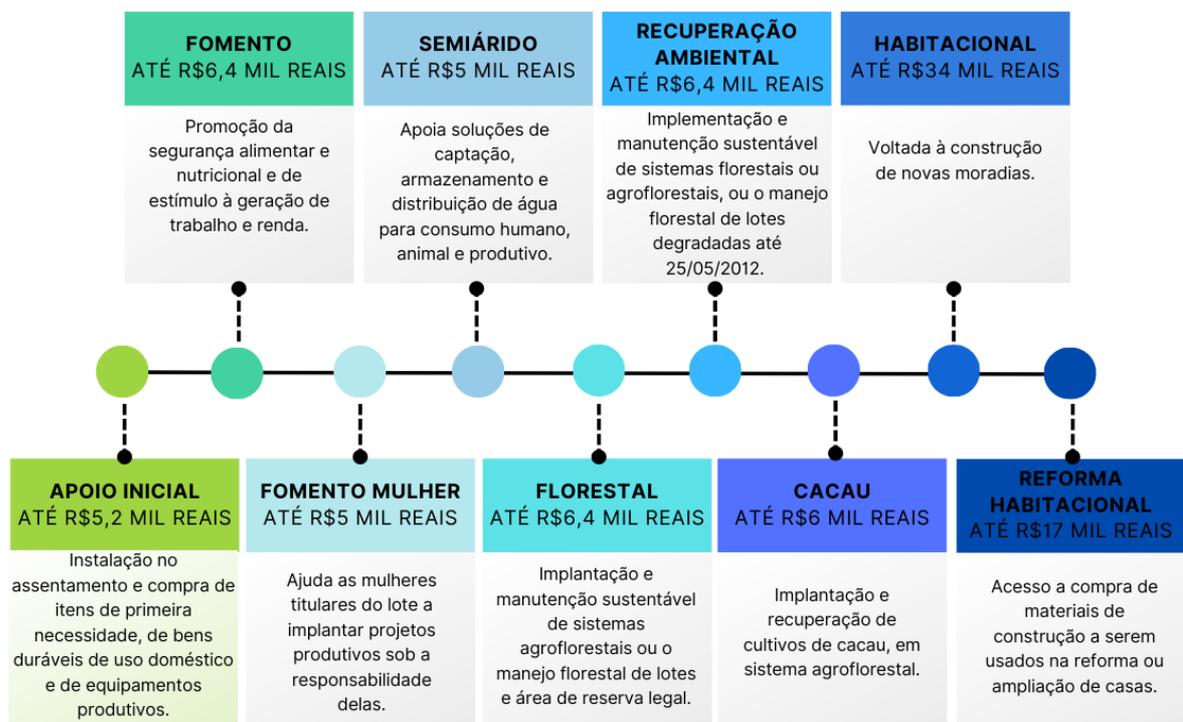
No que se refere às políticas públicas, os beneficiários do II PNRA têm direito ao Crédito Instalação, que disponibiliza recursos que permitem a instalação em um assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas. O acesso à esse tipo de crédito está previsto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 disposto no art. 17, caput, inciso V, que prevê a consolidação dos projetos de assentamento integrantes dos programas de reforma agrária a partir da concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação. Estando a regulamentação da concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento amparada atualmente pelo Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018.

O Crédito Instalação do II PNRA se configura como a primeira etapa de financiamento que é garantida às famílias assentadas e às que vivem em áreas reconhecidas pelo INCRA, caso das Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Ele propõe medidas que objetivam

promover a distribuição da terra e a implementação de políticas públicas, através de modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (INCRA, 2011).

Os requisitos para acessar as modalidades são: atualização dos dados das famílias no INCRA e a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); assinar, com a autarquia, um Contrato de Concessão de Uso (CCU), um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) ou documentos equivalentes, no caso de áreas reconhecidas. No caso do Contrato de Concessão de Uso ele transfere o imóvel rural ao assentado provisoriamente, já o CCDRU refere-se a assentamentos ambientalmente diferenciados: Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF). Conforme o quadro 6 podemos observar nove possibilidades de linhas de crédito, cada uma com suas especificidades, que a política propunha a fim de promover a qualidade de vida das populações que vivem nesses territórios, com destaque para o Crédito Habitacional, política pública foco desta análise.

Quadro 6 - Objetivos e modalidades do Crédito Instalação do II PNRA



Fonte: INCRA, 2020. Adaptado pela autora

Cada possibilidade do Crédito Instalação do II PNRA possui critérios específicos que estão indicados no Decreto nº 9424/2018 e na Instrução Normativa 101/2020 que trata especificamente das modalidades Habitacional e Reforma Habitacional. Sendo permitido que cada família possa solicitar mais de uma linha de crédito.

Como foi possível observar, a partir do reconhecimento e cadastramento das Reservas Extrativistas, bem como de outros tipos de UC's, pelo INCRA, populações tradicionais que vivem nesses territórios passaram a ter acesso à determinadas políticas públicas que antes eram acessadas apenas por aqueles que vivem em assentamentos da reforma agrária. A ampliação desses direitos impactou diretamente a vida das pessoas, que puderam ter acesso ao saneamento básico, água encanada, energia elétrica e habitação.

### **3.3 Políticas Públicas do II Programa Nacional da Reforma Agrária Destinadas à Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu**

A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT) foi criada em 20 de maio de 2005, via Decreto<sup>34</sup>. Está localizada no município de Bragança no Nordeste Paraense. O município possui cerca de 2.124,734 km<sup>2</sup> de área territorial e uma estimativa de 128.914 habitantes (IBGE, 2010). A economia dessa região depende da atividade pesqueira e do comércio em geral. Este município está em uma posição econômica e social de vulnerabilidade, apesar dos significativos avanços nos últimos 20 anos.

Conforme apontado no último censo, a renda média da população estava em torno de até meio salário mínimo por mês. O Pará possui 144 municípios, no ranking de desenvolvimento humano do Estado a cidade de Bragança está na 47ª posição, onde cerca de 41,59% da população ainda se encontra vulnerável à pobreza e 20,59% à extrema pobreza (IPEA, 2013). Os dados mostram que apesar de estar entre os 50 municípios da região com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Bragança possui um percentual alto de vulnerabilidade social.

---

<sup>34</sup> Decreto de 20 de maio de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm)>.

A área central de Bragança possui uma orla às margens do rio Caeté, a construção da mesma foi retomada em 2017 pela prefeitura de Bragança com o objetivo de melhorar a atração turística do município, sendo comumente utilizada pelos moradores e por turistas, que se concentram nesta área especialmente no final da tarde. Nesta mesma localidade há um porto que é utilizado por pescadores para abastecer o comércio local e, também, de outros municípios.

Esse cenário composto por rio, embarcações e comércio é típico de algumas regiões do estado do Pará. O comércio, também localizado no centro da cidade, abrange lojas diversas onde são comercializados vários tipos de produtos, como roupas, eletrônicos, móveis, entre outros. Uma feira também faz parte do cenário, na qual é vendida a famosa farinha de Bragança, pescados, açaí, e outros produtos alimentícios.

Imagem 1 - Orla com vista para o porto de embarcações do município de Bragança-PA



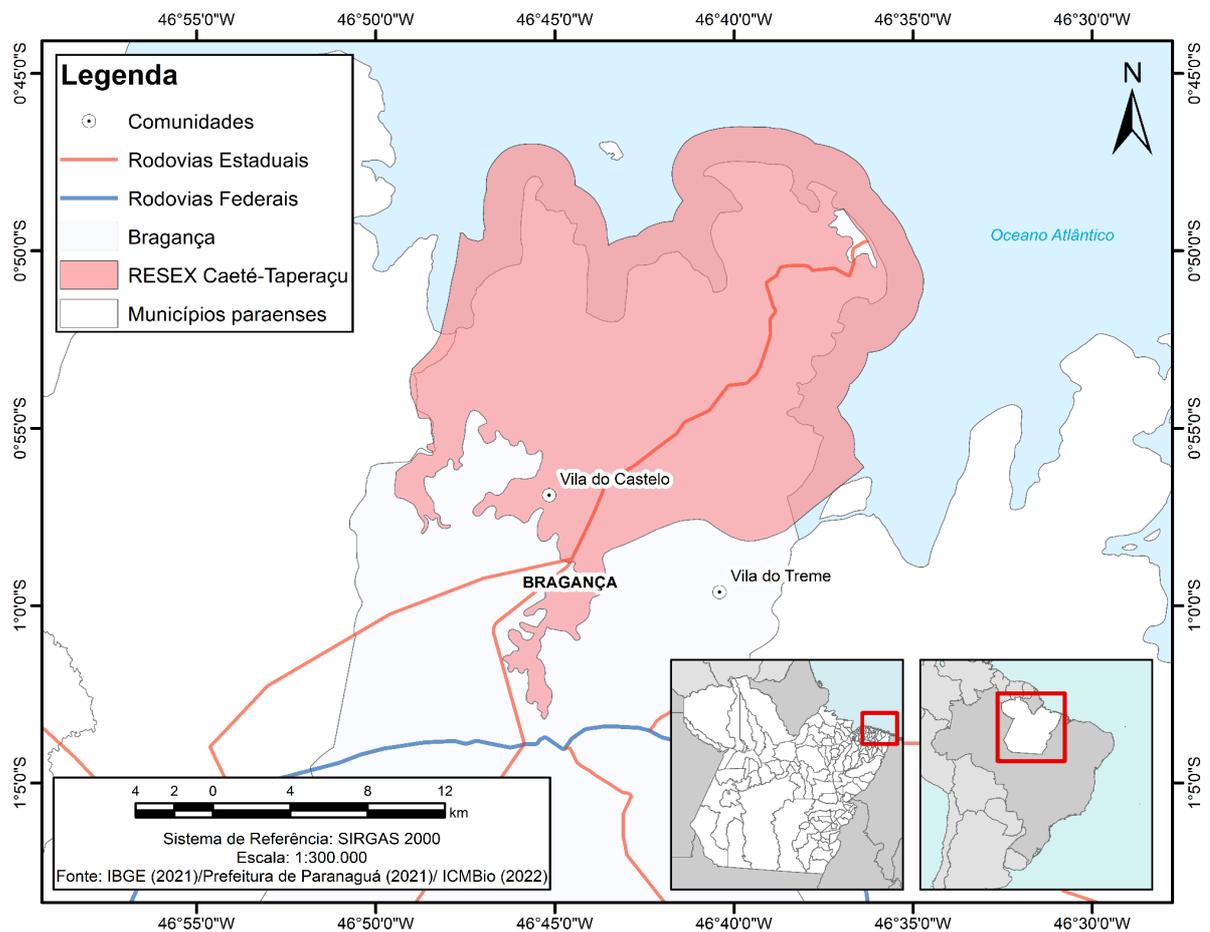
Fonte: Débora Alves, 2022.

Já o território da REMCT abrange uma área de aproximadamente 42.568 hectares, possuindo 8 pólos comunitários, tendo três comunidades usuárias dentro dos seus limites e mais 65 comunidades, situadas em seu entorno (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012a.). A história da REMCT iniciou em 1998, a partir da mobilização de moradores e pescadores desse território (LOPES, 2016; PERES, 2011; RIBEIRO, 2016; SILVA, 2016; SOUSA, 2017, SOUSA, 2019). O motivo que

desencadeou essa mobilização foi o aumento de trabalhadores na disputa pelo pescado e na catação de caranguejos (RIBEIRO, 2016).

A figura 1 destaca a localização da REMCT, situada no nordeste do estado do Pará. Ganham destaque as duas comunidades estudadas, Vila do Castelo situada dentro dos limites e a Vila do Treme, que está localizada no seu entorno. Também chamamos atenção para a rodovia que atravessa o território e dá acesso para a praia de Ajuruteua.

Figura 1 - Mapa de Localização da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu



Fonte: IBGE (2021); ICMBio (2022).

Para a criação da REMCT foi necessária a constituição da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), entidade de cunho jurídico fundada em oito de agosto de 2005. O papel da mesma é

representar os usuários<sup>35</sup>. Conforme o estatuto que a rege as suas principais funções são a de proporcionar aos seus associados uma forma de participação comunitária ativa e a de representá-los e defendê-los em seus interesses sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais (ASSUREMACATA, 2005 - Estatuto da associação, art.1, 2005.).

A sede da ASSUREMACATA está localizada na Rodovia Bragança S/N na comunidade Vila do Abacateiro. O terreno onde ela foi construída é bem grande e possui um muro na frente. Ela possui várias salas (Imagem 2-A), onde muitos documentos da associação são armazenados, e uma sala específica (Imagem 2-B) onde o presidente atende os associados. Há banheiros e uma cozinha (Imagem 2-C) que são utilizados, principalmente, pelo presidente, vice-presidente e tesoureiro da associação, pois eles estão no local para atendimento de segunda-feira a sexta-feira, de 09:00h às 17:00h.

Durante nossas idas ao local, nos dias 6 e 7 de janeiro de 2022, presenciamos o atendimento de associados, que foram à ASSUREMACATA para realizar a atualização cadastral do Registro do Beneficiário (RB) que é feita pelo presidente da associação. Mas além disso, também foi possível observar que os associados estavam à procura de orientações sobre aposentadoria e licença maternidade.

---

<sup>35</sup> Segundo o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu usuários são definidos como aqueles que Pessoas que residem dentro ou no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu e que usam os recursos naturais renováveis para sua sobrevivência.

Imagem 2 - Sede da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, 2022



Autor: Débora Alves, 2022.

Segundo o SNUC, as Reservas Extrativistas são áreas de domínio público com direito real de uso concedido por vigência contratual de 50 anos às populações tradicionais extrativistas. As regras de utilização desse território são geridas pelo Plano de Manejo, onde são definidas as normas de uso, o zoneamento das áreas e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

Além da constituição de uma associação as Resex possuem Conselhos Deliberativos (CD), aos quais cabe contribuir com as ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo e o cumprimento dos objetivos de sua criação. Sendo presidido pelo órgão responsável por sua administração, o ICMBio, e deve ser composto por representantes da sociedade civil, de órgãos públicos e das populações tradicionais. No caso da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu a população tradicional que vive no território precisa representar a

maioria<sup>36</sup> no Conselho Deliberativo. O CD da Resex Caeté-Taperaçu foi formado pela Portaria ICMBio nº 17, de 24 de setembro de 2007 (publicada no DOU – em 25/10/2007). O mandato do conselheiro é de dois anos, podendo ser renovado por igual período, consistindo em uma atividade não remunerada e considerada de relevante interesse público. As reuniões ocorrem em sessão pública com pauta e convocação pré-estabelecidas e, realizadas em local de fácil acesso (Diagnóstico Fase 1).

A criação da REMCT possibilitou aos usuários o acesso às políticas públicas que fazem parte do II PNRA e ao Programa Bolsa Verde (PBV)<sup>37</sup>. Conforme dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), após sua criação dá-se início a fase de instalação das famílias, que conta com a concessão de créditos e investimentos na infraestrutura (estradas, habitação, eletrificação e abastecimento). As Resex encontram-se como uma modalidade de assentamento reconhecida pelo INCRA (ribeirinhos, extrativistas), por esse motivo as famílias, que são definidas como assentadas, podem ter acesso às políticas públicas (INCRA, 2018). Esse é o caso da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, que por meio do cadastro dos moradores feito pelo INCRA iniciado em dezembro de 2005, possibilitou o acesso a programas socioambientais e socioeconômicos.

Compreender como se deu a criação dessas políticas públicas, assim como a implementação e distribuição na REMCT é essencial para entender a importância delas para a melhoria de vida das pessoas que vivem nessas comunidades, bem como a identificação dos condicionantes dos principais conflitos em torno da posse desses direitos. Isto porque, este estudo se dá no município de Bragança, em um território onde, 42,3% da população sobrevive com apenas 1 (um) salário mínimo e 41,4% estavam sem rendimentos em 2010, segundo dados do Censo. O que ressalta a situação da maioria da população em estado de pobreza ou extrema pobreza no território da REMCT (OLIVEIRA, 2018).

---

<sup>36</sup> INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007. Art. 9º A composição do Conselho Deliberativo da Unidade deverá obedecer aos seguintes critérios: III - deve-se garantir, na composição do Conselho, maioria de representantes das populações tradicionais da Unidade.

<sup>37</sup> Programa socioambiental que tem como um dos principais objetivos a transferência de renda para as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, por meio da distribuição de bolsas no valor de 300 reais trimestralmente no período de 2 anos. Mas também objetiva à conservação ambiental, como meio de incentivar as famílias, que vivem nessas áreas de relevância para a conservação ambiental, a continuarem utilizando os recursos naturais de forma sustentável (MMA, 2018). Este programa foi extinto pelo Governo Federal em 2018.

As políticas públicas destinadas à Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu através do II PNRA foram o Apoio Inicial destinado a auxiliar as famílias na instalação no assentamento e na compra de itens de primeira necessidade, como bens duráveis de uso doméstico e de equipamentos produtivos, atualmente o valor desse crédito pode chegar até R\$ 5,2 mil (cinco mil e duzentos reais); e o Crédito Habitacional, que ganhou destaque, por ser uma linha de crédito que se destina à reforma ou construção de moradias para as populações extrativistas mais necessitadas. Este ficou conhecido entre os moradores da REMCT como “Casa do INCRA”, que foi o órgão responsável pela sua implementação. Também observamos que a implementação do Crédito Habitacional trouxe à tona conflitos relacionados à má administração de sua partilha, mas que por outro lado, surtiram efeitos importantes no que se refere ao sentimento de reconhecimento por parte da população que foi contemplada por esta política.

A criação de uma Resex dá-se em um cenário onde os conflitos se instalam devido aos diferentes objetivos dos atores sociais envolvidos nesse processo. Estudo anteriores referem embates entre os usuários e os técnicos do ICMBio (responsável pela fiscalização). Ambos os lados usam da questão ambiental como forma de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LEITE LOPES, 2004). Isso se concretiza no embate entre o conhecimento científico dos técnicos e o conhecimento tradicional dos usuários, que aparece, por exemplo, na elaboração do plano de manejo, cuja linguagem técnica dificulta o entendimento dos usuários sobre as regras de uso estabelecidas.

A REMCT está localizada integralmente no município de Bragança, mesorregião do nordeste paraense. O Plano de Manejo realizou o mapeamento de 69 comunidades Usuárias, sendo que 03 encontram-se dentro dos limites da REMCT (Castelo, Bonifácio e Vila dos Pescadores) e 42 possuem organização representativa dos extrativistas, estando vinculadas estatutariamente a ASSUREMACATA (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012a.).

Essas comunidades são agrupadas em 08 polos de representação de acordo com a proximidade geográfica (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012a.). Destaca-se entre elas as comunidades do Treme (Polo Treme) e Comunidade do Castelo (Polo Bacuriteua), locais escolhidos para a realização da pesquisa.

Quadro 7 - Polos e Comunidades com Comitês Intercomunitários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu

| PÓLOS      | PÓLOS DE BASE COMUNITÁRIA  |
|------------|--|
| Cidade     | Alegre; Riozinho; Aldeia; Perpétuo Socorro; Abacateiro;                                    |
| Bacuriteua | Bacuriteua; Pontinha do Bacuriteua; Taperaçu-Porto; América; Castelo; Vila do Meio;        |
| Acarajó    | Acarajó Grande; Acarajozinho; São Benedito; Piçarreira;                                    |
| Tamatateua | Tamatateua; Porto da Mangueira; Taperaçu-Campo; Patalino; Retiro;                          |
| Campo      | Cafezal; Maçarico; Lago do Povo; Cajueiro; Ponta da Areia; Serraria; Bom Jardim; São José; |
| Caratateua | Caratateua; Rio Grande; Taquadeua; Vila dos Lucas; Vila Que- Era; Sítio Grande; Chaú;      |
| Treme      | Treme; Eldorado; Aciteua;  |
| Ajuruteua  | Vila dos Pescadores; Vila do Bonifácio; Campo do Meio.                                     |

Fonte: ABDALA; SARAIVA; WESLEY (2012). Elaboração da autora.

A opção por ouvir essas pessoas, se tornou importante porque foi a partir de suas falas que pudemos depreender suas percepções sobre a REMCT e o Crédito Habitacional (II PNRA). O que oportunizou também iluminar os lapsos que não são revelados nos índices oficiais, nem no discurso das lideranças locais e dos demais atores que tomam parte do processo. Os usuários foram entrevistados com o objetivo de esclarecer se a política pública de habitação foi capaz de atender suas necessidades materiais, se as habitações foram apropriadas simbolicamente pelos usuários/as, dentre outros pontos referente à cogestão e a apropriação do território.

Antes de situarmos a questão da implementação do Crédito Habitacional na REMCT, cabe ressaltar alguns aspectos importantes das duas comunidades escolhidas para essa pesquisa, as comunidades da Vila do Treme e da Vila do Castelo. Como já dito anteriormente, elas foram escolhidas por algumas questões importantes, como pelo fato de juntas representarem um expressivo percentual de habitações construídas pela política pública aqui estudada.

O gráfico 2 apresenta a apuração de dados fornecidos pelo INCRA, e nos mostra que do total de casas construídas (1623 habitações) nas 57 comunidades, situadas dentro da REMCT e no seu entorno, 10,2% foram construídas na Vila do Treme (166 habitações), e 6,1% na Vila do Castelo (99 habitações), totalizando 16%

(265 habitações). Os dados apontam que entre as comunidades situadas dentro e as situadas fora dos limites da REMCT, essas duas comunidades foram as que mais tiveram habitações construídas pelo Crédito Habitacional (II PNRA). Além disso, é possível observarmos que juntas as dez comunidades destacadas no gráfico receberam 969 habitações, o que equivale a 59,7% do total, ou seja, juntas essas dez comunidades concentram mais da metade de casas construídas pelo Crédito Habitacional (IIPNRA).

Gráfico 2 - Porcentagem de Casas Construídas nas Comunidades que mais receberam o Crédito Habitacional na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú.



Fonte: INCRA (2022). Adaptado pela autora.

Alguns estudos apontam que a comunidade do Treme teve origem na década de 1990 a partir da chegada de três famílias bragantinas, são elas: família Gama, família Mescouto e a família Praxedes Miranda (CARDOSO, 2015; DAMASCENA, 2013). Já o nome da comunidade, segundo relatos dos moradores, surgiu a partir de um misterioso fenômeno na comunidade. Os moradores mais antigos relatam que havia um grande lago coberto por vegetação na entrada da comunidade, e que era possível atravessá-lo de uma margem à outra. Aqueles que se arriscaram a fazer esse percurso terminavam por perder o equilíbrio e andavam tremendo, desse misterioso fenômeno surgiu o nome da comunidade do Treme (SILVA, 2018).

Esta comunidade está localizada a 18km de distância da sede do município de Bragança e se encontra fora dos limites da REMCT, é considerada uma das comunidades com maior número de população residente, sendo os seus moradores considerados usuários desse território. As atividades no Treme estão relacionadas, principalmente, à pesca e ao extrativismo do caranguejo-uçá. Na imagem 3 podemos observar a rua principal (Imagem 3-A) que é asfaltada, bem como a área central da comunidade (Imagem 3-B) onde fica localizada uma praça, uma escola pública e uma igreja. Já as ruas transversais não possuem asfaltamento (Imagem 3-D). Há também um pequeno porto onde ficam as embarcações dos pescadores locais (Imagem 3-C).

Imagem 3 - Comunidade do Treme – Rua principal (A), Praça (B), Porto (C), Rua paralela (D).



Fonte: Débora Alves, 2022.

Segundo Silva (2018) um dos principais problemas que dificultam a vida dos moradores é a questão do despejo dos resíduos do caranguejo. Isto porque a coleta de lixo realizada pela prefeitura na comunidade não é periódica, o que leva os trabalhadores a despejarem os resíduos do caranguejo em locais de mata. Por ser um

material de difícil decomposição o odor exalado é contínuo, causando muito desconforto aos moradores. Parte dos entrevistados apontaram que não possuem acesso à coleta de lixo feita pela prefeitura (Gráfico 3), pois esse serviço ainda não cobre toda a Vila do Treme. Segundo os moradores, o carro de lixo não entra em determinadas ruas, mas não souberam explicar o motivo.

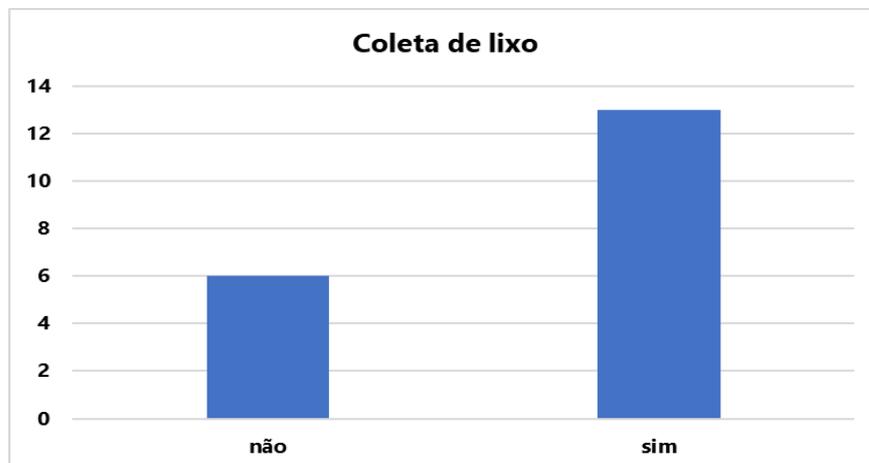
“Toco fogo, jogo pra ali, porque não tem coleta, tem três vereadores, já pediu muito... o caminhão passa nas outras ruas, mas aqui não entra”. Entrevista com D.C, 39 anos. Vila do Treme, Bragança, maio de 2022.

“A gente joga pra ali, a gente queima. Mas tem pra lá e pro outro lado pra ali, viu?”. Entrevista com N.R, 31 anos. Vila do Treme, Bragança, maio de 2022.

“Não, na rua mesmo não. Agora pra lá tem. A gente queima”. Entrevista com F.G, 39 anos. Vila do Treme, Bragança, maio de 2022.

De todo modo, foi possível observarmos que algumas ruas são demasiadas estreitas e não possuem um nivelamento que possibilite a passagem de veículos pesados, como é o caso do caminhão de lixo. Por outro lado, cabe à prefeitura de Bragança encontrar soluções que viabilizem o acesso desse serviço essencial para esta comunidade, visto que por não ser possível descartar o lixo de modo adequado os moradores da Vila do Treme queimam o lixo em seus quintais, o que pode lhes causar problemas de saúde devido à fumaça, e prejudicar o meio ambiente.

Gráfico 3 - Coleta Seletiva de Lixo na Comunidade da Vila do Treme - Respostas das/os moradoras/es



Fonte: Débora Alves, 2022.

A Comunidade do Castelo teve a sua origem na década de 1980, a partir da ocupação de pescadores e de suas famílias que migraram da praia do Picanço<sup>38</sup> devido às enchentes. Após esse período de grande cheia, os moradores junto com os pescadores do município de Bragança se mobilizaram com o propósito de conquistarem a posse da praia do "Zé da Égua", uma ilha que estava deserta, pois seu antigo dono havia se mudado. A mobilização surtiu efeito e a prefeitura de Bragança juntamente com o governo do Estado do Pará, autorizaram que a área fosse ocupada. Cada família ficou com um loteamento que foi designado através de sorteios sob responsabilidade do presidente da Colônia dos Pescadores de Bragança. O nome dado para a comunidade foi sugestão de um morador, que inicialmente foi chamado de Monte Castelo e posteriormente apenas, Castelo (FEITOSA, 2012; SILVA, 2018).

Localizada dentro dos limites da REMCT, a comunidade do Castelo se encontra a 16,5 km de distância do centro da cidade de Bragança, e apesar de não termos informações oficiais, segundo os moradores, concentra a maior população entre as três comunidades de dentro do território. A principal atividade dessa comunidade é a comercialização do pescado.

Conforme a imagem 5 podemos observar que a comunidade conta com um porto (5-A), que era considerado o melhor entre os existentes na REMCT, mas sua estrutura cedeu, embora não saibamos se por conta das chuvas e enchentes do rio, ou devido a qualidade dos materiais e projeto utilizado em sua construção. Além disso, em visita de campo recente, em janeiro de 2022, observamos a "passagem" do asfalto dentro da comunidade, que foi feita através da prefeitura de Bragança. Apesar disso, uma de nossas entrevistadas informou que não foi feita a macrodrenagem. A obra consiste apenas no asfaltamento das vias e na construção de calçadas.

A comunidade possui uma escola em funcionamento, mas no que se refere a saúde, uma moradora que entrevistamos nos levou até o local que será o posto de saúde da comunidade. Ela nos informou que o posto funcionará na casa de uma moradora da comunidade, alugada pela prefeitura no valor de 800 reais mensais. Estivemos no local durante a visita de campo e a obra encontrava-se parada. Confirmamos a informação através do site da prefeitura de Bragança, por meio da

---

<sup>38</sup> Segundo os moradores entrevistados a praia do Picanço era uma região de praia onde muitas pessoas moravam, suas casas eram construídas de madeira devido a terreno arenoso. Esa região alagou com o passar dos anos, por isso as pessoas migraram para outras áreas que ficaram conhecidas posteriormente como a Vila do Treme e a Vila do Castelo

consulta de licitações, que Nícia Luciene Borges da Silva foi a vencedora total em uma modalidade que dispensa licitação. O valor total do contrato é 9.600 reais tendo sua data de início em 19/02/2021.

Na última visita de campo na comunidade, realizada em julho de 2022, recebemos a informação de que o posto de saúde havia sido inaugurado no mesmo mês, e fomos até o local. Apesar de ter sido entregue em boas condições e, segundo as/os moradoras/es, possuir condições dignas para o atendimento da comunidade, ele foi inaugurado com atraso, tendo se passado mais de um ano após a licitação para a reforma da casa onde ele está funcionando hoje. Na imagem 4 temos a faixa do posto de saúde.

Imagem 4 - Posto de Saúde Recém Inaugurado na Comunidade da Vila do Castelo



Fonte: Débora Alves, 2022.

Assim como a comunidade do Treme, a da Vila do Castelo possui uma área ampla onde ficam localizados o porto (Imagem 5-B), uma escola pública e uma igreja (Imagem 5-C), mas essa parte da comunidade ainda não havia recebido nenhum tipo de atenção da prefeitura até a data de julho de 2022. Já as ruas da comunidade estavam sendo totalmente asfaltadas, apesar dessa ação não incluir o serviço de macrodrenagem (Imagem 5-A e 5-D).

Imagem 5 - Comunidade do Castelo – Rua principal (A), Porto (B), Igreja (C), Rua paralela (D).



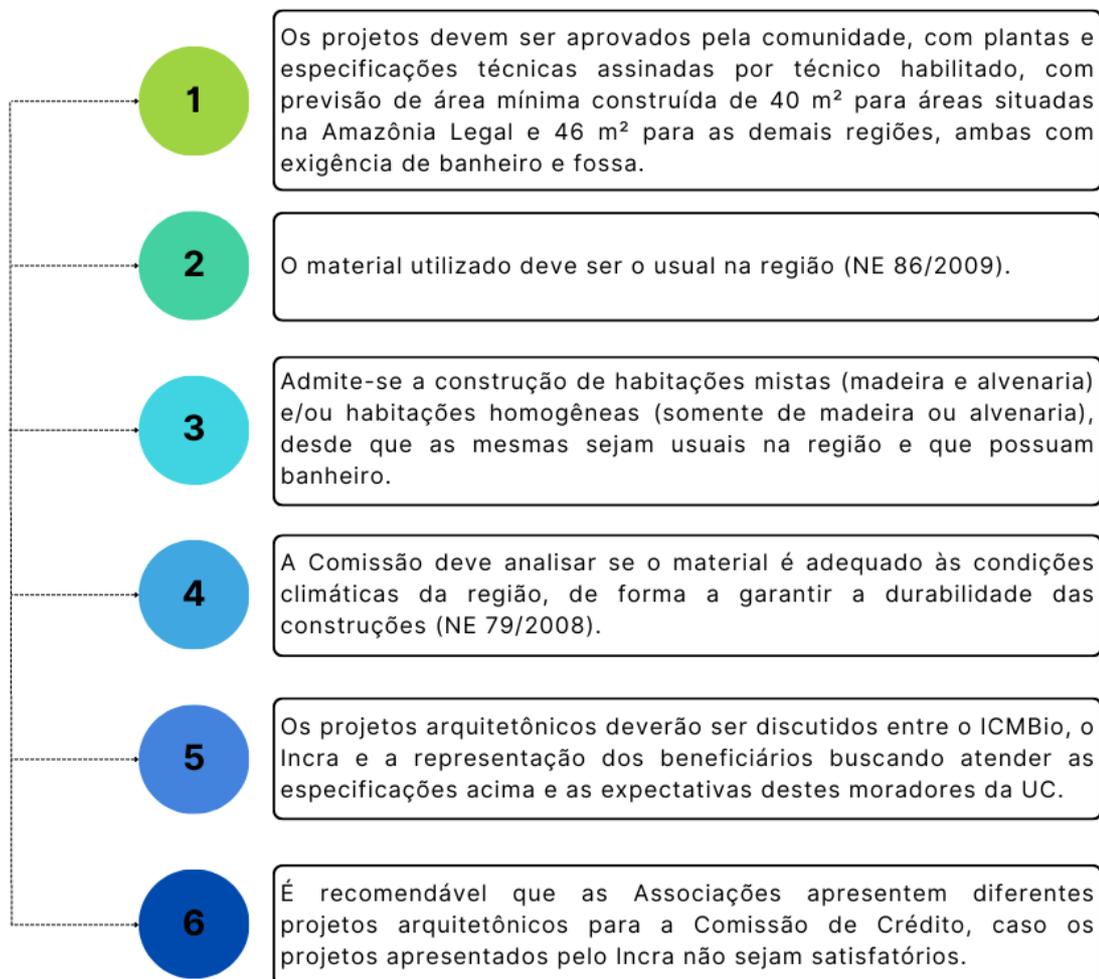
Fonte: Débora Alves, 2022.

Pesquisas anteriores apontam que os moradores entrevistados diziam não haver conflitos ligados à disputa de recursos naturais, mas reclamam da ausência de um posto de saúde e da precariedade da estrada. Apenas um ônibus transporta os moradores para a cidade de Bragança nos horários de 11h e 13h (SILVA, 2018). Observamos que a estrada de acesso à comunidade permanece com a mesma precariedade. Ao caminhar pela comunidade foi possível observar vários pescadores na atividade de conserto das redes de pesca, como também, identificar muitas casas construídas pelo INCRA através do II PNRA.

### 3.3.1 Processo de Implementação do Crédito Habitacional do II PNRA, os Atores Envolvidos e o Público Alvo da Política Pública

Segundo as regras do Manual de Procedimentos para Implantação do Crédito Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária em Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, seis questões precisam ser levadas em consideração para a execução da política do Crédito Habitacional, como sintetizadas no quadro 8.

Quadro 8 - Regras para a Construção das Casas



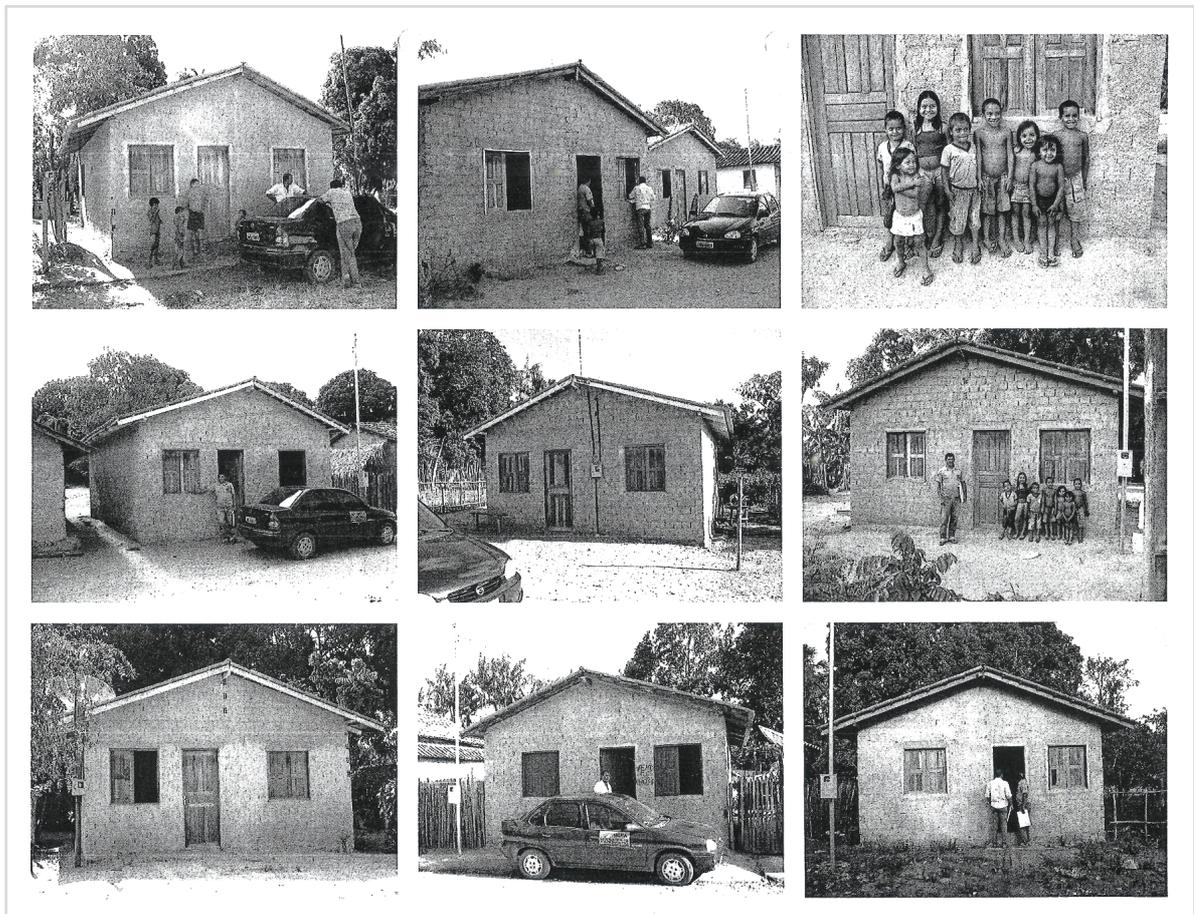
Fonte: INCRA (2011). Adaptado pela autora (2022).

Além das regras para construção, o acesso às políticas do II PNRA depende de alguns pontos que foram definidos pelo CD sobre quem é reconhecido como usuário da REMCT, logo, beneficiário das políticas públicas destinadas a esse território. Dentre esses pontos principais podemos destacar: aqueles que residam nos

limites do município de Bragança, no mínimo, desde a época de fundação desta Resex (20/05/2005) e que se enquadrem em pelo menos uma das atividades relacionadas ao extrativismo. O perfil dos usuários/beneficiários será mais explorado na próxima sessão.

O período de implementação do Crédito Habitacional na REMCT iniciou em 2005, mesmo ano de sua criação, através do cadastramento dos usuários do território pelo INCRA para que estes fossem reconhecidos enquanto assentados pela reforma agrária e pudessem acessar determinadas políticas públicas. Neste período foram cadastradas 5002 famílias que seriam beneficiadas. Na imagem 6 podemos observar o registro da entrega das primeiras moradias na REMCT no ano de 2006. Essas imagens nos foram cedidas pelo INCRA sediado em Belém-PA, responsável pela implementação do Crédito Habitacional e de outras políticas do II PNRA em várias Resex situadas na região do salgado paraense.

Imagem 6 - Primeiras Casas Construídas com Recursos do Crédito Habitacional no ano de 2006.



Fonte: INCRA, 2005.

O Crédito Habitacional foi responsável pela construção de novas habitações. Possibilitou a aquisição de materiais necessários para a produção das habitações e o pagamento de mão de obra e serviço técnico específico. O processo ocorria a partir da liberação do crédito para a ASSUREMACATA. Os materiais eram entregues para os moradores contemplados. A aquisição desse material era feita, inicialmente, por empreiteiras. Essas empreiteiras eram responsáveis por fazer a entrega do material aos que foram contemplados pela política e designar o mestre de obra e a equipe responsável pela execução do projeto.

No quadro 9 podemos verificar a relação de empreiteiras que foram responsáveis pelas construções das moradias através do Crédito Habitacional, bem como, a quantidade de moradias construídas por cada uma delas no decorrer dos anos.

Quadro 9 - Construtoras contratadas para a execução das obras da Resex Caeté-Taperaçu

(Continua)

| CONSTRUTORA                             | VALOR DO CONTRATO | CASAS CONSTRUÍDAS | PREÇO UNITÁRIO | VIGÊNCIA                |
|---|-------------------|-------------------|----------------|-------------------------|
| DECON-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA      | R\$1.000.000,00   | 200               | 5.000,00       | 03/05/2006 a 11/12/2007 |
| 10 DE OUTUBRO LTDA                      | R\$1.000.000,00   | 200               | 5.000,00       | 03/05/2006 a 11/12/2007 |
| ZACARIAS NASCIMENTO MAIA                | R\$700.000,00     | 100               | 7.000,00       | 10/07/2007 a 16/02/2009 |
|   | R\$700.000,00     | 100               | 7.000,00       | 27/09/2007 a 31/07/2010 |
| PAULO FRANCISCO PACHECO QUARESMA        | R\$700.000,00     | 100               | 7.000,00       | 06/09/2007 a 18/09/2008 |
|   | R\$700.000,00     | 100               | 7.000,00       | 14/11/2007 a 27/03/2009 |
|   | R\$455.000,00     | 65                | 7.000,00       | 23/04/2008 a 22/07/2009 |
| GERALDO GOMES DE OLIVEIRA               | R\$630.000,00     | 100               | 6.300,00       | 01/04/2008 a 30/07/2009 |
| R.P. DE SOUZA-ME                        | R\$1.350.000,00   | 90                | 15.000,00      | 05/11/2009 a 04/11/2010 |
| RODOPLAN-SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA | R\$630.000,00     | 42                | 15.000,00      | 05/11/2009 a 04/11/2010 |
| C.Z. DE SOUZA LTDA                      | R\$3.000.000,00   | 200               | 15.000,00      | 05/11/2009              |
| J. ROSÁRIO DA SILVA-ME                  | R\$ 585.000,00    | 46                | 12.717,39      | 05/11/2009 a 05/04/2010 |
| CONSTRUBEL-LTDA                         | R\$270.000,00     | 18                | 15.000,00      | 05/11/2009              |
| L. A. P. SOARES – ME                    | R\$1.800.000,00   | 120               | 15.000,00      | 05/11/2009 a 04/11/2010 |
|   | R\$630.000,00     | 42                | 15.000,00      | 20/08/2010 a 20/11/2010 |

|                                       |                  |      |           |                         |
|---------------------------------------|------------------|------|-----------|-------------------------|
|                                       | R\$465.000,00    | 31   | 15.000,00 | 19/11/2010 a 19/02/2011 |
|                                       | R\$240.000,00    | 16   | 15.000,00 | 12/08/2010 a 12/11/2010 |
| CONSTRUREAL-CONST.E<br>SERV.REAL LTDA | R\$1.170.000,00  | 78   | 15.000,00 | 26/08/2010 a 26/02/2010 |
| Total                                 | R\$16.725.000,00 | 1648 |           |                         |

Fonte: INCRA (2019). Adaptado pela autora (2022).

(Conclusão)

Verificamos que das 12 empresas responsáveis pela construção das habitações, a maioria é de Bragança-PA, 6 no total. As demais são de Belém-PA (2), Ananindeua-PA (2), Castanhal-PA (1) e Augusto Corrêa-PA (1), conforme o quadro 10. A construtora que foi mais beneficiada com os contratos foi a L. A. P. SOARES – ME, ficando responsável pela execução de quatro contratos, que somados resultam no valor total de R\$3.135.000,00. Essa empresa está registrada com o endereço de Bragança-PA. Ao questionar as lideranças envolvidas na implementação da política a respeito das empreiteiras escolhidas, informaram que não lembravam os nomes nem os valores dos contratos. Apesar disso, foi realizado um levantamento dessas informações junto ao INCRA em 2022, tendo sido possível acessar os dados de valores dos contratos, nomes e endereços das construtoras e detalhes sobre a quantidade de casas que foram construídas por cada empreiteira.

Quadro 10 - Relação das Construtoras Responsáveis pela Construção das Habitações na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu

(Continua)

| CONSTRUTORA                               | ENDEREÇO      |
|---|---------------|
| Geraldo Gomes De Oliveira                 | Bragança-PA   |
| R.P. De Souza-Me                          | Bragança-PA   |
| Rodoplan - Serviços De Terraplanagem Ltda | Bragança-PA   |
| J. Rosário Da Silva-Me                    | Bragança-PA   |
| L. A. P. Soares – Me                      | Bragança-PA   |
| Construreal-Const. E Serv. Real Ltda      | Bragança-PA   |
| Decon-Materiais De Construção Ltda        | Ananindeua-PA |
| Paulo Francisco Pacheco Quaresma          | Ananindeua-PA |
| 10 De Outubro Ltda                        | Belém-PA      |
| Zacarias Nascimento Maia                  | Belém-PA      |

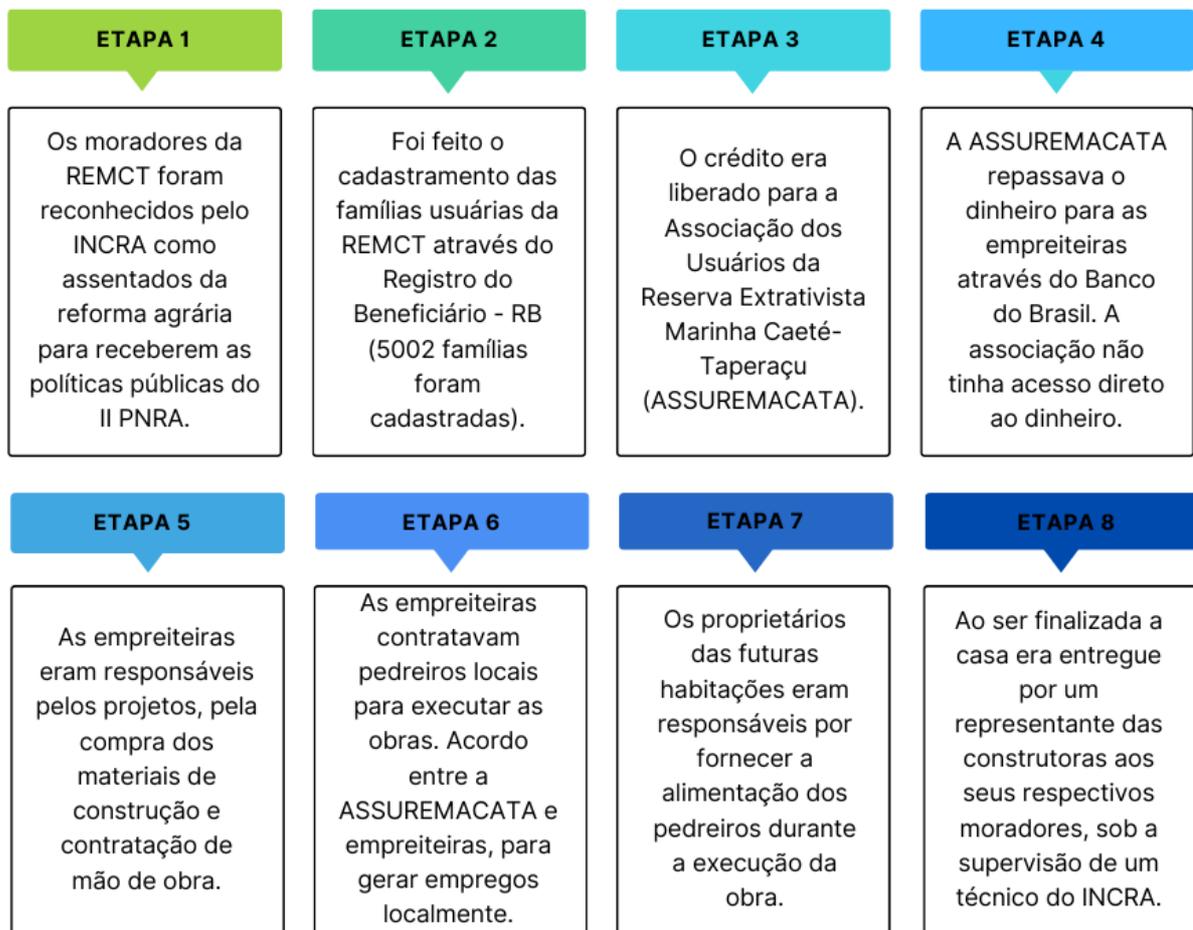
|                    |                   |
|--------------------|-------------------|
| C.Z. De Souza Ltda | Castanhal-PA      |
| Construbel-Ltda    | Augusto Corrêa-PA |

Fonte: INCRA (2022). Elaborado pela autora.

(Conclusão)

No quadro 11 podemos observar quais foram as etapas para a execução da política pública do Crédito Habitacional, que vai do reconhecimento dos moradores da REMCT como assentados, passando pelo cadastramento destes através do Registro do beneficiário (RB), até a compra dos materiais necessários para a reforma ou construção das moradias.

Quadro 11 - Processo de Liberação do Crédito Habitacional



Autor: Débora Alves, 2019.

Inicialmente o valor dessa linha de crédito do II PNRA era 5 mil reais, no ano de 2007 o valor foi reajustado para 7 mil reais, e em 2009 passou para 15 mil reais. Atualmente o valor do crédito pode chegar a 32 mil reais por família.

### 3.3.2 Os Conflitos em Torno da Partilha dos direitos

Alguns conflitos surgiram em torno da partilha dessa política pública. Conforme dados do INCRA (2019), foram cadastradas 5.002 famílias entre os anos de 2005 e 2009 para receberem o Crédito Habitação, porém, durante os anos de 2005 a 2013 apenas 1.623 foram contempladas com recursos para a construção de novas unidades habitacionais. Na tabela 4, baseada em dados do INCRA, observamos que a política não alcançou nem 50% da população alvo. Além disso, podemos perceber diferenças nos valores por habitação construídas ao longo do tempo de implementação na REMCT.

Tabela 4 - Ano de Construção, Valor por Habitação e Quantidade de Habitações Construídas na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu

| ANO DE CADASTRAMENTO | PESSOAS CADASTRADAS | HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS | ANO DE CONSTRUÇÃO | VALOR POR HABITAÇÃO |
|----------------------|---------------------|------------------------|-------------------|---------------------|
| 2005 a 2006          | 3001                | 400                    | 2006              | 5 mil reais         |
| 2008                 | 1536                | 565                    | 2007 a 2008       | 7 mil reais         |
| 2009                 | 465                 | 683                    | 2009 a 2013       | 15 mil reais        |

Fonte: INCRA (2018). Elaborado pela autora, 2019.

O reajuste expressivo no crédito a partir de 2009 resultou na construção de moradias mais “completas”, segundo os moradores entrevistados. Por outro lado, também produziu um sentimento de ressentimento nos primeiros contemplados que receberam valores inferiores para a construção de suas casas.

“Ah, eu queria uma reforma pra ela né, que ela tá precisando, porque quando, a minha casa que quando eu ganhei ela, ela só foi mesmo deixada assim no cimento né, só o piso assim ó, não, não foi como foi essas da segunda vez que veio toda bonitinha, lajotada”. (Entrevista com C.F, 39 anos, Vila do Treme, maio de 2022).

O Crédito Habitação foi interrompido pelo Governo Federal em 2013, deixando de fora 3.379 dos 5002 moradores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu que foram cadastrados para serem contemplados por essa política pública. E apesar

dessa política não ter alcançado todos os necessitados ela ainda pode ser vista como um modelo de política de habitação social frente ao padrão capitalista que exclui aqueles que não possuem recursos financeiros para comprarem uma casa (MONTEIRO e VERAS, 2017).

Embora a política do Crédito Habitacional tenha tido um ganho no que se refere aos recursos financeiros, a designação desigual dos recursos foi um fator que gerou conflitos. Portanto, a situação demanda soluções que incorporem toda a comunidade, devendo ser fator de inclusão social e não de ampliação de desigualdades. A interrupção da política pública tornou a chance de participação desigual, deixando de fora a maior parte da população da REMCT. De acordo com Scalon (2011) no caso da implementação de políticas públicas, os que são contemplados aumentam suas vantagens relativas sobre os excluídos, e se apropriando de forma mais efetiva dos benefícios gerados pela sociedade ou pelo Estado. Essa desigualdade de apropriação pode ser vista como o resultado de decisões governamentais que interrompem políticas sociais sem pensar nas consequências para a sociedade na qual ela está inscrita.

Conforme aponta Scalon (2011), a realidade social brasileira possui como uma de suas principais características estruturais a desigualdade, definida como um fenômeno que ultrapassa a questão da distribuição de renda, sendo multifacetada e impactando, sobretudo, as condições de pobreza e precariedade. As entrevistas revelam que as primeiras casas construídas não eram rebocadas, não possuíam portas nos cômodos, nem eram lajotadas, ficando a cargo dos próprios moradores seguirem com as melhorias.

“Falta rebocar ela, colocar o piso. Já foi, os meus irmãos se reuniram, o meu irmão dali me deu uma madeira e se reuniram. Foi trocado o telhado. As madeiras foram trocadas todas porque apodreceu tudo”. (Entrevista com Z.F, 61 anos, Vila do Treme, maio de 2022).

“Tudo né, porque, o que falta assim é que a gente quer reformar, a gente quer reformar né, e pra uma reforma falta tudo. Por que como eu tô te falando, de vez em quando a gente ajeita uma coisinha quando dá. Mas olha, isso aqui o meu marido tem que percintar, tem que levantar, porque alaga. Aí tem que levantar o chão, tem que levantar a casa. Tem que trocar o teclado. É praticamente começar do zero. A gente só não vai começar do zero porque já tava tecida”. (Entrevista com R.R, 42 anos, Vila do Treme, maio de 2022).

“O que tá faltando é reboco né. Reboco mexer no telhado, atracar que tá toda rachada. Falta isso, eu acho né (inaudível) terminar ainda”. (Entrevista com M.C, 40 anos, Vila do Castelo, maio de 2022).

No caso específico dos atores estudados, a “casa do INCRA”, como ficou conhecida entre os moradores da REMCT, vem sendo tratada como resultado do reconhecimento de sua condição de cidadãos. O que vem refletindo numa nova designação para esse bem: “a casa não é do INCRA, não, é minha. Fui eu que conquistei” (Fala de uma moradora da comunidade de Tamatateua, Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu, 2019). Abaixo algumas das casas das moradoras contempladas pelo Crédito Habitacional e que foram entrevistadas durante a pesquisa de campo. Na imagem 7-A e 7-C é possível observarmos que as casas foram alteradas, a primeira (A) com a construção de uma calçada e a segunda (C) com a construção de uma calçada e inclusão de grades nas janelas. Já as outras duas (7-B e 7-D) ainda estão no padrão de construção, e permanecem do mesmo jeito devido à falta de recursos das moradoras para realizar qualquer tipo de reforma em suas casas conforme relato recebido pelas mesmas.

Imagem 7 - Casas Construídas com Recursos do Crédito Habitacional nas Comunidades da Vila do Castelo e Vila do Treme – II PNRA - Comunidade da Vila do Treme.



Fonte: Visita de campo. Janeiro, 2022. Autora: Débora Alves.

Em 30 de setembro de 2020 foi instituída uma nova Instrução Normativa<sup>39</sup> do Crédito Habitacional que tem por objetivo regulamentar os procedimentos de concessão, acompanhamento e fiscalização do Crédito Habitacional concedido para projetos de assentamento da reforma agrária criados ou reconhecidos pelo INCRA. Dentre os principais requisitos para ser contemplado, os beneficiários precisam constar na Relação de Beneficiários (RB), possuir o Contrato de Concessão de Direito Real do Uso (CDRU) ou o Título de Domínio (TD) emitidos pelo INCRA e, ter seus dados atualizados junto ao órgão<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: Publicado em: 01/10/2020 | Edição: 189 | Seção: 1 | Página: 9. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Gabinete - <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-incra-n-101-de-30-de-setembro-de-2020-280528169>

<sup>40</sup> Art. 4º Para fazer jus à modalidade Habitacional ou Reforma Habitacional os beneficiários deverão, cumulativamente: I - constar na Relação de Beneficiários (RB) do SIPRA ou outro sistema que o INCRA adote, devendo estar em situação de regularidade nesse sistema; II - ter um dos seguintes documentos:

A partir dessa instrução normativa o crédito passa a ser concedido em duas modalidades: na Habitacional, os recursos são direcionados à aquisição de materiais de construção e pagamentos de serviços de engenharia e mão de obra, com valor máximo de até 34 mil por beneficiário; na Reforma Habitacional, o recurso será investido na ampliação ou reforma da habitação, com valor máximo de até 17 mil por beneficiário.

Além da ampliação do montante, outra mudança significativa é que os valores vão passar a ser depositados na conta do próprio contemplado pela política. Outra novidade é o protagonismo dos contemplados na escolha da planta e da forma como será realizada a construção e reforma da habitação. Ainda não temos dados empíricos que possam subsidiar uma análise aprofundada, visto que ainda não foram implementadas essas novas unidades habitacionais na REMCT.

No que se refere à REMCT, o INCRA nos informou por meio do Ofício nº 10356463, que não há previsão para a construção de novas unidades habitacionais para aqueles que não foram contemplados inicialmente pelo Crédito Habitacional. O INCRA justifica que a operacionalização de créditos habitacionais está acima “dos limites” do orçamento 2020, inscritos em restos a pagar e do orçamento de 2021. Além disso, informou que ao considerar o “vultoso número de habitações operacionalizadas na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu”, decidiu direcionar o crédito habitacional aos Projetos de Assentamento que ainda não foram contemplados pela modalidade em tela. E que, portanto, não há previsão de aplicação de crédito habitacional para a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu.

---

Contrato de Concessão de Uso - CCU, Concessão de Direito Real do Uso - CDRU, Título de Domínio - TD, emitidos pelo INCRA; ou seus instrumentos similares, emitidos pelos respectivos órgãos gestores, para as áreas reconhecidas pelo INCRA; III - ter seus dados atualizados junto ao INCRA, nos termos previstos no artigo 12 do Decreto nº 9.424, de 2018; IV - não ter recebido anteriormente o crédito de instalação nas modalidades de Habitação, Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação / Materiais de Construção, em valor igual ou superior ao montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); V - não ter sido contemplado anteriormente pelo Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; VI - ser atendido por técnico habilitado do INCRA ou técnico habilitado e credenciado pelo INCRA; VII - estar inscrito no CadÚnico; VIII - não estar inscrito em Dívida Ativa da União; IX - estar com parcela do assentamento demarcada ou com pré-projeto de parcelamento aprovado ou área individual reconhecida pelo INCRA; e X - apresentar declaração informando que não é proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial em qualquer localidade do país. Parágrafo único. Em se tratando de agrovilas e projetos do PNRA de desenvolvimento coletivo, o pré-requisito quanto a demarcação topográfica, previsto no inciso IX, restringe-se à demarcação do respectivo perímetro, bem como à localização das unidades habitacionais.

Vale ressaltar, conforme já posto neste trabalho, que o Crédito Habitacional não contemplou nem 30% da população da REMCT que foi cadastrada, tendo sido interrompido em 2013. Nove anos após as últimas casas terem sido construídas, o governo federal ainda não conseguiu organizar o orçamento de modo que as políticas públicas para os mais necessitados não sejam interrompidas. A partir de 2016 as políticas sociais direcionadas ao atendimento de demandas sociais básicas, como as habitações, sofreram uma drástica redução ou paralisação. Já foi citado aqui o caso do PBV, bem como, foi paralisado o “Programa Minha Casa Minha Vida”, que também atendia a população de Bragança (FGV/CBIC, 2016).

## CAPÍTULO III

### 4 CRÉDITO HABITACIONAL NO TERRITÓRIO: UMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO?

O déficit habitacional é visto a partir do campo das políticas públicas como um dos principais problemas sociais a serem enfrentados. Inseridas em um campo plural e multidisciplinar, as pesquisas sobre a questão da habitação, a nível acadêmico, têm seguido em várias direções, mas sobre políticas de habitação em Reservas Extrativistas ainda são escassas. Ancorados na interdisciplinaridade e sob influência de estudos que tratam dos diversos significados da casa (BACHELARD, 1993; RIBEIRO, 2003; NORBERG-SCHULZ, 2006; PALLASMAA, 2017), buscamos observar e compreender a implementação de uma política habitacional em uma reserva extrativista marinha situada no litoral da região amazônica. Esta sessão objetiva situar a inexistência de um modelo de construção de moradias baseado nas especificidades funcionais e simbólicas da Resex. E que, portanto, tais moradias não levam em conta que estão situadas num território protegido ambientalmente e que é ocupado pela multiplicidade de pessoas que também dependem desse território para sobreviver.

Por possibilitar a construção de moradias aliado ao acesso a alguns serviços básicos de saneamento, como a construção de fossas para o esgotamento sanitário e a implantação do abastecimento de água encanada, o Crédito Habitacional do II PNRA implementado durante o governo Lula (2003-2010) pode ser definido como uma política pública habitacional. As políticas de habitação historicamente estão atreladas à política urbana, que no Brasil tem as grandes cidades como foco das ações do estado, por estas serem os centros de acumulação do capital e das tomadas de decisão. Além disso, a destinação de recursos por parte do estado está atrelada à divisão socioterritorial do trabalho capitalista, onde o espaço é produzido visando a produtividade e o lucro. Desta forma, os investimentos em políticas públicas de infraestrutura física e social por parte do governo federal são seletivos e desiguais, o que acirra cada vez mais as disparidades regionais (SANTANA, 2012).

A construção do objeto pesquisado foi possível a partir da minha primeira oportunidade de ir a campo. Nesse período eu estava iniciando meus estudos

enquanto bolsista voluntária de iniciação científica. Essa primeira fase consistiu em observação e pequenas intervenções que pude fazer durante as entrevistas aplicadas por uma colega do grupo de pesquisa que estava em fase de finalização de seu mestrado. Sua pesquisa tinha como foco os conflitos surgidos a partir das gestões da associação da REMCT. Esta primeira oportunidade me instigou a também investigar sociologicamente a questão dos conflitos, mas a partir da partilha desigual das políticas públicas do II PNRA.

Durante essa pesquisa de campo tive a oportunidade de ouvir diversas mulheres falarem sobre suas “casas do INCRA” e de outras políticas públicas como o Programa Bolsa Verde. E foram essas falas que expressavam um misto de orgulho e gratidão pela conquista da moradia com insatisfação por questões estruturais da sua construção, que me instigaram a seguir tentando compreender a especificidade da insatisfação dos moradores em relação às políticas de habitação implementadas num território de conservação ambiental, bem como, as necessidades singulares das famílias às quais essas políticas se destinam. As doze entrevistas aplicadas entre as mulheres moradoras das comunidades do Treme e do Castelo, durante esse primeiro campo, revelaram questões importantes relacionadas às falhas de implementação da política no território.

A questão dos conflitos relacionados à partilha das políticas do II PNRA na REMCT também passou a se revelar através de outras faces, como a desigualdade causada pela interrupção da implementação do Crédito Habitacional em 2013. A busca pela igualdade de direitos e oportunidades se dá em um cenário onde as disputas são marcadas pelas diferenças. Num país como o Brasil, onde por um lado, há cortes de verbas destinadas às políticas sociais, e por outro, há um crescimento do poder aquisitivo de parte da elite mesmo durante uma pandemia<sup>41</sup>, cabe nos questionarmos para quem se direciona a crise econômica que tanto é falada pela grande mídia.

Desta forma, pode-se afirmar que o crescimento econômico de um país não é condição suficiente para a diminuição da pobreza. Isso porque “a apropriação dos benefícios desse desenvolvimento acaba ocorrendo de maneira desigual para os

---

<sup>41</sup> O Planeta ganhou 573 novos bilionários durante a pandemia, diz Oxfam Estudo aponta que patrimônio de ultrarricos é hoje o triplo da fatia do PIB global à qual equivalia em 2000.  
Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/planeta-ganhou-573-novos-bilionarios-durante-a-pandemia-diz-oxfam.shtml>>.

diferentes estratos da população” (SCALON, 2011 pág. 62). Entendemos que a igualdade de oportunidades só pode ser alcançada com a ação pública por meio de diferentes estratégias e articulação entre políticas públicas universais e políticas focalizadas, que podem ser usadas como estratégias complementares. Com vistas a procurar alternativas de redução das desigualdades (LAVALLE, 2016).

O estudo do II PNRA, enquanto uma política pública implantada numa UC, se institui como um conjunto de ações que requer do/a pesquisador/a analisar toda a mobilização que leva à ação dos governos ou mesmo, entender estas ações em si. Bem como torna possível discutir as mudanças que podem ser operadas em seu curso (SOUSA, 2006, p. 26). A perspectiva sociológica (Ressaltando, contudo, as contribuições que a sociologia nos oferta sobre o tema,) é fundamental aqui pois chama atenção para a importância das relações de interdependência entre os atores sociais, estatais e as instituições (CORTES e SILVA, 2010).

Do ponto de vista sociológico, a ênfase na análise sobre a atuação e constituição dos atores sociais frente ao Estado, é um recorte fundamental para demonstrar a construção das políticas e seus efeitos. E é nessa direção que buscamos nesta pesquisa captar como as diversas variáveis – o empreendimento capitalista, a política pública como instrumento de governança e a apropriação social da casa para além do valor de troca - apresentadas pelos diferentes setores sociais, se apropriam da política habitacional. Entendemos ainda, que dada a complexidade da temática central, a questão da habitação, as contribuições produzidas por outras áreas disciplinares sobre as políticas públicas (CARDOSO, 2012; ROLNICK, 1985; VALLADARES, 1981), podem enriquecer nossa visão.

#### **4.2 Moradoras e moradores da “Casa do INCRA” da Resex-Mar Caeté-Taperaçu**

A definição que trataremos aqui, sobre quem são os moradores da “Casa do INCRA”, está relacionada à construção do Perfil de Beneficiários da REMCT, que foi elaborado junto ao Conselho Deliberativo da mesma, em parceria com o ICMBIO, expresso por meio da Resolução Nº 08/2011/ CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX MARINHA DE CAETÉ-TAPERAÇU. Apesar das políticas públicas terem sido destinadas à REMCT antes da consolidação desse perfil, que só foi oficializado em

2011, é importante destacá-lo por este ter sido construído a partir da participação da própria população.

Conforme aponta a Resolução, são considerados beneficiários das políticas públicas, aqueles que residem nos limites do município de Bragança, no mínimo, desde a época da fundação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu em 20/05/2005, e que se enquadrem em pelo menos uma das atividades relacionadas no quadro 12, publicadas no Plano de Manejo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu - Vol. I - Diagnóstico (2012).

Quadro 12 - Perfil de Beneficiários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu

|     |   |
|-----|---|
| I   | Pescadores artesanais, ribeirinhos, dos campos naturais, curralistas, caranguejeiros, marisqueiros que tenham nos limites da RESEX sua área de trabalho e/ou fonte dos recursos naturais.   |
| II  | Pescadores e ex-pescadores, de origem nas comunidades no interior e entorno da RESEX, que atuam no comércio em pequena escala de recursos naturais extrativistas oriundos da área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.   |
| III | Pessoas de origem nas comunidades no interior e entorno da RESEX, que trabalhem confeccionando petrechos e demais objetos para a atividade extrativista (montagem e manutenção dos currais-de-pesca, acessórios para a coleta de caranguejo, armadilhas para a pesca artesanal em geral).   |
| IV  | Apicultores e apicultoras que extraiam ou produzam mel e demais produtos da apicultura de áreas no interior da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.   |
| V   | Extrativistas de produtos de origem vegetal e/ou mineral que se encontram dentro do interior da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu (açai, babaçu, caju, cajuaçu, ajiru, murici, bacuri, cupuaçu, coco, babaçu, madeiras para confecção de petrechos, vegetais com finalidade medicinal entre outros).  |
| VI  | Pessoas que trabalhem com o beneficiamento, a transformação e o reaproveitamento de produtos e resíduos, oriundos de recursos naturais extraídos na área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.  |
| VII | Pescadores e pescadoras da região dos campos naturais bragantinos que utilizem mesmo que ocasionalmente a área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu; destaca-se que as atividades listadas acima, são realizadas por homens e mulheres, mesmo para atividades consideradas “como ajuda”, subsistência ou temporária/ sazonal, que tenha origem extrativista na área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, enquadra-se neste Perfil de Beneficiário. |

Fonte: ABDALA; SARAIVA; WESLEY (2012). Adaptado pela autora, 2022.

Em 2005 a previsão, segundo o INCRA (2005), era atender 3.000 famílias, já os dados dos cadastramentos das Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense (IBAMA/CNPT/PA/GEREX I) apresentavam 6.000 famílias para serem cadastradas. O Plano de Manejo (2012) da REMCT aponta que na época de sua criação existiam 1.300 famílias distribuídas em 38 comunidades, localizadas, em sua maioria, no entorno (fora dos limites) da REMCT e uma pequena parte nas comunidades do Castelo, da Vila do Bonifácio e da Vila dos Pescadores (dentro dos seus limites). Essa previsão inicial de atendimento aos beneficiários foi ampliada em 2008 para 5000 famílias (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012).

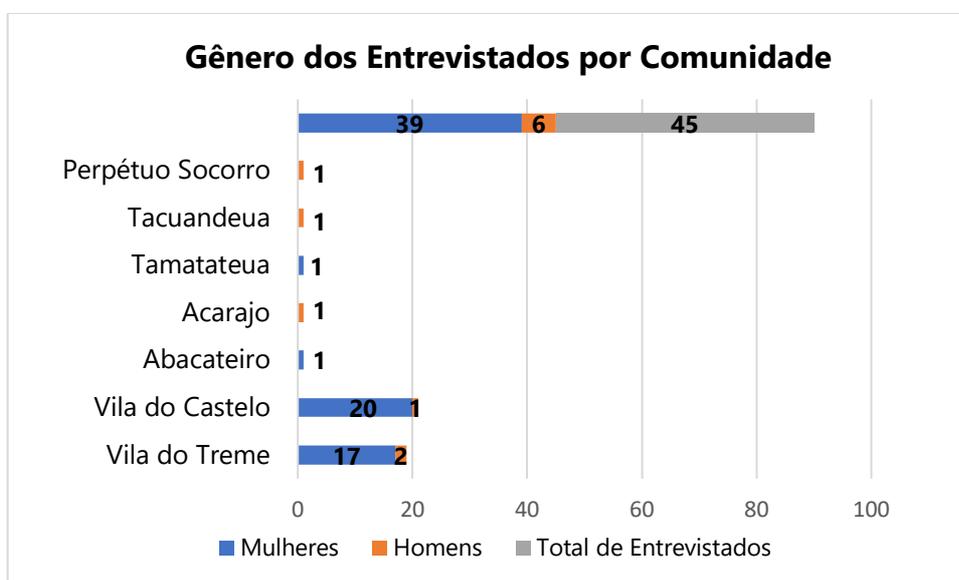
Desta forma, podemos perceber que o processo de implementação da política pública passou por divergências quanto ao cadastramento dos beneficiários e não seguiu etapas pré-estabelecidas. Pelas quais seria necessário analisar a região, para posteriormente identificar a população, e a partir disso traçar um perfil de população tradicional extrativista junto às comunidades, e assim iniciar o cadastramento dessas pessoas no Registro do Beneficiário (RB) do INCRA, para que fossem contempladas pelo Crédito Habitacional e pelas demais políticas do II PNRA.

Cabe frisar que o RB é o único instrumento que garante o acesso às políticas públicas e o uso dos recursos naturais da REMCT por parte dos cadastrados, bem como, é condição para quaisquer ações que envolvam questões relacionadas à regularização fundiária (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012). A amostra de entrevistados apresentada nesta dissertação está inserida no perfil definido pelos próprios moradores da REMCT, que se baseia, principalmente, no tempo de residência e atividades de trabalho dentro do território.

Conforme podemos observar no Gráfico 4, a maioria dos entrevistados são mulheres, isto se justifica por duas questões importantes. A primeira tem relação com a experiência de campo entre os anos de 2017 e 2019, que nos apontou durante a aplicação de questionários, a constante presença feminina em todas as habitações que visitamos, visto que na maior parte do tempo o homem não se faz presente por conta das atividades de trabalho externo relacionadas à pesca. O outro ponto se relaciona com a questão da representação da casa, do que ela significa enquanto objeto de conquista e de vivência do cotidiano. Esta última questão busca identificar a importância e significado dessas habitações para essas mulheres, pois conforme observamos nas pesquisas de campo, além de gerenciarem a casa e cuidarem dos filhos, elas também exercem atividades relacionadas ao extrativismo que é, na maioria

das vezes, exercido na própria residência, lhes conferindo uma dupla jornada de trabalho, às vezes tripla. Conforme pontuamos, dos 45 entrevistados da REMCT, a maioria são mulheres (39 entrevistadas), com idades variadas, entre 31 anos e 70 anos. A faixa de idade de maior concentração está entre os 31 anos a 40 anos (15 entrevistadas), seguida pela faixa de 41 anos a 50 anos (12 entrevistadas), e por fim temos um grupo composto por mulheres com idades entre 56 anos a 73 anos (12 entrevistadas).

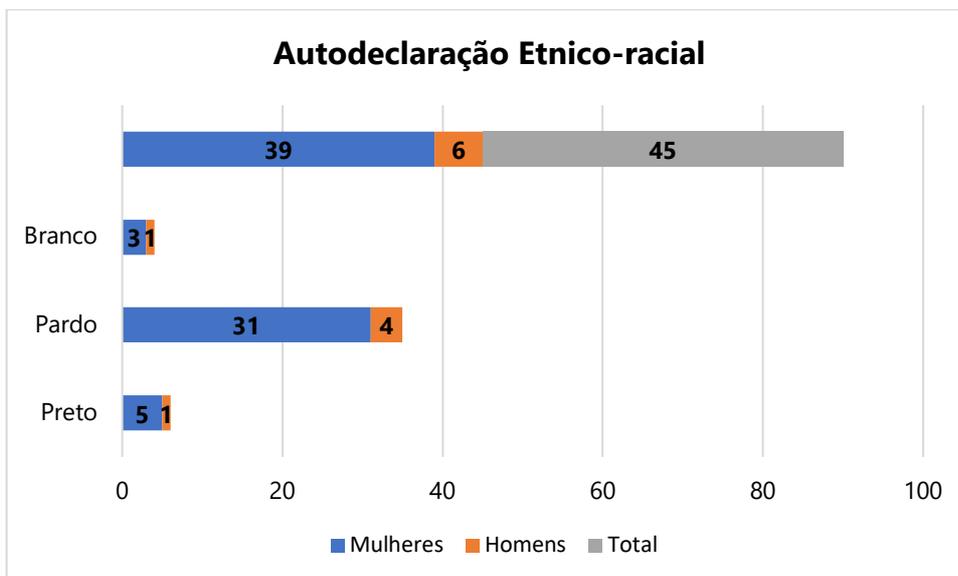
Gráfico 4 - Gênero dos Entrevistados - Moradores e Lideranças da REMCT



Fonte: Débora Alves, 2022.

Quanto à autodeclaração étnico-racial, no gráfico 5 podemos observar que 77,78% (35 entrevistados) se consideram pardos, 13,33% (6 entrevistados) se consideram negros e 8,89% (4 entrevistados) se consideram brancos.

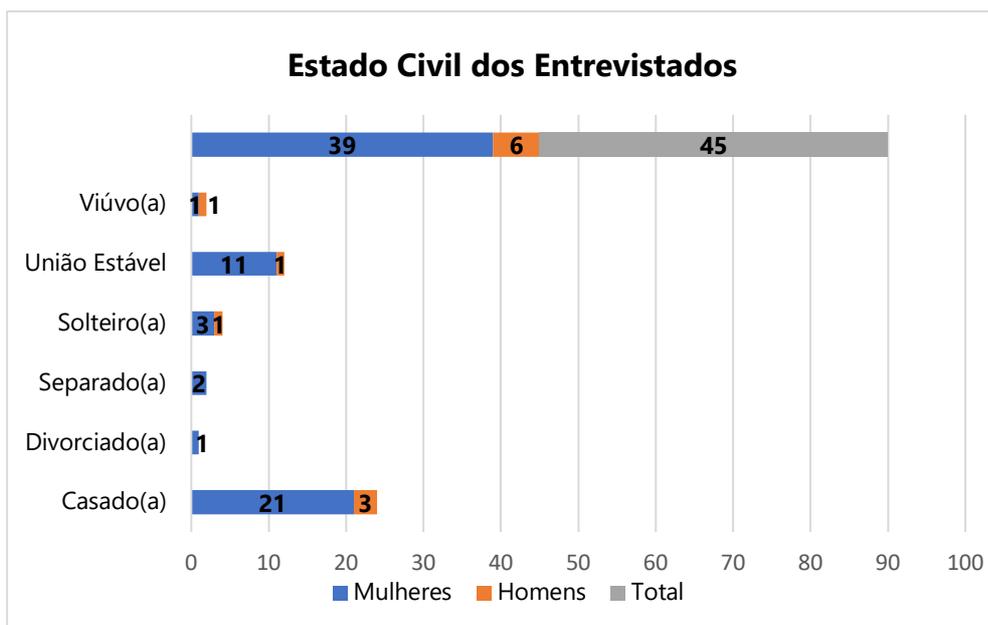
Gráfico 5 - Autodeclaração Étnico-racial - Moradores e Lideranças da REMCT



Fonte: Débora Alves, 2022.

Já o estado civil dos entrevistados, apesar de diversos, concentra uma maioria de pessoas casadas e com união estável, que representam 80% do total (ver gráfico 6). Com relação aos 20% que declararam outro estado civil, a maioria são mulheres que arcam sozinhas com as responsabilidades de sustentar os filhos e custear as despesas da casa.

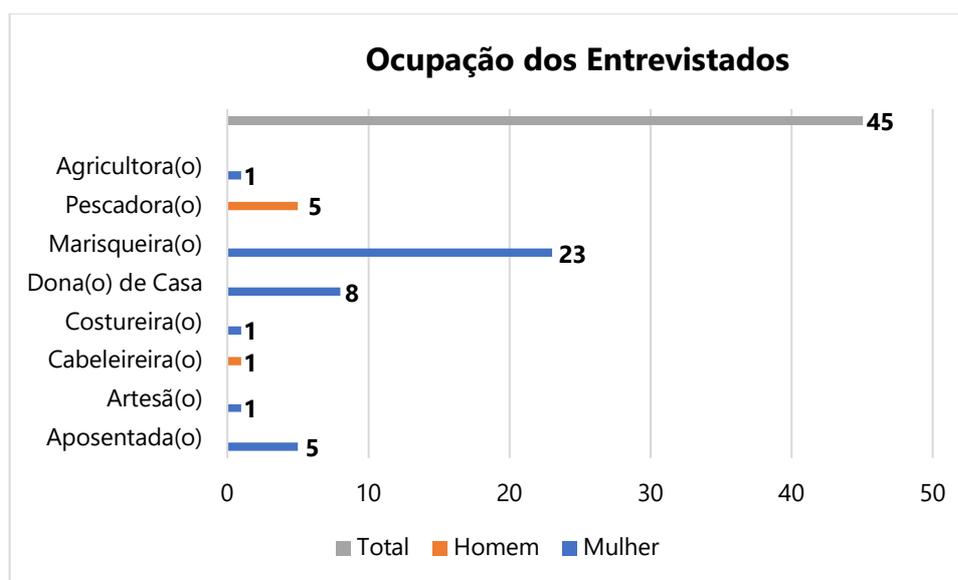
Gráfico 6 - Estado Civil dos Entrevistados - Moradores e Lideranças da REMCT



Fonte: Débora Alves, 2022.

Com relação às atividades realizadas pelos entrevistados, 28 informaram que trabalham diretamente com a pesca e a catação de caranguejo. As mulheres que trabalham com o caranguejo são denominadas marisqueiras. As marisqueiras representam 51% dos entrevistados. Como já apontado, muitas mulheres exercem a atividade de marisqueira em casa para complementar a renda, ou até mesmo para arcar com todos os custos da família. Os demais entrevistados, estão divididas em lideranças e ex-lideranças (4), que exercem ou já exerceram alguma atividade extrativista, e o restante (13), é composto por extrativistas aposentados(as) e por outras mulheres que, apesar de não exerceram atividades diretas ligadas ao extrativismo são casadas com extrativistas, o que lhes conferiu direito de acessar o Crédito Habitacional (II PNRA) (ver gráfico 7).

Gráfico 7 - Ocupação dos Entrevistados - Moradores e Lideranças da REMCT

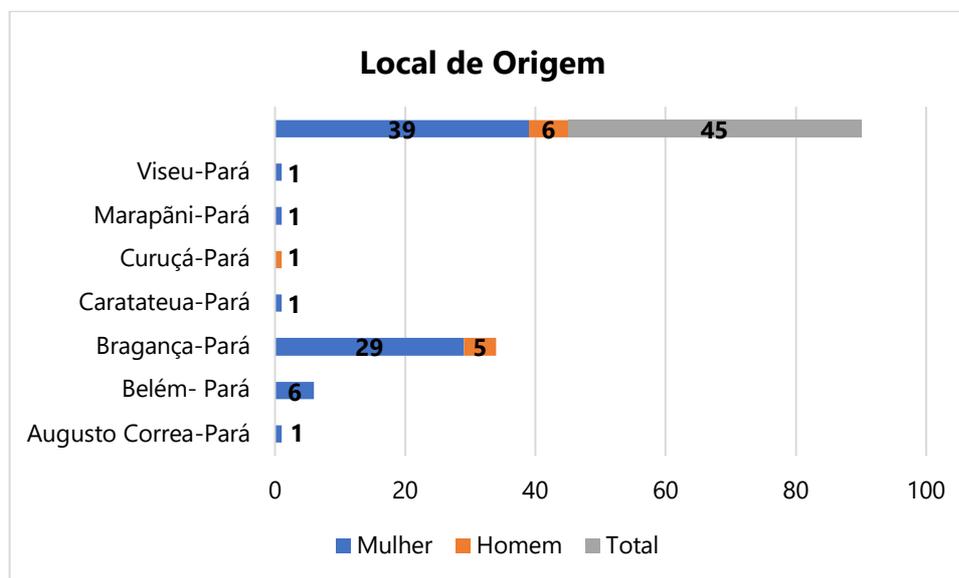


Fonte: Débora Alves, 2022.

A maioria dos entrevistados nasceu na REMCT (75%), os demais migraram de municípios próximos e residem no território há mais de 1 década (Gráfico 8). O percentual de pessoas que nasceram na região e permanecem morando é superior ao de pessoas que migraram para lá. Segundo dados do censo de 2010 os moradores naturais do município de Bragança correspondem a 82% da população da REMCT. No que se refere à população oriunda de fora do município (18%), a maioria mora na REMCT há mais de 10 anos (OLIVEIRA, 2018). Dessa forma, é possível afirmarmos

que a maior parte dos que vivem na REMCT são naturais da região de Bragança, sendo este um dos principais requisitos para ser beneficiário do II PNRA.

Gráfico 8 - Local de Origem dos Entrevistados da REMCT



Fonte: Débora Alves, 2022.

A renda dos entrevistados também reflete os dados obtidos pelo IBGE (2010) e pelo IPEA (2013), que situam a renda per capita do município de Bragança em R\$311,97, menos da metade da média do país, que está em R\$793,87. Estes dados de renda refletem a situação da qualidade de vida das famílias que vivem, sobretudo, na região Norte.

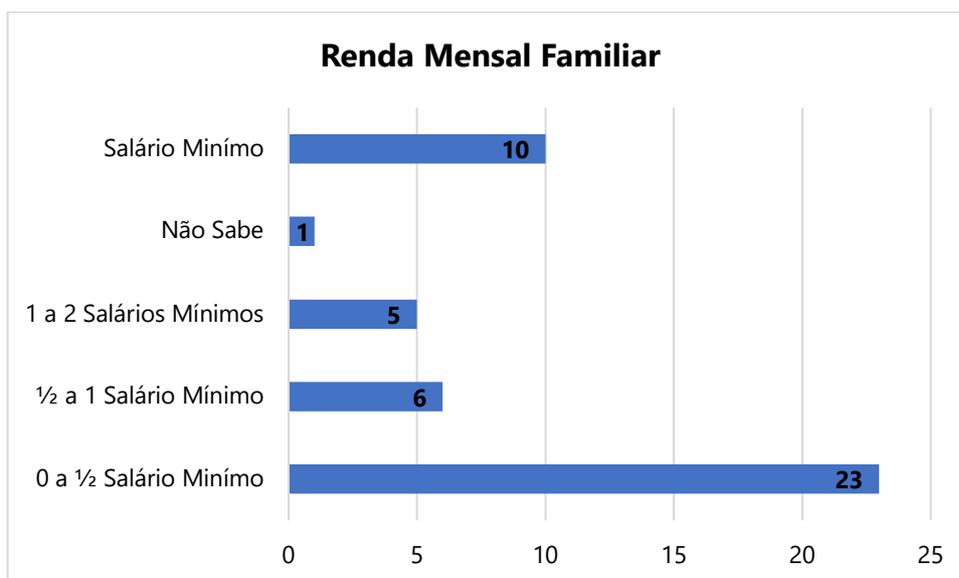
Mais da metade dos entrevistados (56%) recebe até meio salário mínimo por mês para sustentar toda a família (Gráfico 9). Algumas entrevistas mostram a questão da renda como um desafio para as famílias, que destacaram que o recebimento do Bolsa Família é o que ajuda quando não tem muito caranguejo ou tem dificuldades com a pesca.

Parece que é uns duzentos e pouco que ele recebe de bolsa família. Agora ele tá trabalhando de curral, só que é por quinzena que ele recebe, de 15 em 15 dias que eles prestam conta, só que também ainda não deu ainda um dinheiro bom né, dá cento e pouco, dá duzentos e pouco (Entrevista com P.S, 37 anos. Comunidade da Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

Tá com uns três meses que ele não tava trabalhando, tava parado. Aí a gente tá se mantendo mesmo do bolsa família que eu recebo né,

que é os 400 por mês (Entrevista com M.C, 40 anos. Comunidade da Vila do Castelo, Bragança, maio de 2022).

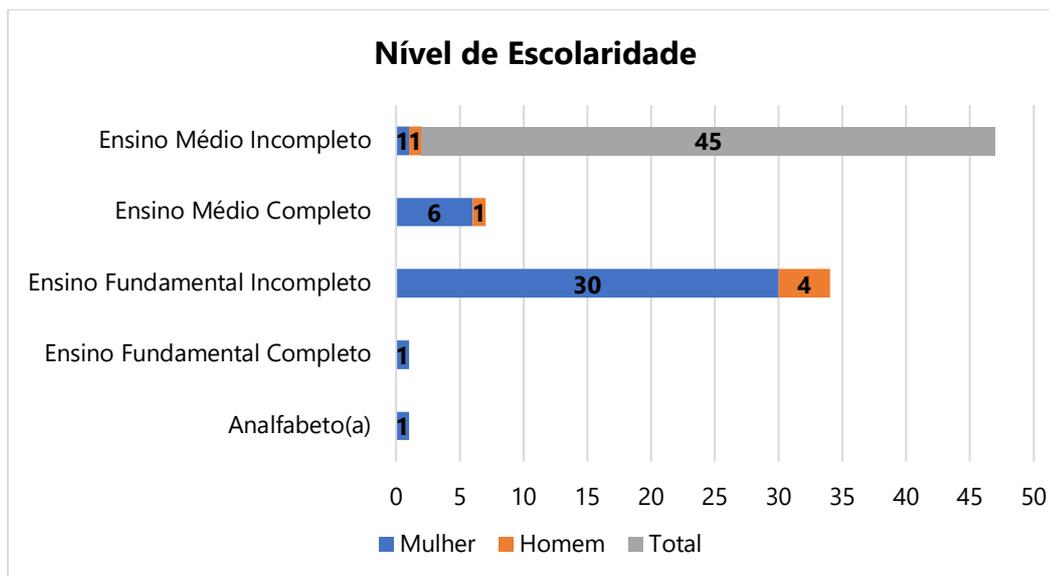
Gráfico 9 - Renda Mensal Familiar dos Entrevistados da REMCT



Fonte: Débora Alves, 2022.

Conforme apontado no gráfico 10, entre os entrevistados, mais 75% não concluíram o ensino fundamental e apenas 15% concluíram o ensino médio. Dados do IPEA baseados no Censo (2010) demonstram que apenas 39,93% da população de Bragança de 18 anos ou mais, possui o ensino fundamental completo.

Gráfico 10 - Nível de Escolaridade dos Entrevistados da REMCT



Fonte: Débora Alves, 2022.

Em 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Educação do município de Bragança era 0,278 e subiu para 0,486 em 2010, segundo o último Censo. Apesar desse crescimento, ele ainda é baixo, principalmente se formos levar em conta que o índice que representa um desenvolvimento médio do IDHM precisa estar entre 0,600 e 0,699. A partir desses dados é possível verificarmos que o perfil dos entrevistados está inserido nas estatísticas sobre a população de Bragança, que é um município que ainda enfrenta desafios relacionados, principalmente, à educação, emprego e renda.

Apesar das dificuldades pontuadas pelos entrevistados, ao perguntarmos se desejariam se mudar, as respostas foram unânimes, pois todos pretendem continuar residindo nas “Casas do INCRA” construídas na REMCT.

“Pretendo morar aqui pra sempre. Eu já tô ficando velha, quero sossego, eu quero só paz. Não quero saber de agitação. A minha preocupação mais é essa, porque quando a gente tem filho o nosso trabalho nunca acaba, os filhos vão crescendo e tudo, mas sempre precisa da gente”. (Entrevista com R.R, 42 anos. Comunidade da Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

“Eu pretendo morar aqui pra sempre”. (Entrevista com M.S, 42 anos. Comunidade da Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

“Se for da vontade de Deus, né. Conforme Deus permite, se for da vontade de Deus que a gente continue, a gente vai continuar. Vontade assim de sair daqui eu não tenho não. (Entrevista com P.S, 37 anos. Comunidade da Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

Este apego ao lugar, em especial à casa que vivem atualmente, pode ser interpretado através do conceito de *apego ao lugar* (*place attachment*) situado na base da psicologia do ambiente. Este visa entender o sentimento de pertencimento ao território relacionado ao apego inconsciente que ocorre devido à permanência contínua em determinado lugar (ELALI e MEDEIROS, 2017), caso dos entrevistados e da maioria da população da REMCT que têm sua origem no território, ou vivem nele há mais de uma década, como já vimos.

Nesse sentido, entendemos que a permanência dos moradores na REMCT pode estar relacionada a dois fatores principais: os moradores dependerem desse território para sobreviver; e suas casas estão situadas neste local, conferindo, também, todo um círculo social entre a própria família e a comunidade. Esse apego inconsciente se revela enraizado, principalmente, nos que moram na REMCT por mais tempo. Isso pode se justificar pelo fato das famílias que residem por um grande período nessa localidade, terem sua própria história, sua cultura, seu modo de vida, sua vivência espacial (PERDIGÃO e GAYOSO, 2012).

Os moradores entrevistados ao serem questionados se veem alguma diferença entre morar na REMCT e na cidade, disseram que a maior diferença é a questão da tranquilidade, e que esse é um dos motivos pelos quais preferem permanecer morando no interior. Eles se sentem mais seguros, pois todos da região se conhecem.

“Eu prefiro morar aqui. Ah, é diferente, porque aqui a gente dorme e não tem essas coisas de, assim de bandido, essas coisas né, que a gente dorme com a casa aberta, janela aberta, não tem essas coisas de bandidagem assim. Não tem preocupação. A gente deixa uma roupa aí o dia inteiro no sol. Não é como morar em Bragança que tem que tá tudo fechado. Tudo né, botado cadeado essas coisas. Ah não, não gosto dessas coisas não, eu gosto de tá mesmo numa casa mesmo toda aberta, a gente dorme a hora que a gente quer”. (Entrevista com M.F, 42 anos. Comunidade da Vila do Castelo, Bragança, maio de 2022).

“A tranquilidade, o primeiro, é uma das primeiras coisas né, é a tranquilidade. Porque aqui eu ando né, se eu tiver relógio, se eu tiver bolsa, se eu tiver celular, não tô com esse negócio. Porque quando eu tô lá ainda, quando eu vou pra casa da minha filha, eu saio e eu não levo nada”. (Entrevista com M.R, 70 anos. Comunidade da Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

Essa perspectiva de apego ao lugar se opõe à ideia de não-enraizamento disseminada através da globalização. Essa perspectiva de oposição é apresentada por Escobar (2005), e nos ajuda a entender a importância das singularidades locais como um limite à imposição de modelos hegemônicos que subjazem às políticas habitacionais, por exemplo. Pois, o enfraquecimento do lugar enfraquece as alternativas locais,

"O lugar é central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente, e é igualmente essencial, por outro lado, para imaginar outros contextos para pensar acerca da construção da política, do conhecimento e da identidade. É no espírito do pós-desenvolvimento que podemos repensar a sustentabilidade e a conservação como aspectos-chave da política de lugar" (ESCOBAR, 2005, p. 79).

Nesse sentido, nos próximos tópicos vamos pontuar a importância de se pensar na habitação enquanto política pública que precisa levar em consideração a multiplicidade do território brasileiro. Bem como, deve-se atentar para a diversidade cultural, que está presente, inclusive, em uma mesma região. Fazendo-se necessária a participação da comunidade na produção e implementação das políticas para que as pessoas tenham autonomia para decidir sobre quais as formas que atendem melhor às suas necessidades. Essa participação pode ser entendida como um fator chave para que não se perca o *genius loci*<sup>42</sup>, ou seja, o espírito do lugar desenhado social e culturalmente pelos agentes locais, ao qual será destinada a política habitacional.

### **4.3 O Crédito Habitacional e as duas Dimensões de Análise da Habitação**

As políticas habitacionais no Brasil têm seu marco inicial na segunda metade do século XX, porém, mesmo após mais de cinquenta anos o Estado, que é responsável pela formulação da agenda nacional sobre o tema, não conseguiu, por meio dos programas habitacionais, alcançar o país de maneira uniforme. Isso porque as estratégias governamentais adotadas deixam de fora, principalmente, o espaço rural (CARDOSO, 2012).

---

<sup>42</sup> Genius loci: espírito do lugar. É um conceito romano. Na Roma antiga, acreditava-se que todo ser possuía um genius, um espírito guardião. Esse espírito dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento à morte, e determina seu caráter ou essência.

Por outro lado, apesar das políticas públicas não darem conta de enfrentar as raízes estruturais e históricas da profunda desigualdade existente no Brasil, onde não há um projeto estruturante da sociedade, elas cumprem um papel de complementar a política econômica por meio de programas de combate à pobreza, como é o caso do Bolsa Família, e especificamente para o meio rural, o Programa Bolsa Verde. Levando em consideração esse conjunto de questões, essas políticas cumprem o papel de amenizar temporariamente problemas sociais vividos pelas parcelas da sociedade menos favorecidas economicamente (SOARES, 2010).

A elaboração coletiva de políticas públicas, especialmente as habitacionais, fundamentada na multiplicidade de subjetividades de cada território é um caminho a ser considerado como a contribuição das Ciências Sociais. Outras áreas de pesquisa também podem contribuir para que os resultados esperados sejam os mais próximos possíveis daquilo que necessitam os futuros moradores dessas habitações. Além disso, a implementação de outras políticas (educação, saúde, saneamento e trabalho) é necessária a fim de fortalecer a permanência dessas pessoas em seus territórios.

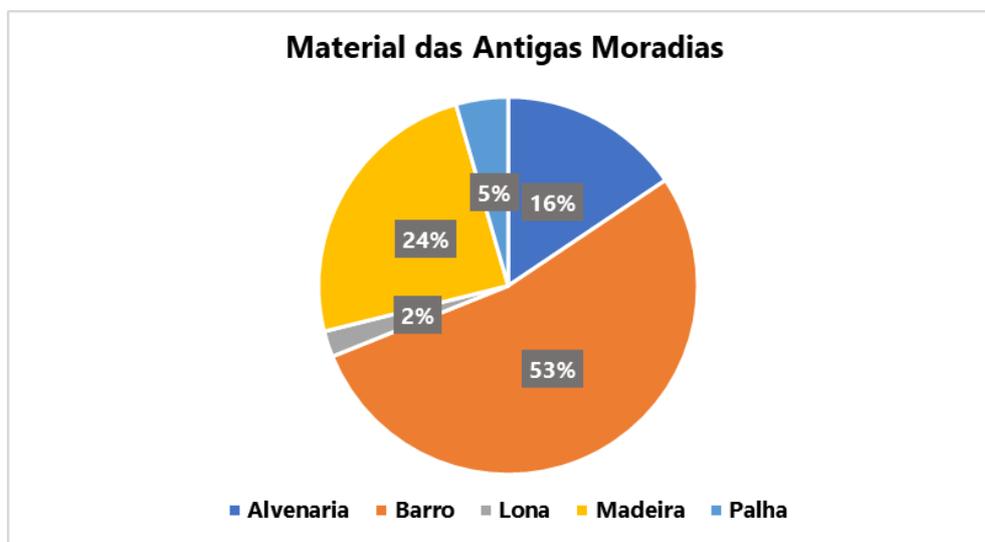
Cabe, também, considerar a construção de saberes locais que ocorrem de experiências empíricas durante longos anos, passados de geração em geração. Como observamos nas pesquisas de campo, esse saber local foi, e continua sendo usado pelos moradores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (RECMT) para a construção de suas habitações. Muitas alternativas foram sendo criadas por essas pessoas para serem utilizadas em construções. Conforme observado nas entrevistas, o uso de materiais da mata ou do mangue<sup>43</sup>, por exemplo, são formas encontradas por estes para substituir insumos que comumente são utilizados na construção civil.

Entre os nossos entrevistados, 84% informaram que viviam em habitações construídas de materiais da região da RECMT, como barro, madeira e palha, e materiais improvisados como a lona, e 16% informaram que as suas antigas habitações eram construídas de alvenaria, que é uma estrutura composta, sobretudo, por tijolos e uma massa feita com cimento, areia e água (Gráfico 11).

---

<sup>43</sup> Os principais materiais que vimos em construções feitas pelos próprios moradores foram a paxiúba, que é uma árvore resistente usada para fazer as estruturas da habitação, e o uso da palha para a cobertura dos telhados.

Gráfico 11 - Material das Antigas Casas dos Contemplados pelo Crédito Habitacional



Fonte: Débora Alves, 2022.

Como já mencionado, a forma como essas habitações são construídas está relacionada aos conhecimentos e às práticas das gerações passadas, sendo resultado de um longo processo de experimentações (ALENCAR e SOUZA, 2016). A maioria das antigas casas dos entrevistados eram construídas de madeira e barro. Materiais retirados diretamente da natureza, beneficiados pelos próprios moradores.

Na imagem 8 podemos observar uma das maneiras que as casas eram construídas pelos entrevistados. É feita uma estrutura com madeira retirada na mata que em seguida é preenchida com barro pressionado até obter-se a parede. O telhado é feito com telhas de fibrocimento (iguais às da fotografia) ou com telhas de cerâmica, mas no caso dos moradores que não possuem condições para comprar esses materiais, ele é feito com palha.

Imagem 8 - Casa Construída na Comunidade da Vila do Treme com Barro e Materiais Retirados da Floresta



Fonte: Débora Alves, 2022.

Apesar de conseguirem determinados materiais para a construção de suas casas sem custo, os entrevistados relataram que a construção das novas habitações em alvenaria teve como efeito uma melhora na qualidade de vida, isto porque, o barro, material mais utilizado entre os entrevistados (53%), solta muita poeira, além de que, devido à altura de construção das casas, o ambiente tornava-se muito quente. Com isto não queremos sinalizar que o barro é impróprio para a construção de habitações, mas sim, que a forma como é utilizado pelos moradores da REMCT, sem um auxílio técnico e materiais complementares para o seu uso, não favorece o habitar das famílias, conforme relatos abaixo.

Melhorou muito. Muito mesmo. Porque antes era de barro né e era muita quentura aí caía aquelas coisas de barro. E agora não, então melhorou bastante assim (Entrevista com A.J, 42 anos. Comunidade da Vila do Castelo, maio de 2022).

Ah, melhorou porque eu morava em uma casa de barro, né, e vivia tudo alagado. Por que coisa de água né, o coisa era muito, o tempo quando chovia, alagava assim por dentro que enchia assim. E agora não (Entrevista com N.B, 38 anos. Comunidade da Vila do Castelo, maio de 2022).

Melhorou né. Que antes era de tábua e barro, assim né. E de barro coisa muita poeira, e hoje não (Entrevista com A.F, 34 anos. Comunidade da Vila do Castelo, maio de 2022).

Às habitações são associados elementos subjetivos relacionados ao bem viver das populações extrativistas. Sendo o lugar onde se revelam a dinâmica social dos grupos envolvidos e os contornos específicos que produzem no lugar. O espaço da casa é assimilado à vida cotidiana dos moradores da REMCT a partir da socialização do núcleo familiar em torno da divisão do trabalho, da educação e do lazer. Limitações estruturais restringem o acesso universal ao direito à habitação e o respeito às singularidades locais.

Com base nos apontamentos colocados até aqui, trago como questão pensar em políticas habitacionais a partir de um modelo que considera duas principais dimensões da habitação, a funcional e a simbólica e que leva em consideração a prática de Habitar que é responsável pela relação entre o ser humano e determinado lugar, o que resulta em um sentimento de identificação e pertencimento (NORBERG-SCHULZ, 1985).

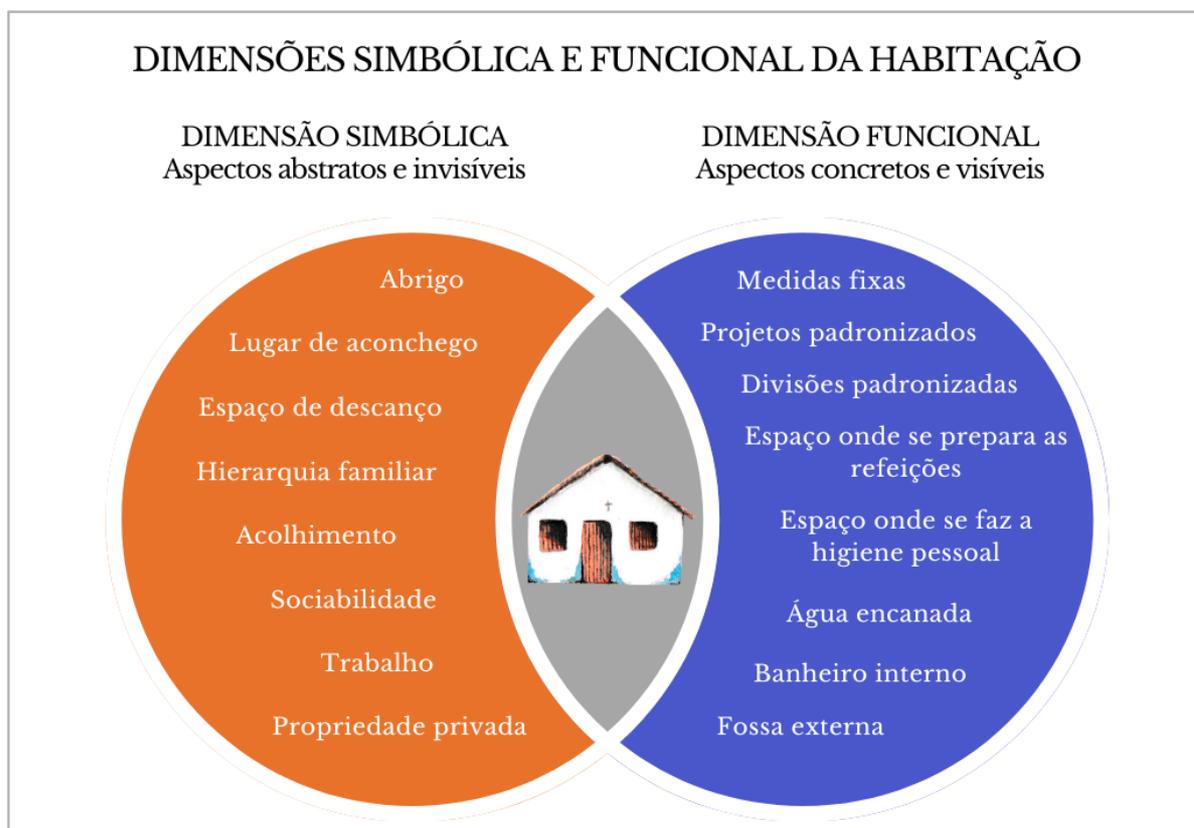
Para Milton Santos (2006) uma casa vazia não participa do processo dialético sem que antes lhe sejam atribuídos determinados valores, e esses valores são atribuídos a partir da transformação do vazio em espaço. Partimos da ideia de que para a habitação se tornar uma casa, ela precisa ser habitada, pois é a partir da forma de ocupá-la que seus moradores vão evidenciar suas percepções sobre o ambiente e, moldá-la conforme as necessidades e os diferentes usos, podendo atribuir aos espaços inúmeros significados.

Segundo Pallasmaa (2017), habitar é um ato que remete às origens ontológicas da arquitetura, tanto no que se refere às dimensões de habitar o espaço e o tempo, quanto à ação de transformar um espaço vazio e sem significado em um lugar especial. Para o autor:

“Além dos aspectos práticos de residir, o ato de habitar é também um ato simbólico que, imperceptivelmente, organiza todo o mundo do habitante. Não apenas nossos corpos e necessidades físicas, mas também nossas mentes, memórias, sonhos e desejos devem ser acomodados e habitados. Habitar é parte de nosso próprio ser, de nossa identidade” (PALLASMAA, 2017, p. 08).

Para tentar traduzir os significados dados à habitação me baseio em um modelo interpretativo (Quadro 13), que é composto por duas dimensões, a dimensão que considera os aspectos abstratos e invisíveis, e a que considera os aspectos concretos e visíveis (RIBEIRO, 2003). A primeira será denominada de Dimensão Simbólica, associada ao universo de percepções, emoções e crenças pautadas no desejo de criar lugares e atribuir a eles significados, que se liga às esferas abstratas e invisíveis no espaço, ou seja, é o sentido emocional dado a casa. Nesta dimensão também consideramos o conceito de casa-lar, assimilado como espaço construído a partir das relações sociais e das necessidades das pessoas que habitam, configurando-se como um espaço único na vida de cada um. E a Dimensão Funcional, que se relaciona com o ordenamento espacial destinado ao desempenho de atividades do dia-a-dia familiar, que se materializa na esfera concreta, pela utilidade, relacionadas, sobretudo, às formas como as habitações são construídas partindo de um modelo pré-estabelecido (PERDIGÃO e GAYOSO, 2012).

Quadro 13 - Dimensões Simbólica e Funcional da Habitação



Fonte: Ribeiro (2003); Perdigão e Gayoso (2012). Adaptado por: Débora Alves, 2022.

Em um mundo marcado pelo materialismo e dominado por um processo contínuo de especialização, podemos perceber que a produção de edificações tem se distanciado cada vez mais de qualquer significado mental, tendo como principal princípio a estetização, e redução de custos quando se trata de habitações sociais. Pallasmaa (2017) vê os processos de funcionalização e estetização como uma ameaça para a essência poética da arquitetura. Percebemos que além dessa questão posta pelo arquiteto, temos como um fator motivador dessa perda de identidade nas construções, a lógica do capital em produzir uma quantidade cada vez maior de “produtos”, que nesse caso específico são habitações, a um custo cada vez menor. Logo, o tamanho da habitação e o local onde ela está ou será construída vai depender diretamente do poder aquisitivo de quem a deseja.

Rolnik (1985) apontou a constituição do mecanismo de reprodução de um modelo habitacional que vem se transformando ao longo das últimas décadas. Todos os territórios que não se enquadram nesse padrão tendem a ser estigmatizados. Logo, as intervenções feitas nas habitações se dão a partir de um projeto-padrão, construído sob uma única fórmula arquitetônica. Esta questão se enraizou no pensamento sobre construção de moradias no sentido de que para uma casa ser considerada com mínima qualidade ela precisa ser feita de alvenaria, o que confere estigma a outros tipos de materiais que poderiam ser usados na construção de habitações sociais.

Pensar em outros modos de se produzir habitações é um caminho para aliar uma produção em grande escala que seja capaz de atender a todos, com questões importantes como as singularidades do lugar e das pessoas, bem como, o uso de materiais que sejam sustentáveis. Pautando essa produção nas dimensões funcional e simbólica, pois ambas estão interligadas e são elas as responsáveis pela percepção dos moradores frente às suas necessidades mais básicas.

Para Bachelard (1993) a casa é como um ser privilegiado em face de sua unidade e a sua complexidade, podendo integrar vários valores particulares, em um valor fundamental. Ela é o primeiro mundo do ser humano, onde se encontra o fundamento do nosso inconsciente. É o espaço onde se produz os sujeitos e onde temos proteção e abrigo. Ela expressa a personalidade de seus moradores e de seus modos de vida, que nesse caso, estão relacionados com a terra e o mar da REMCT. Nesse sentido as falas das moradoras das “casas do INCRA” são essenciais para que possamos compreender as mudanças ocorridas a partir da construção das novas habitações.

Busquei neste trabalho fazer um recorte sobre políticas de habitação na Amazônia, com vistas a destacar as peculiaridades e necessidades do meio rural (SILVA, 2014; SANTANA, 2012; PERDIGÃO e GAYOSO, 2012; CARDOSO, 2012). Percebemos através de entrevistas feitas com moradores da REMCT que a casa, assim como o território ambiental, é apropriada continuamente pelos sujeitos. E apesar das políticas públicas terem como base a separação do agir técnico e formal do agir simbólico, a casa, enquanto um objeto construído contém os modos de fazer, de ser e pensar das populações tradicionais, sendo um espaço de aprendizado e mudanças. Dada a importância da moradia, e os diversos significados que nela se inserem, podemos interpretá-la como objeto de ligação dessas populações com o território.

Nos tópicos seguintes analisaremos separadamente as duas dimensões da habitação, para que dessa forma possamos identificar as especificidades de cada uma delas, e também; a forma como os entrevistados se apropriaram simbolicamente e se adaptaram funcionalmente às habitações construídas pelo Crédito Habitacional.

#### 4.3.1 A Dimensão Funcional de uma Política de Habitação

A arquitetura, e conseqüentemente a produção de habitações, têm seguido uma lógica que se fundamenta em um único processo de dedução da verdade, baseado na matemática e na razão. E sustenta-se em três modos absolutos e exclusivos de se abordar a realidade: a medida, a precisão e a objetividade. Como consequência, saberes baseados na subjetividade, como na emoção, nos sentidos, nas sensações, e no raciocínio por semelhança, foram deixados de lado (RIBEIRO, 2003).

Com a expansão das técnicas a partir da revolução industrial, esse ideal mecanicista se ampliou e, no caso específico da arquitetura, foi privilegiado por meio da valorização de suas dimensões métricas, visuais e funcionais. Apesar desse modelo ter revolucionado e ampliado os modos de morar, as construções produzidas a partir dessa concepção foram desumanizadas no sentido de se distanciar das pessoas que dele fluíam (RIBEIRO, 2003).

Estes conceitos mecanicistas prevalecem até hoje, e têm sido aplicados, sobretudo, em projetos de habitação social. Todavia, além de serem pensados com

base nas medidas e funcionalidades dos cômodos, soma-se a questão do custo. Esse custo de produção tem por objetivo reduzir o gasto de construção de uma habitação ao valor mínimo. E quando se trata de um projeto em grande escala, esse custo mínimo é aplicado para que se possa construir o maior número possível de habitações. O resultado dessa visão mecanicista e capitalista, são habitações construídas com baixa qualidade e pensadas a partir de um padrão único, que invalida formas outras de morar, como foi o caso da política de moradia do II PNRA.

Desta forma, o Crédito Habitacional foi implementado na REMCT com base em um modelo único produzido exclusivamente por arquitetos. Esse modelo segue um padrão da arquitetura e construção civil para moradias de baixo custo. E por tratar-se de um território protegido ambientalmente e ocupado por uma população de extrativistas-marinhos<sup>44</sup>, consideramos a necessidade de descentralização desse modelo habitacional, para que ele possa ser pensado a partir desse contexto do território e das vivências.

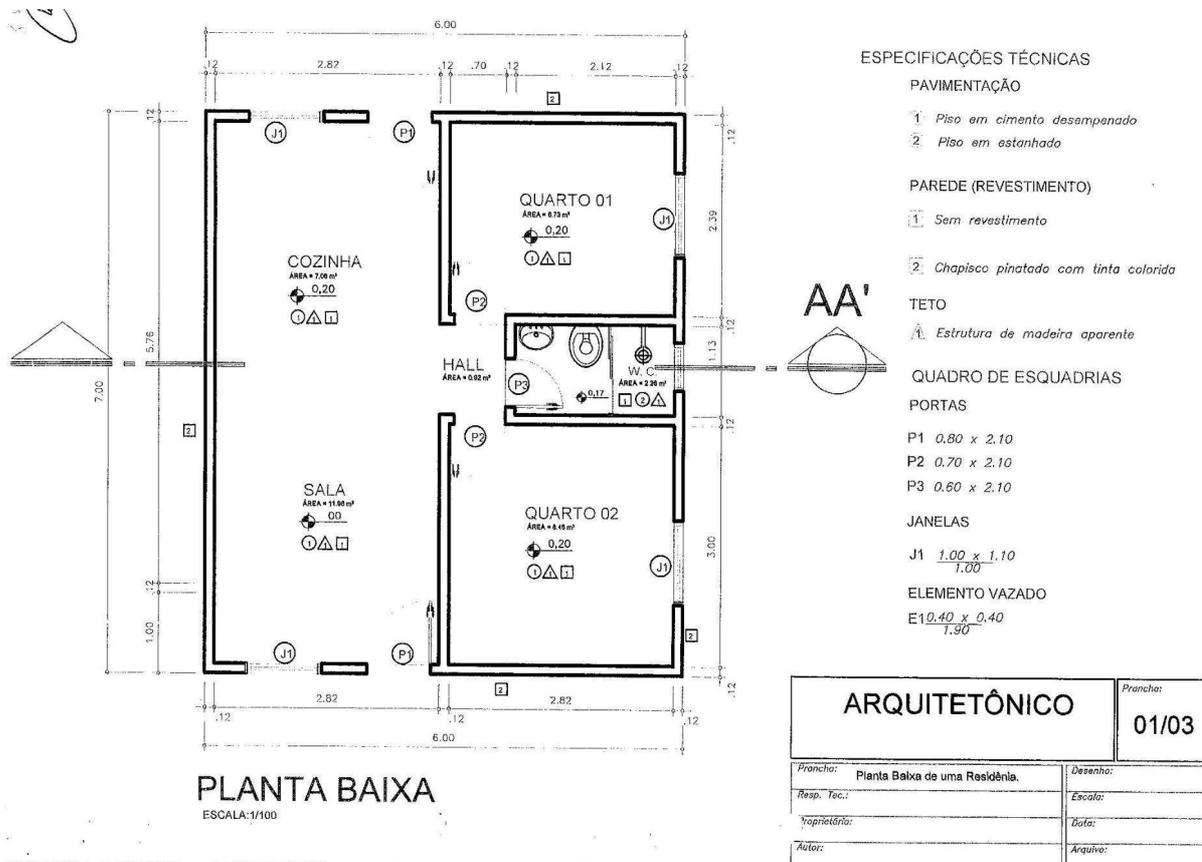
Conforme já vimos, segundo o manual de procedimentos para a implementação do Crédito Habitacional, existe uma área mínima de construção a ser considerada para os projetos situados na Amazônia, que é de 40 m<sup>2</sup>. Além disso, esses projetos precisam ser aprovados pela comunidade, com exigência de banheiro e fossa. A partir dessas informações preliminares vamos analisar o modelo arquitetônico implementado na REMCT e apresentar alguns dados e informações obtidas através do INCRA e das entrevistas feitas junto aos moradores.

A figura 2 é uma planta baixa do modelo que foi implementado e possui como medida padrão 6 metros de largura por 7 metros de profundidade, o que equivale a 42 m<sup>2</sup>. Internamente conta com dois quartos, sendo o maior com 8,46 m<sup>2</sup> e o menor com 6,73 m<sup>2</sup>, sala e cozinha integradas e um banheiro interno. Não possui área de serviço nem pátio.

---

<sup>44</sup> Segundo Estatuto da CONFREM os extrativistas costeiro-marinhos são compostos por um conjunto de atividades que compõem esse segmento social: Pescadores (as) artesanais; Marisqueiras; Catadoras de mangaba; Piaçaveiros; Tiradores (as) de caranguejos; Agroextrativistas; Artesões; Cipozeiros; Artesãos de pesca; Extrativistas; Catadeiras de camarão; Caiçaras; Coletoras de frutíferas e sementes; Coletores de algas. A expressão extrativista costeiro-marinhos seria uma espécie de categoria “guarda-chuva” que abriga um conjunto de atividades que caracterizam os extrativistas costeiro-marinhos do litoral brasileiro (SOUSA, 2022).

Figura 2 - Planta Baixa do Modelo de Habitação do Crédito Habitacional Implementado na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (2005)



Fonte: INCRA, 2005.

Este é um padrão de habitação que comporta uma família com quatro pessoas, visto que há apenas dois quartos construídos com medidas mínimas. Logo, o modelo implementado na REMCT incluiu 2 m<sup>2</sup> a mais, considerando o tamanho mínimo que as habitações poderiam ser construídas.

Sobre a questão da aprovação da comunidade a respeito do modelo utilizado, com exceção das lideranças, todos os demais entrevistados informaram que não foram consultados a respeito. Sempre que perguntado se eles tiveram participação na escolha do modelo, a resposta se dava das seguintes maneiras: “foi eles” e “veio de lá”, fazendo referência à ASSUREMACATA e às lideranças.

Foi eles mesmos lá. Foi eles, porque essas casas foram eles mesmos que já davam o feito tudinho. Já tinham um modelo pronto (Entrevista com M.I, 48 anos. Comunidade da Vila do Castelo, Bragança, junho de 2022).

Não, nós nunca fomos numa reunião pra decidir como é minha casa, porque a minha casa aqui eu queria ela esse lado assim, assim né.

Foi, eles que decidiram (Entrevista com I.N, 66 anos. Comunidade da Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

Veio de lá. Veio da planta da casa. Não, só mostraram a planta da casa e era esse modelo e foi esse modelo mesmo (Entrevista com C.F, 39 anos. Comunidade da Vila do Treme, Bragança, junho de 2022).

A dimensão funcional da habitação, em primeiro plano, se destaca por ser através dela que os projetos se materializam e ganham forma, possibilitando a criação de um ordenamento espacial destinado ao desempenho de atividades do dia-a-dia familiar, que se materializa na esfera concreta (PERDIGÃO e GAYOSO, 2012). Mas, além disso, a dimensão funcional também é expressa através das alterações e adaptações que os moradores realizam nas habitações, a fim de suprir suas necessidades.

Na imagem 08 é possível observarmos quatro habitações que sofreram alterações externas feitas pelos moradores, esse tipo de alteração possibilita a criação de uma “identidade individual” de cada moradia. Na imagem 9-A, a principal mudança observada é a fachada da casa que foi totalmente alterada. A proprietária nos informou que essas modificações foram possíveis graças a um empréstimo consignado à sua aposentadoria. Após a aplicação do questionário, em uma conversa informal, a mesma nos falou emocionada que a ampliação da casa era a realização de um sonho de seu marido (que faleceu em 2022), e que ela estava tentando realizar este sonho. Já na imagem 9-B podemos visualizar o “puxadinho” que comumente é construído nos fundos das casas. Nas imagens 9-C e 9-D temos os pátios que são construídos com o objetivo de possibilitar um ambiente ventilado, onde os familiares possam socializar.

Por mais que o projetista construa um cômodo designado no projeto como dormitório, quem irá decidir se esse cômodo será ou não usado como dormitório são os moradores, ao definirem como será a funcionalidade de cada cômodo da habitação. Logo, a não participação da comunidade na decisão sobre o modelo de suas habitações teve como reflexo a necessidade de alterações para que os mesmos pudessem se adaptar. Tratando-se de uma região onde a maioria da população possui uma renda per capita de até R\$311,97, conforme dados obtidos pelo IBGE e pelo IPEA, ressaltamos as dificuldades enfrentadas pelos moradores para conseguirem realizar alterações físicas em suas moradias.

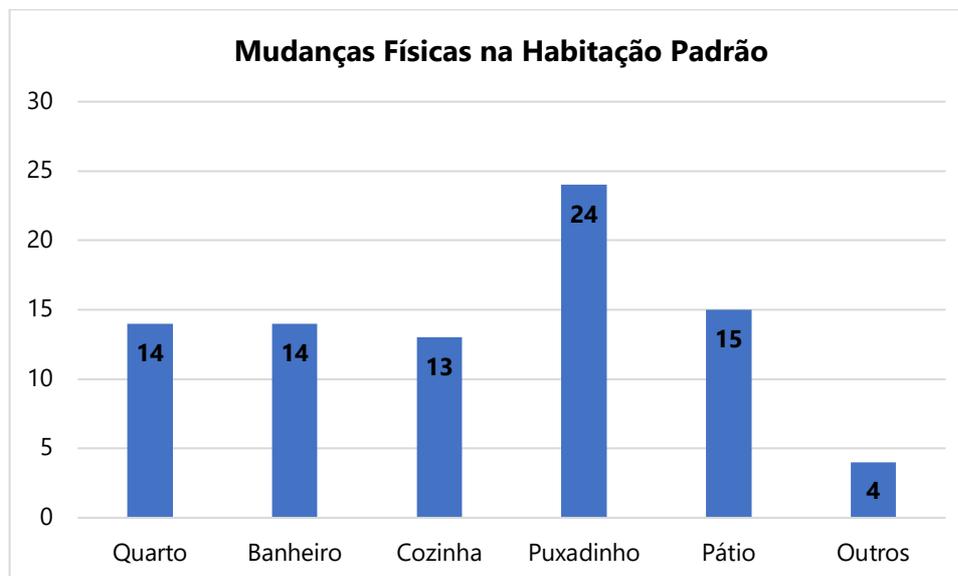
Imagem 9 - Habitações Construídas Através do Crédito Habitacional e Alteradas pelos Moradores



Fonte: Débora Alves, 2022.

Essas alterações funcionais, pontuadas pelos entrevistados como necessárias para facilitar as suas rotinas, foram percebidas através da ampliação da estrutura das habitações da maioria dos moradores que foram entrevistados. Do total de entrevistados, 91% informaram que fizeram algum tipo de alteração em suas habitações. Entre as principais estão as construções de cozinhas, quartos, banheiros, pátios e áreas externas situadas nos fundos das moradias (Gráfico 12), onde são realizadas várias atividades de trabalho e do dia a dia.

Gráfico 12 - Mudanças Físicas na Habitação Padrão Realizadas pelos Moradores



Fonte: Débora Alves, 2022.

A construção do “puxadinho” é a mudança mais expressiva realizada pelos moradores e representa 53% do total. Mas além disso, outros fatores nos chamaram atenção, como a qualidade dos materiais utilizados nas construções conforme apontado pelos entrevistados, especialmente a madeira usada no telhado. A baixa qualidade deste material fez com que alguns moradores realizassem a troca, tendo que arcar com esse custo. Já no caso dos que não possuem recursos para realizar a melhoria do telhado, estes seguem com uma dupla sensação: o desejo de um dia conseguirem e o medo de que o teto desabe antes desse desejo se realizar.

“Queria só mandar crescer ela pra cima, mudar o telhado. Bate muita quentura” (Entrevista com MC, 50 anos, Comunidade Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

“Por que tava podre e tava torta. Foi trocado todinho o telhado dela” (Entrevista com M.C, 63 anos, Comunidade Vila do Treme, Bragança, maio de 2022).

“O telhado dela quando me entregaram ele já tava com problema já aqui na sala, meu marido já mexeu porque senão ele ia arriar. Aí ele trocou, ele trocou algumas madeiras. O que ele podia trocar ele trocou, o que ele não podia trocar ele deixou aí. Mas foi assim que me entregaram essa casa aqui. E ela tá, acho que ela tá toda rachada, ela” (Entrevista com M.C, 40 anos, Comunidade Vila do Castelo, maio de 2022).

“O telhado que tava tudo fraco, na verdade. Tava muito fraco. Vish Maria, quando o homem trepou aí em cima que a gente pagamos ele

pra ajeitar tudinho. Já metemos dois tijolos, sabe” (Entrevista com F.F, 61 anos, Comunidade Vila do Castelo, maio de 2022).

Outro ponto importante do manual de implementação do Crédito Habitacional diz respeito a exigência de banheiro e fossa nos projetos. No caso da REMCT duas questões foram sinalizadas pelos entrevistados, a primeira é sobre o tamanho do banheiro, muito pequeno, localizado entre os dois quartos. Para os moradores o ideal era que o banheiro fosse localizado na parte de trás das habitações, para que ao chegarem do trabalho, seja do mangue ou do mar, pudessem ter um acesso facilitado desse cômodo. Outro fator é a questão da fossa utilizada nas construções, que segundo os entrevistados, eram muito pequenas e por esse motivo precisaram ser trocadas, demandando mais um custo aos moradores. Segundo informações do INCRA o tamanho das fossas das primeiras casas, de 5 e 7 mil, eram menores devido ao orçamento previsto para as habitações.

Na época veio né, a fossa pequena, pequenininha era. Aí como a gente já mandou aumentar a gente mandamos fazer outra (Entrevista com F.F, 61 anos, Comunidade Vila do Castelo, maio de 2022).

Muito pequenina, pequenina mesmo, não dava né, mandamos cavar um buraco maior né, grande (Entrevista com I.N. 66 anos, Comunidade Vila do Castelo, maio de 2022).

Nós temos fossa. Que a fossa que o INCRA deu também, essa uma não... teve que mandar fazer. Ela veio, mas, uma caixinha desse tamaninho, mal feita, não prestou. Aí nós tivemos que mandar fazer uma fossa (Entrevista com M.R. 70 anos, Comunidade Vila do Treme, maio de 2022).

Essas questões relacionadas à funcionalidade da habitação deveriam ter sido pensadas antes da implementação da política pública. O próprio manual de procedimentos para a implementação do Crédito Habitacional previa a constituição de uma comissão para que as especificações fossem cumpridas. Além disso, os projetos arquitetônicos deveriam ter sido discutidos entre o ICMBio, o INCRA e a representação dos beneficiários, para que pudessem atender as especificações e as expectativas dos moradores da REMCT.

Embora duas das lideranças que entrevistamos tenham apontado que houve reuniões para decidir o modelo da casa, conforme trechos abaixo, como vimos, todos os moradores entrevistados informaram que não tiveram espaço para participar dessa

decisão, conforme apresentado em algumas falas destacadas anteriormente neste trabalho.

Foi escolhido por nós mesmos. modéstia à parte eu entendo um pouco de construção civil, que eu até sou formado médio, na escola técnica, na questão das edificações. Nós fizemos um desenho, pra ver se dá pra eles aprovarem pela questão do dinheiro. Aí dava dois quartos, uma sala. Aí foi que desenhou, aí nós trouxemos o desenho para a assembleia e nós escolhemos esse modelo. A gente fazia assembleia de 100, 120 pessoas por exemplo. cada comitê tinha 5 pessoas, nós tínhamos 48 comitês. os comitês que representavam as comunidades, a gente transmitia aqui, eles iam transmitir lá. Fazer essa ponte pra gente tá escolhendo as coisas (Entrevista com O.S, 64 anos, Comunidade do Tacuandeua, junho de 2022).

Então, os modelos, o INCRA já tinha um modelo padrão né, que eles já haviam apresentado em outras Unidades de Conservação. Para nós, modelo que foi apresentado, como eles trabalhavam muito com áreas alagadas, o modelo que eles apresentaram só contemplava os moradores de dentro das praias, de Ajuruteua, Vila dos Pescadores, Bonifácio e Castelo. Para as demais comunidades onde estavam a maioria das populações que coletavam caranguejo e moravam dentro das ilhas em áreas de terra firme era um, havia um outro modelo, então foram chamadas duas construtoras, três construtoras, desculpa, pra fazer uma assembleia e explanar de que forma seriam o processo da construção das casas. E assembleia registrada em ATA e tudo definiu, votou e aprovou o modelo que foi colocado lá, entendeu?

O técnico do INCRA responsável por acompanhar esse processo de implementação informou que o modelo utilizado foi decidido entre as lideranças da ASSUREMACATA, e que apenas o tamanho das habitações foi decidido pelo INCRA.

O tamanho era, o mínimo que podia era 42 m<sup>2</sup>, e isso foi decidido até por aqui mesmo, porque eles queriam fazer de 35 m<sup>2</sup>. Aí “olha, dá pra fazer 42 m<sup>2</sup>, mas não dá pra pintar, não dá pra não sei o que”, “Ah, mas faz, eles querem maior”. Só que aí teve uns que ficaram, as últimas, ficaram mais bonitas porque fizeram desse formato, 5 por 8 mais a calçada (Técnico do INCRA, Belém, junho de 2022).

A questão da melhoria da dimensão funcional da habitação, quando se fala desse tipo de política pública, passa primeiro, pelas decisões políticas sobre a liberação de recursos, e em seguida pela gestão, responsável por definir que tipo de modelo de habitação será feito com esses recursos. A soma da escassez de recursos com a incapacidade de gerir esse tipo de política leva à insatisfação do público alvo.

No quadro 14 podemos observar as melhorias que as habitações receberam conforme o valor de cada etapa ia sendo reajustado. As primeiras 965 casas, que foram construídas na primeira etapa em 2006, e na segunda etapa entre 2007 e 2008, são inferiores às de 15 mil que foram construídas entre 2009 e 2013.

Quadro 14 - Estrutura das Habitações Construídas Entre os Anos de 2005 a 2013 na REMCT.

| FATORES ESTRUTURAIS    | CASAS DE 5 MIL | CASAS DE 7 MIL | CASAS DE 15 MIL |
|------------------------|----------------|----------------|-----------------|
| Reboco nas Paredes     | Não            | Não            | Sim             |
| Pintura nas Paredes    | Não            | Não            | Sim             |
| Cerâmica no Piso       | Não            | Não            | Sim             |
| Encanamento Hidráulico | Sim            | Sim            | Sim             |
| Fiação Elétrica        | Não            | Não            | Sim             |
| Portas e Janelas       | Sim            | Sim            | Sim             |
| Forro PVC no Teto      | Não            | Não            | Sim             |
| Calçada                | Não            | Não            | Sim             |
| Banheiro com Fossa     | Sim            | Sim            | Sim             |

Fonte: INCRA, 2022. Adaptado pela autora.

#### 4.3.2 A Dimensão Simbólica de uma Casa-Lar

Ao contrário das outras políticas destinadas à REMCT, o Crédito Habitacional carrega consigo certo peso em função do significado da casa para os moradores. Esse desejo por uma moradia é uma característica muito presente no Brasil. O “sonho da casa própria” não se limita apenas a um desejo, possuindo uma relação direta com as desigualdades que são marcantes no nosso país. Face a isto, a casa poderia garantir uma certa estabilidade mediante os ciclos de crises econômicas que afetam massivamente os pobres. Acreditamos que tentar identificar a dimensão simbólica da casa e o sentimento de pertença (GONÇALVES, 2014) de seus moradores pode ajudar a construir um novo olhar para as políticas públicas habitacionais, que são

tratadas, sobremaneira, apenas como uma questão de déficit habitacional, uma questão quantitativa.

A casa pode ser vista como resultado de um processo no qual o ser humano transforma o caos sem significado em seu mundo particular, organizado e definido. Através da casa ele qualifica e dota de valor simbólico um espaço, que é a referência da sua identidade e da identidade de sua família. Na casa o ser humano possui seu “mundo” resumido, dominante da ordem natural, cultural e espaço-temporal. Um lugar que se consolida como centro do universo, de onde partem, por contraposição, todas as definições conferidas por nós ao meio exterior.” (FELIPPE, 2010, p. 301).

Em contrapartida, a busca da arquitetura pelos aspectos métricos, funcionais, tecnológicos e econômicos afastou um dos seus fundamentos mais básicos que é promover o sentido humano de habitar. No contexto do início desse século houve um deslocamento do eixo de percepção das ciências físicas, introduzindo novas ordens e outros modos de conceber o mundo, que inclui também a incerteza (RIBEIRO, 2003). Porém, essa incerteza só ocorreu após os diversos desastres cometidos em nome do progresso pautados no desenvolvimento e na ciência. Sendo essas transformações possíveis graças a todo um contexto fomentado por diversos movimentos sociais e ambientalistas.

A reintrodução do homem como parte da natureza e dos aspectos qualitativos da realidade têm sido feitas nas diversas áreas de conhecimento. Na sociologia, especialmente, podemos perceber através de discussões sobre a questão socioambiental, que envolvem debates sobre alternativas para o desenvolvimento, justiça ambiental e racismo ambiental (SWAMPA, 2016; ACSELRAD, 2009). Esses debates além de criticarem a forma como o capitalismo têm se apropriado dos recursos naturais e implementado projetos, também busca o fortalecimento de grupos com identidades étnicas e coletivas, como é o caso da população da REMCT, identificados como usuários de uma Reserva Extrativista Marinha, uma população tradicional deste território.

Essa discussão é importante por possibilitar percebermos que a questão da moradia e dos modos de morar está inserida na luta por justiça social. Dessa forma, a incorporação da questão ambiental às lutas por justiça social, fomenta as demandas básicas de populações que vivem em áreas protegidas ambientalmente, considerando o direito a um meio ambiente em sua totalidade, incluindo as dimensões ecológicas,

físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas, sendo seguro, sadio e produtivo para todos (ACSELRAD, 2009).

É a partir desse perceber e compreender formas outras de viver e fazer, que destacamos a dimensão simbólica da habitação. Essa dimensão só pode ser realizada quando a habitação cumpre o sentido humano de habitar. Ela é, portanto, a via de acesso aos significados agregados pelas pessoas aos espaços, e se dá na relação do habitante com o lugar. Modos de pensar como os da sociedade capitalista, esvaziam a pluralidade de significados próprios da dimensão simbólica. Descartando formas outras de habitar que não sejam os modelos pré-concebidos (RIBEIRO, 2003).

Partindo da ideia de que a dimensão simbólica é moldada pela cultura em que o habitante e o lugar estão inseridos, é relevante situar o modo de viver e a questão ambiental como pontos importantes neste trabalho. Este modo de viver pode ser percebido a partir dos relatos dos entrevistados, que destacam a “vida no interior” e suas relações de dependência com o território.

“Aqui é mais tranquilo, se a gente quiser dormir de porta aberta, janela aberta, a gente dorme. É, todo mundo se conhece, com uns vizinhos, a gente se dá com as vizinhas. Quando a gente quer alguma coisa o vizinho dá”. (Entrevista com M.C, 40 anos. Comunidade da Vila do Castelo, Bragança, maio de 2022).

A gente mora no interior né, a casa legal, o nosso refúgio. Nós sabemos que nós temos um quintal vasto. Ali nós temos nossa macaxeira, nosso franguinho, nossas frutas. Graças a Deus. Isso é primordial pra gente que mora no interior (Entrevista com J.G, 63 anos, Comunidade da Vila do Acarajó, junho de 2022).

Daqui pra até ali mais ou menos na garagem a gente chega no porto, então a gente, ah, o interior é... eu não me acostumo assim. Eu chego na cidade eu fico inquieto pra voltar porque eu gosto muito de tá na calma conversando, não gosto de muita zoadá (Entrevista com O.S, 64 anos, Comunidade do Tacuandeuá, junho de 2022).

Na medida em que os usuários dependem dos recursos da REMCT para sobreviver, a presença desse grupo social também pode ser considerado um importante fator para a conservação do território, visto que há regras no uso e na apropriação dos recursos naturais segundo o Plano de Manejo, e essas regras só puderam ser implementadas a partir do decreto de criação da Resex. Pesquisas anteriores mostram que para eles, morar em uma Reserva Extrativista possui um significado relacionado à questão ambiental.

Nas minhas palavras hoje que eu entendo é cuidar dos manguezais, da parte ambiental, eu não sei se eu estou errada, mas é o que eu entendo (Entrevista com moradora mulher, 34, Bragança, dezembro de 2017).

No meu entender a reserva é a nossa floresta, é o verde, é o mangue. É isso que eu acho assim, que significa (Entrevista com moradora mulher, 31, Bragança, dezembro de 2017).

A Reserva é muito significativa assim para nós pelo meio ambiente, pelo ecossistema, sem ele como a gente sobreviveria em uma vila de pescadores? (Entrevista com moradora mulher, 42, Bragança, dezembro de 2017).

Preservação, né? Preservação do meio ambiente, dos manguezais, da pesca, da sociedade, a nossa sociedade rural (Entrevista com moradora mulher, 46, Bragança, dezembro de 2017).

Conforme posto por Escobar (2005) e já destacado anteriormente, é importante enfatizar o lugar enquanto ponto central para pensar em diversos temas como a cultura e o meio ambiente. As populações tradicionais e o espírito do pós-desenvolvimento podem ser o caminho para repensarmos a sustentabilidade e a conservação.

Nesse sentido, a dimensão simbólica da habitação está atravessada pela forma como essa população se apropria do território. Podemos observar isso através do ato de habitar, pois ao se acomodarem nas casas construídas com base em um modelo único, os moradores deram sentido aos espaços, e também, criaram outros espaços que não existiam nas casas, como por exemplo, o puxadinho destacado na imagem 10, que representa o maior percentual com relação às demais alterações feitas nas casas pelos moradores.

Imagem 10 - Puxadinhos nos Fundos das Casas feitas Através do Crédito Habitacional.



Fonte: Débora Alves, 2022.

Outros hábitos que fazem parte da rotina dos moradores também dependem de espaços externos para serem realizados, como por exemplo, a organização das redes de pesca, espaços externos cobertos, seja para a catação de caranguejo, ou para a preparação das refeições no fogão a lenha. A rotina, principalmente das mulheres, tem relação direta com esses espaços localizados no entorno das casas.

Conforme mencionado por Pallasmaa (2017), podemos perceber que na dimensão funcional o habitante se acomoda no espaço e esse espaço se acomoda na consciência do habitante, já no campo simbólico, este espaço se converte na extensão e exteriorização mental e física do seu ser. Portanto, a forma como uma casa é construída vai influenciar no sentimento de pertencimento ao lugar. Esse espaço precisa, minimamente, refletir algum aspecto da nossa identidade. A imagem 11 nos permite perceber algumas das formas de exteriorização do ser nesse campo simbólico, ou seja, os espaços refletem as necessidades interiores que afetam e modificam o ambiente. A horta no fundo do quintal, o fogão de barro, a construção de um puxadinho que serve para diversas atividades (como trabalho e socialização da família) e o cultivo de árvores ao redor da habitação, são apenas alguns dos elementos que se exteriorizam.

Imagem 11 - Moradoras Realizando Atividades na Parte Externa de suas Casas.



Fonte: Débora Alves, 2022.

A questão estética da organização dos ambientes, especialmente das cozinhas, foi algo que nos chamou atenção. Isto porque as panelas ficam à mostra, para que aqueles que entram no ambiente possam admirar o brilho que delas reflete. Este detalhe captado na imagem 12 é sinalizado pelas entrevistadas através da satisfação que demonstraram em cuidar de suas coisas, em cuidar de suas casas. O que demonstra que elas possuem orgulho de onde moram e dos bens materiais que possuem.

Imagem 12 - Utensílios Domésticos Localizados na Cozinha.



Fonte: Débora Alves, 2022.

Cada ambiente possui seus artefatos, e esses artefatos simbolizam qual o sentido daquele ambiente. Como vimos na imagem 12, na cozinha ficam as panelas, o fogão, a pia, os armários para guardar os mantimentos, e nas áreas externas das casas são realizadas as atividades ligadas ao extrativismo, essa extensão da casa permite que seus moradores possam realizar suas atividades tradicionais relacionadas ao trabalho e dia-a-dia.

O ser humano depende de sistemas simbólicos que são moldados e apreendidos pela cultura em que ele se insere e que organizam e conferem sentido à sua vida. No caso das casas, o seu formato arquitetônico é um artefato cultural, pois elas são a expressão de uma ideia, uma concepção de mundo concebida por determinada cultura, e que é representada fisicamente, configurando-se como um símbolo concreto (RIBEIRO, 2003).

Pensamos que conceber habitações que possam vir a se tornarem casas-lar, ou seja, ambientes em que as pessoas se sintam acolhidas, é algo que precisa ser imaginado e projetado em conjunto com as pessoas que são contempladas por políticas públicas de habitação como o Crédito Habitacional (II PNRA).

#### **4.4 Duas Dimensões de uma Mesma Questão: Indícios para a Construção Funcional e Simbólica da Habitação**

Buscamos com o destaque das dimensões funcional e simbólica enfatizar a necessidade de se pensar em formas outras de projetar e construir habitações, especialmente para os territórios protegidos ambientalmente que fogem da lógica de morar das grandes cidades, e que possibilitam a presença de populações tradicionais. Essas duas dimensões não estão dissociadas, pelo contrário, elas complementam-se, e dependem uma da outra para que o morador se sinta minimamente acolhido nesse novo ambiente.

Outra questão importante que é atravessada por essas duas dimensões, é a justiça ambiental. Historicamente povos e populações tradicionais são privados de direitos básicos, seja através da negação de recursos ambientais ou por meio da ausência de políticas públicas para essas populações e para a região a que pertencem. O resultado disso não é novidade, a privação socioeconômica para os grupos sociais e étnicos que não possuem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado, refletindo na ausência de investimentos em infraestrutura de saneamento (ACSELRAD, 2006).

A saída para essas ausências por parte dos governos é a adaptação forçada dos que não possuem outra saída. Ou seja, os usuários da REMCT ao serem contemplados por uma política de habitação não se questionaram de imediato sobre o modelo da casa, se ela teria condições mínimas de saneamento, se suas atividades de rotina teriam como ser realizadas nesse novo ambiente projetado. Enfim, as

percepções de não funcionalidade da moradia, seja pelo seu tamanho ou pela quantidade de cômodos, só foi percebida ao ser habitada, e por não terem para quem reclamar, os moradores criaram estratégias para se adaptarem, com a criação de novos espaços, como o caso do “puxadinho”.

Políticas públicas de habitação inclusivas precisam considerar o habitante, pois só ele pode destacar quais são as suas principais demandas. Mas isso não significa que perguntar ou fazer literalmente o que ele solicita irá resultar no sucesso da implementação da política (RIBEIRO, 2003). Mais do que isso, cabe compreender os valores e significados dessas solicitações que são atravessadas por especificidades do lugar e pelas subjetividades das pessoas.

No caso do Crédito Habitacional (II PNRA) verificamos que a questão ambiental não foi considerada no processo de implementação da política. Esta afirmativa se confirma ao verificarmos que a maioria dos entrevistados tiveram que refazer as suas fossas, pois as que foram construídas pelas construtoras responsáveis pelas obras eram de um tamanho pequeno, o que demandou dos moradores um gasto extra para providenciar a construção da nova fossa.

A necessidade de alterações importantes na estrutura das habitações, relacionadas à questão da sua funcionalidade, ou seja, da dimensão funcional, reflete a ausência da participação dos moradores da REMCT nos processos decisórios. A mútua constituição entre Estado e sociedade civil e as interações entre os atores que constituem essas esferas sociais interferem na ressignificação das políticas, com ganhos para os agentes locais (Gurza Lavallo & Szwako, 2015; Abers & Büllow, 2011). Nesse sentido percebe-se que a ausência da participação dos moradores da REMCT na relação com as instâncias de decisão sobre a política refletem em perdas para os contemplados pela política.

Apesar disso, o Crédito Habitacional (II PNRA) impactou de forma positiva a vida dos que tiveram acesso à moradia, sobretudo no que diz respeito aos aspectos simbólicos que envolvem esse direito, como o sentimento de reconhecimento dos direitos dos moradores enquanto cidadãos. Dessa forma, além de destacarem os aspectos físicos das moradias, os entrevistados também trazem à tona o sentimento de pertencimento que foi gerado a partir da ocupação e posse da nova casa (ALVES et al., 2023).

Sem invalidar a conquista dos moradores contemplados pelo Crédito Habitacional (II PNRA) na REMCT, cabe pontuar que determinadas questões não

foram superadas, visto que alguns pontos ficaram de fora na implementação da política pública no território. Os aspectos que contemplam uma moradia favorável de acordo com a Agenda Habitat, realizada em Istambul em 1996, compreende: “segurança e privacidade, espaço adequado e acesso físico, garantia de posse, estabilidade e durabilidade da estrutura física, boa iluminação, aquecimento e ventilação, acessibilidade a serviços públicos básicos – como saneamento básico e água” (Almeida, 2014, p. 20).

A política de habitação para dar conta da dimensão funcional precisa considerar, por exemplo, a questão do saneamento básico, para que os moradores tenham o mínimo de qualidade de vida, e não corram perigo de adoecimento por conta de água contaminada. Mas o que as visitas de campo nos oportunizaram conhecer foi uma realidade onde as instalações hidráulicas das casas dos moradores não são acompanhadas de tubulação para tratamento do esgoto. Logo, a água utilizada nas torneiras e chuveiros é despejada diretamente no meio ambiente. A ausência do saneamento básico é fator que compromete a qualidade da água do Rio Caeté (GUIMARÃES, 2011). Esse cenário é preocupante principalmente por tratar-se de um território legalmente protegido. Além disso, essas falhas na funcionalidade das habitações também comprometem o sentimento de dignidade proporcionado pela dimensão simbólica de possuir uma casa.

Assim como mencionado por Ribeiro e Sousa (2018), apesar de a questão da renda ser um importante elemento de superação da pobreza, é necessário que se busque ir além para dar conta de um verdadeiro projeto de cidadania, que considere também o reconhecimento social, o acesso à educação, à moradia, à saúde, dentre outros, para alcançar melhores condições socioambientais.

Isto porque, mesmo que cada morador contemplado pela política tivesse condições de realizar todas as melhorias que achassem necessárias em suas habitações, sanando assim os seus anseios presentes na dimensão funcional, possivelmente os problemas presentes no território ainda os afetariam. Isto porque o sentimento de pertencimento ao lugar também se atrela ao entorno, ou seja, as estruturas de saúde, educação e lazer necessárias para uma vida em comunidade com mais qualidade.

Desta forma, acreditamos que o reconhecimento das/os moradoras/es da REMCT, bem como das populações tradicionais de outros territórios, não pode ser limitado à uma ação que coloca o Estado como único ator ativo nesse cenário, mas

também deve-se considerar a agência daqueles atores na posse de seu território (ALVES, et. al, 2023). A perspectiva sociológica das políticas públicas chama a atenção para a importância das relações de interdependência entre os atores sociais, estatais e as instituições (Cortes e Lima, 2012). Isso quer dizer que o Estado sozinho não conduz mais as decisões, sendo influenciado por atores públicos e privados, instituições financeiras, corporações internacionais, organizações não governamentais e agências multilaterais (Lascoumes e Le Gâles, 2012). Observamos, portanto, a importância de fortalecer as associações e grupos comunitários presentes nesses territórios, a fim de que possam ter autonomia e força para influenciar as decisões políticas que as afetam diretamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a sociologia uma das disciplinas que fazem parte do campo interdisciplinar de análise de políticas públicas, os estudos sociológicos, buscam analisar a relação entre sociedade e Estado. A produção de análises sociológicas sobre a realidade dessas relações sociais e políticas, pode oferecer aos analistas e gestores de políticas públicas informações e interpretações que permitam aos mesmos fazer escolhas consistentes sobre as políticas sobre as quais têm poder decisório (CORTES, 2013). Nessa direção este trabalho visa contribuir a partir de um olhar sociológico para as políticas públicas, especialmente para as de habitação, implementadas em territórios protegidos ambientalmente, a partir de uma perspectiva mais humanizada, na qual as/os moradoras/es sejam considerados agentes que contam no processo de produção e implementação dessas políticas.

As mudanças nas normas das políticas públicas refletem que este campo está em constante movimento. E podem ser vistas como resultado de pressões exercidas pela esfera pública formada por diversos atores. Percebemos com isso que, o estudo e acompanhamento da implantação de políticas públicas precisa ser contínuo, haja vista as constantes mudanças às quais essas políticas estão sujeitas, podendo afetar direta ou indiretamente o território e a vida das populações alvo.

O modelo habitacional que vem sendo usado há décadas pelos setores público e privado para a construção de habitações destinadas às populações de baixa renda segue uma padronização que visa a redução de custos com material. Essa estratégia utilizada pelos setores público e privado é difundida em todo o território nacional há décadas. Esse modelo tem como uma das suas principais características negativas não levar em conta as particularidades de cada região do país, no caso específico, as particularidades da região amazônica.

A agenda habitacional brasileira está centralizada na produção de políticas públicas baseadas na realidade de partes específicas do território nacional, como as regiões Sul e Sudeste. Esse desinteresse sobre a realidade, em especial, das regiões norte e nordeste do país, reflete a forte influência da ideia desenvolvimentista que vem sendo difundida a partir do século XX, acentuando a exclusão de produções habitacionais que sejam voltadas para regiões que são atravessadas por

particularidades ambientais e socioculturais, como é o caso da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, situada na região Norte do país.

O modelo aplicado na REMCT é produzido a partir da realidade das regiões Sul e Sudeste. A metragem das habitações, por exemplo, possui área mínima de 40 m<sup>2</sup> para áreas situadas na Amazônia Legal, enquanto que para as demais regiões do país essa área é de 46 m<sup>2</sup> (ICMBIO, 2011). A região amazônica sofre não só com a negação de direitos sociais, mas também com a ausência de estudos que levem em consideração os diversos modos de habitar a região.

A implementação de políticas habitacionais, especificamente no meio rural, não leva em consideração as particularidades socioambientais e socioculturais que permeiam as diferentes regiões. No caso específico da Resex em estudo, que se caracteriza por ser do tipo marinha, o território está relacionado às atividades extrativistas ligadas à captura de caranguejo e à pesca, ou seja, ao mangue, rios e mares. É necessário considerar essas especificidades na implementação de políticas públicas, visto que o solo, o rio e o mar não podem ser prejudicados devido serem importantes como meio natural por si só; e também por serem fonte de sobrevivência das populações tradicionais da região (ALVES, 2019).

No contexto da REMCT a habitação faz parte do processo de trabalho, portanto, é imprescindível pensar em espaços externos que possam dar conta das atividades de produção dos moradores, bem como, garantir acesso a outros direitos como os serviços de saneamento básicos e de infraestrutura, o que ajuda a atenuar cenários de desigualdades.

Embora saibamos da necessidade de maiores investimentos do poder público nas Reservas Extrativistas, desde os anos 2013 às políticas direcionadas ao território tem sofrido cortes de verbas que afetam diretamente a vida dos moradores. As políticas socioambientais foram alvo de um dos maiores cortes de verbas dos últimos vinte anos. Esses cortes revelam a falta de interesse (político) do governo na implementação de políticas públicas socioambientais. Acreditamos que a ausência de uma forte atuação do Estado nessas regiões se dá por não serem fonte de grande lucro para o capital. Pois, são territórios onde os modos de vida se pautam na sobrevivência através de atividades de trabalho como a pesca artesanal e a captura de caranguejo, por exemplo.

A ausência dos beneficiários no processo de implementação das políticas habitacionais é uma característica que perdura desde quando os primeiros projetos

de habitação popular começaram a se intensificar no Brasil, a partir da década de 1980. Para Gonçalves (2014) essa tendência "segue com a preocupação de "dar um teto", uma proteção ao corpo, nunca se preocupando com as outras necessidades humanas ligadas a casa como memória e convívio, lugar identificador e enraizador onde se produz a subjetividade".

Para além do espaço que abriga as famílias, há a necessidade de falarmos dos espaços coletivos, que são o entorno (rua, calçadas, praças, campos e praias) que abraçam a casa e, ao mesmo tempo, abrem suas portas para que o sujeito encontre o outro, a sua realização e a sua felicidade (GONÇALVES, 2014). E com base em nossas observações identificamos que o "puxadinho" construído pelos moradores (localizado atrás das casas, na área externa) é o resultado da ausência de um olhar mais profundo sobre as necessidades de uma população. É na Casa do INCRA que as relações se estendem, seja para o trabalho, na catação de caranguejo e na organização das redes de pesca, ou como ponto de encontro entre vizinhos, devido os espaços destinados ao convívio nessas comunidades serem escassos.

Os projetos de habitação implementados em territórios protegidos ambientalmente precisam ser adaptados, com vistas a considerar as questões de proteção ambiental, priorizando o uso de materiais de construção que sejam sustentáveis. Embora casas de madeira tenham sido construídas em algumas comunidades, o fator que se considerou não foi o ambiental, mas sim o estrutural, posto que em solos de áreas praianas não é aconselhável a construção de casas em alvenaria, pois sua estrutura pode ceder, segundo informações do INCRA.

Outro fator associado à questão ambiental e que não foi considerado é o saneamento básico. Esse serviço é precário na cidade de Bragança, e o esgotamento sanitário tanto na área urbana como na rural, possui um déficit de atendimento de praticamente 100% (PARÁ, 2020). Esses serviços de saneamento influenciam na conservação do ambiente da REMCT. Além de influenciar na conservação ambiental, o direito à uma habitação associada a serviços de saneamento básico, pode atuar na mitigação das desigualdades sociais e ambientais dentro desse território. Dessa forma, considerar as desigualdades existentes entre os grupos sociais é importante para a construção de políticas habitacionais mais equitativas, e que atuem na sua redução do déficit habitacional e não na promoção de novas formas do problema.

As dimensões funcional e simbólica da habitação, usadas para compreender as formas de adaptação utilizadas pelos moradores contemplados pelo Crédito

Habitacional (II PNRA) refletem a agência das populações tradicionais, ao interferirem na implementação das políticas públicas em seus territórios, mesmo que pós-implementação. Isso nos leva a perceber a necessidade do Estado em reconhecer esses atores sociais na elaboração e implementação das políticas públicas. Pois, quem melhor do que os contemplados para definir suas principais necessidades em uma moradia?

Nossa análise aponta que o padrão de moradia proposto pelo Estado à Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu não considerou a questão ambiental, tão pouco as dimensões funcional e simbólica da habitação, que estão relacionadas à forma como as/os moradoras/es se apropriam dos espaços da habitação e de seu entorno. Esta afirmativa se ancora nas pesquisas de campo, sobretudo na fala das/os entrevistadas/os, que destacam seus esforços para mobilizarem recursos financeiros e de conhecimentos locais tradicionais ligados à sua reprodução social, econômica e cultural, para adequarem à habitação às suas necessidades (ALVES et, al, 2022). Por fim, consideramos que a efetivação do direito à moradia através da implementação de políticas de habitação precisa estar associada a critérios como participação dos atores alvo da política e adequação regional, considerando as especificidades de cada ambiente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu -VOLUME I/II - Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio, 2012.

ACSELRAD, Henri. **Disputas Cognitivas e Exercício da Capacidade Crítica: O Caso dos Conflitos Ambientais no Brasil**. Sociologias, Porto Alegre, Ano 16, N° 35, P. 84-105. 2014.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. - CAP. 1 - pg. 11-45 - Movimentos por Justiça Ambiental: A Degradação Ambiental não é Democrática.

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**. Revista Agenda Política, vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015.

ALENCAR, EDNA F. **Tradição e Mudanças no Modo de Habitar as Várzeas dos Rios Solimões e Japurá, Am**. Iluminuras, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 203-232, jan/jun, 2016.

ALLEGRETTI, Mary. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da Floresta Amazônica. In: ANDERSON, A. etal (org.). **O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará - Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.

ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. Revista brasileira de ciências sociais, RBCS Vol. 19 nº. 55 junho/2004.

ALMEDA, S. S. **Direitos humanos e justiça ambiental em comunidades perfluviais urbanas**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

ALVES, Débora Melo. **Conflitos-socioambientais na cogestão dos recursos materiais na Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu**. Projeto de Pesquisa: Território, Participação e Ação Pública em Unidades de Conservação na Amazônia - CNPq / Núcleo ACTA. Universidade Federal do Pará, 2018.

ALVES, Débora Melo. **Moradia e Pertencimento: A Casa Verde na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. 2019.

ALVES, Débora Melo; PESSOA, Claudia; RIBEIRO, Tânia Guimarães; MOREIRA, Carla Cilene Siqueira. **Política habitacional e desigualdades: reflexões a partir de uma Reserva Extrativista Marinha na Amazônia**. Research, Society and Development, v. 11, n. 13, e22111334992, 2022.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOLTER, Jairo Alfredo Genz. **Interfaces e Cogestão nas Políticas para Agricultura Familiar: Uma Análise do Programa de Habitação Rural**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Social No Brasil**. Revista De História (USP). V.\*, 1994.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes Editora, 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 24/02/2022.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA**. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1985/d91766.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html). Acesso em 15/01/2023.

\_\_\_\_\_. **II Plano Nacional Da Reforma Agrária**. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília: MDA/INCRA, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17804.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17804.htm). Acesso em 24/02/2022.

\_\_\_\_\_. **Legislação**. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/habitacao/progrmas-e-aco-es-snh/67-snh-secretaria-nacional/programas-e-aco-es/3147-legislacaopsh>. Acesso em 20/02/2022.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. **Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d98897.htm#:~:text=DECRETO%20No%2098.897%2C%20DE,vista%20o%20disposto%20no%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm#:~:text=DECRETO%20No%2098.897%2C%20DE,vista%20o%20disposto%20no%20art). Acesso em: 24/02/2022.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Avaliação Programa Minha Casa Minha Vida**. Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Acesso em: 10/01/2023.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Habitação de interesse social**. Mercator, Fortaleza, v. 17, e17004, 2018.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. **O que custa uma moradia (in)sustentável?** IN SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran (Org.). A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia. Belém: Editora Da Universidade Federal Do Pará - Eufpa, 2012. 400p.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. **Cidade Capitalista e Política Urbana no Brasil do Século XXI: Como pensar a realidade periurbana?** IN SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran (Org.). A

Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia. Belém: Editora Da Universidade Federal Do Pará - Edufpa, 2012. 400p.

CARDOZO, Simone de Jesus Ribeiro. **As associações e os desafios da construção do Associativismo: o caso das associações locais e a Assuremacata na comunidade de tamatateua em Bragança-pa.** TCC em Ciências Sociais, 2011.

CARVALHO, Abdias Vilar de; D'INÇÃO, Maria da Conceição. **Reforma Agraria – Significado e Viabilidade.** Petropolis: Vozes/CEDEC, 1982.

CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas.** Lua Nova, São Paulo, 87: 33-62, 2012

CORTES, Soraya Vargas. **Contribuições teóricas e à pesquisa empírica da sociologia às políticas públicas.** Revista Brasileira de Sociologia, V 01, No. 01, jan/jul/2013.

CUNHA, Claudia Conceição. **Institucionalização das reservas extrativistas: da política agrária à política ambiental.** In: Rasia, J. M.; SALLAS, A. L. F.; SCALON, Celi. (Orgs.) Temas da Sociologia Contemporânea. RJ: 7 Letras, 2012.

DAMACENA, Fabíola Aparecida Ferreira. **História de vida de professores e suas implicações na prática pedagógica: um estudo na Vila do Treme em Bragança-Pará.** Dissertação de Mestrado, PPGLSA-UFGA, 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 3. Ed. São Paulo: Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. 67.

ENGELS, Friedrich. **A Questão da Habitação.** Publicado pela primeira vez no jornal Volksstaat. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!". Publicado segundo o texto da edição de 1887.

ESTATUO DA TERRA - **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.** Disponível em: [Http://www.Planalto.Gov.Br/Ccivil\\_03/Leis/L4504.Htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm). Acesso em: 21/05/2020.

FEITOSA, Robson de Sousa. **Morar, pescar e cuidar: Histórias de pescadores da RESEX Caeté-Taperaçú, Bragança– Pará, por meio de fundamentos teórico-metodológicos da História e da Antropologia.** Encontro nacional de história oral, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Mst (1979 –1999).** Tese [Doutorado em Geografia] - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 1999.

FGV, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; CBIC, Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Perenidade dos Programas Habitacionais.** Brasília-DF, abril de 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GONÇALVES, T. (2014). **Habitar: Casa como contingência da condição humana.** Revista INVI, 29(80), 83-108.

CARVALHO, Guilherme. **O desafio urbano amazônico**. IN SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran (Org.). *A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia*. Belém: Editora Da Universidade Federal Do Pará - Eufpa, 2012. 400p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, D. O. **Condições sócio-ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Caeté (Pará, Brasil)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, 2011.

HOLANDA, Anna Carolina Gomes. **Avanços e Limites da Nova Política Nacional de Habitação: Reflexões sobre a Descentralização a Partir do Caso do Estado do Pará**. IN: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran (Org.). *A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia*. Belém: Editora Da Universidade Federal Do Pará - Eufpa, 2012. 400p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa Populacional da Cidade de Bragança em 2019**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/braganca/panorama>. Acesso em: 21/05/2020.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Manual De Procedimentos Para Implantação Do Crédito Instalação Do Programa Nacional De Reforma Agrária Em Reserva Extrativista, Floresta Nacional E Reserva De Desenvolvimento Sustentável, 2011**. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/cartilhamanualprocedimentos.pdf>. Acesso em: 25/08/2021.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) nas Unidades de Conservação Federais, 2019**. Disponível em:

[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacaoes-diversas/o\\_contrato\\_de\\_concessao\\_de\\_direito\\_real\\_de\\_uso\\_ccdru\\_nas\\_ucsfederais.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacaoes-diversas/o_contrato_de_concessao_de_direito_real_de_uso_ccdru_nas_ucsfederais.pdf). Acesso em: 13/09/2021.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de Conservação - Grupo**. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/grupos>. Acesso em 21/02/2022.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Guia de Políticas Públicas para Extrativistas das Unidades de Conservação**. 2016.

Disponível em:

[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacaoes-diversas/guia\\_de\\_politica\\_publicas\\_para\\_extrativistas\\_das\\_ucsf.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacaoes-diversas/guia_de_politica_publicas_para_extrativistas_das_ucsf.pdf). Acesso em 23/02/2022.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. -

Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva; Ministro do Estado do Desenvolvimento Agrário Miguel Soldatelli Rossetto; Presidente do INCRA Rolf Hackbart.

- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Vulnerabilidade Social do Município de Bragança/Pa**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/150170>>. Acesso em 18/07/2022.
- LASCOURMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **A Ação Pública Abordada Pelos seus Instrumentos**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 9, n. 18 (2012).
- LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How** Cleveland, Meridian Books. 1958.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITE LOPES, J. S. **Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos e Sobre da Participação**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 12, N.25. 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São. Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos [S. l: s.n.], 2013.
- MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1ª Edição – São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo De. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio De Janeiro: CPDA/UFRRJ E UNRISD, 2002.
- MEMORIAL CHICO MENDES. **Reservas Extrativistas – Origem do Conceito**. Disponível em: <http://www.memorialchicomendes.org/reservas-extrativistas/>.
- MINC, Carlos. **A Reconquista da Terra: Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma**. Editora Zahar, Rio De Janeiro, Primeira Edição, 1985.
- MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES O BRASIL EM PUNTA DEL ESTE. **Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas**. SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES 1962.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - Conselho**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-povos-e-comunidades-tradicionais/conselho>. Aceso em 23/02/2022 às 20:13h.
- MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A questão da habitação no Brasil**. Mercator, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017.
- MOREIRA, Carla Cilene Siqueira. **Entre a Conservação Ambiental e a Transferência de Renda: O Programa Bolsa Verde em Uma Resex Marinha na Amazônia**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará. 2017.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS. **Moradia Camponesa**. Disponível em: <https://mpabrazil.org.br/moradia-camponesa/>. Acesso em 21/02/2022.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar**. In: NENBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura. São Paulo: Cosac Nayfi, 2006.

OLIVEIRA, Claudiomiro Gomes de. **Desenvolvimento sustentável na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará: construção de um índice de desenvolvimento sustentável para Unidades de Conservação.** Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia, e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2018.

OLIVEIRA, Elayne Martins Sousa de. **A Mediação Social no Acesso dos Trabalhadores Rurais ao Programa Nacional de Habitação Rural: A experiência de Santa Vitória-Matinha.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) Universidade Estadual do Maranhão. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **“Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”:** O MST como movimento socioterritorial moderno. REVISTA USP, São Paulo, n.64, p. 156-172, dezembro/fevereiro 2004-2005.

ONU-HABITAT. **Sobre Nós.** Uma melhor qualidade de vida para todos em um mundo em urbanização. Disponível em: <https://unhabitat.org/about-us>. Acesso em: 03/09/2021.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar.** Gustavo Gili, São Paulo; 1ª edição, 2017.

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. Adotada pela **Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas**, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992.

PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana; GAYOSO, Solange. **Interpretações sobre a casa para produção de moradia.** IN: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran (Org.). A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia. Belém: Editora Da Universidade Federal Do Pará - Edufpa, 2012. 400p.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** 2 ed. São Paulo: Unesp, 2014.

REIS, Elisa P. **Reflexões Leigas Para a Formulação de uma Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas.** RBCS, vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Teoria Da Modernização, A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil – Estados Unidos.** Perspectivas, São Paulo, 30: 151-175, 2006.

RIBEIRO, Rovaine. **A política habitacional recente e sua expressão em municípios da Amazônia oriental: os exemplos de São Sebastião da Boa Vista e São João do Araguaia-PA.** IN SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran (Org.). A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia. Belém: Editora Da Universidade Federal Do Pará - Edufpa, 2012. 400p.

RIBEIRO, Tânia G. **Limites e Desafios da Participação em Processos Decisórios numa Unidade de Conservação.** IN: ESTERCI, Neide; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; (Orgs.). Territórios, mobilizações e conservação socioambiental. São Luiz, EDUFMA, 2016.

RIBEIRO, Tânia Guimarães. SOUSA, Victor. **Cidadania, Renda e Conservação: Percepções sobre uma Política Socioambiental na Amazônia**. Nova Revista Amazônica - Volume Vi - Número Especial - Dezembro 2018.

ROLNIK, R. **Lar, doce Lar (a história de uma fórmula arquitetônica)**. AU. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. ano 1985, n. 3. Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: Impresso; ISSN/ISBN: 01028979.

ROLNIK, R. **Colunista fala sobre a crise de moradia no Brasil e em países da Europa**. Rádio USP. Disponível em: /<https://jornal.usp.br/?p=458786>. 30/09/2021.

SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran (Org.). **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém: Editora Da Universidade Federal Do Pará - Edufpa, 2012. 400p.

SANTANA, Joana Valente. **Pequenas Cidades na Amazônia: Desigualdade e seletividade no investimento da infraestrutura habitacional**. IN: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran (Org.). **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém: Editora Da Universidade Federal Do Pará - Edufpa, 2012. 400p.

SANTOS, Leonardo Bis dos. **Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação**. Ambiente & Sociedade, Campinas v. XII, n. 1, p. 133-150, jan.-jun. 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2006.

SECAP - Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. **Orçamento de Subsídios da União 2021** Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/secretaria-de-avaliacao-planejamento-energia-e-loteria/boletins/boletim-secap-avaliacao-simples-nacional/view>. Acesso em: 06/09/2021.

SECAP - Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. **Relatório de Avaliação Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Acesso em: 15/01/2021.

SILVA JUNIOR, S. R. *et al.* **Conservação dos Recursos Naturais, Práticas Participativas e Institucionalização: Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu/Amazônia Brasileira**. Revista Eletrônica De Geografía y ciencias social es universidadde Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XVIII, núm. 477, 20 de mayo de 2014 [Nueva serie de *Geo Crítica*].

SILVA, Maria Ozanira Da Silva E. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso**. São Paulo, Editora Cortez, 1989.

SILVA, Talita Ingrid. **Conflitos Sociais e Partilha de Políticas Públicas: A Atuação da Associação dos Usuários da Resex Caeté-Taperaçu - Bragança-PA**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará. 2018.

SILVA, José de Arimatéa; NETTO, Sylvio Péllico. **Sistema de inventário Florestal para Seringal Nativo**. Revista Floresta, Edição 32, 2002.

SIIS, **Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará.**

**Abrangência: Bragança.** Fonte Pesquisadas: IBGE/MEC-INEP/DATASUS-IBGE/IDESP/SEGUP-CISP/MCT-PRODES. Fonte:

[https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/braganca\(2\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/braganca(2).pdf). Acesso em: 15/02/2023.

SOUSA, Victor. **Identificação de Políticas Públicas e Sociais Destinadas aos Usuários e Moradores da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu.**

Relatório Técnico científico do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFGA. Belém, PA. Universidade Federal Do Pará, 2017.

SOUSA, Victor. **A Minha Terra É O Mar: A Trajetória de um Movimento**

**Socioambiental no Litoral Da Amazônia.** Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. 2019.

SOUSA, Victor. **Maretório: O Giro Ecoterritorial Dos Povos Extrativistas**

**Costeiro-Marinhos Do Litoral Da Amazônia Paraense Do Litoral Da Amazônia Paraense?.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará. 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: Um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SCHMINK, Marianne e WOOD, Charles H. (2012). **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia.** Belém: Edufpa.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Contexto, 2014. (coleção repensando a Geografia). (anexado).

SVAMPA, Maristella. **Extrativismo Neodesenvolvimentista e Movimentos Sociais.** In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.) Descolonizar o imaginário. São Paulo, Elefante, 2016. (p. 141-171)

VALLADARES, Licia do Prado; FIGUEIREDO, Ademir. **Habitação no Brasil: Uma introdução à literatura recente.** Resenha Bibliográfica. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB, Rio de Janeiro, n. 11, 1.º semestre de 1981.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### QUESTIONÁRIO SEMIABERTO – CRÉDITO HABITACIONAL

##### I – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

1. Qual o seu nome?
2. Sexo
  - ( ) Feminino
  - ( ) Masculino
  - ( ) Outro
3. Qual a sua idade?
  - ( ) 10 a 19 anos
  - ( ) 20 a 49 anos
  - ( ) 50 anos e mais
4. Qual o seu estado civil?
  - ( ) Solteira(o)
  - ( ) Casada(o)
  - ( ) Viúva(o)
  - ( ) Divorciada(o)
  - ( ) Outro
5. Cor/Raça
  - ( ) Branca
  - ( ) Parda
  - ( ) Preta
  - ( ) Indígena
  - ( ) Amarela
7. Local de nascimento (Estado/Município/Comunidade)?
8. Local de moradia atual?
9. Quais suas atividades (pescador, catador de caranguejo, agricultor etc)?
10. Nível de escolaridade
  - ( ) Fundamental incompleto
  - ( ) Fundamental completo
  - ( ) Médio incompleto
  - ( ) Médio completo
  - ( ) Superior incompleto
  - ( ) Superior completo

- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

11. Qual a sua renda mensal?

- 0 a ½ salário mínimo
- ½ a 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- acima de 2 salários mínimos

12. Tem filhos? Se sim, quantos?

13. Há quanto tempo mora nesta comunidade na Resex?

14. É associada/o da ASSUREMACATA ou outra associação? Se sim, qual?

- Sim
- Não

## II – CARACTERIZAÇÃO DO RECEBIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA CRÉDITO HABITACIONAL

15. Poderia me descrever a sua casa. Tudo o que vê nela, como a apresentaria para uma pessoa que nunca esteve aqui?

16. Como conseguiu ter essa casa construída ou reformada?

Quando teve conhecimento do crédito habitacional?

Para que ele serve?

16. Em que ano/período recebeu o crédito habitacional (casa verde/casa do INCRA)?

- 2005 a 2006
- 2007 a 2008
- 2009 a 2013

17. Qual foi o valor recebido? Recebeu de uma vez ou parcelado?

- 5.000
- 7.000
- 15.000
- Outro

18. Como conseguiu o crédito habitacional (casa verde)?

Como ficou sabendo sobre o crédito?

Como conseguiu o acesso ao crédito?

Quem lhe ajudou a conseguir o crédito?

Quem construiu a sua habitação? (se foi uma empresa, veja se a pessoa lembra o nome).

Em quanto tempo ela foi construída?

Quem decidiu como seria a casa (quantos cômodos ela teria, por exemplo)?

## III – CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO (DIMENSÃO FUNCIONAL)

19. A sua casa foi reformada ou construída?

Reformada

Construída

20. Quem decidiu se ela seria reformada ou construída?

21. Quantos cômodos a sua casa tinha antes da reforma ou construção?

1 cômodo

2 cômodos

3 cômodos

4 ou mais cômodos

22. Qual era o material de construção da sua casa?

23. Como era a sua casa antes de ser construída ou reformada pelo Crédito Habitacional?

24. Quantas pessoas moravam na sua casa antes de ser reformada ou construída?

25. Como eram divididos os cômodos?

26. Quantos cômodos a sua casa possui atualmente?

1 cômodo

2 cômodos

3 cômodos

4 ou mais cômodos

27. Quantas pessoas moram na sua casa?

28. Como são divididos os cômodos?

29. Aconteceu alguma mudança (física) na sua casa depois de ser reformada ou construída pelo Crédito Habitacional?

30. A sua rotina (no seu dia-a-dia) mudou depois da construção/reforma da casa?

31. Das coisas que vou falar a seguir, o que a sua casa possui:

Luz elétrica:  sim  não

Água encanada:  sim  não -  rede geral  poço  outro

Esgoto sanitário  sim  não -  rede geral  fossa  outro

Coleta de lixo:  sim  não  outro

Banheiro dentro de casa:  sim - QUANTOS? ( ) ( ) não

Banheiro fora de casa:  sim - QUANTOS? ( ) ( ) não

Privada no banheiro:  sim  não

Pia no banheiro:           ( ) sim   ( ) não

Chuveiro no banheiro       ( ) sim   ( ) não

32. Condições de transporte e acesso a serviços

Posto de saúde           ( ) sim   ( ) não

Escola                   ( ) sim   ( ) não

Transporte               ( ) sim   ( ) não - ônibus ( )   carro ( )   bicicleta ( )  
outro ( )

Porto de embarcações   ( ) sim   ( ) não

Telefone fixo           ( ) sim   ( ) não

Celular                  ( ) sim   ( ) não

Computador/Notebook   ( ) sim   ( ) não

Internet                 ( ) sim   ( ) não

33. O que acha que falta na sua casa?

34. Pretende modificar/aumentar a sua casa? Por que?

Sim ( )

Não ( )

35. O que mais gosta na sua casa?

36. O que menos gosta na sua casa?

V – CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO (DIMENSÃO SIMBÓLICA)

37. Qual é o bem material mais importante para a/o senhora/o?

38. Qual a importância da casa para a/o senhora/o e a sua família?

39. Quais as atividades que a/o senhora/o realiza dentro de casa? A casa está preparada para essas atividades?

40. Qual é o lugar da casa que passa mais tempo?

41. Qual o lugar da casa que mais gosta?

42. O que mais gosta de fazer na sua casa?

43. O que tinha na sua antiga casa que a/o senhora/o sente falta?

44. Acha que existe alguma diferença em morar na cidade e morar na Resex?

45. Pretender/quer morar “pra sempre” nessa casa, ou tem vontade de se mudar?

46. Qual o seu sentimento em relação a essa casa, em uma frase?

- ( ) Não me sinto feliz
- ( ) Me sinto um pouco feliz
- ( ) Me sinto Feliz
- ( ) Me sinto muito feliz

47. A Construção das casas mudou alguma coisa aqui na comunidade?

48. Falta mudar mais alguma coisa? Em relação às casas e a comunidade?

### **LIDERANÇAS:**

49. Em que ano você começou a participar da gestão da Resex pela ASSUREMACATA?

50. Pode me dizer como foi pra vocês conseguirem que a política do crédito habitacional viesse pra Resex?

51. Pode me dizer qual foi a sua participação na implantação da política?

52. Qual era o seu cargo na época que a política chegou na comunidade?

53. Pode me dizer quais eram os critérios para receber a política pública do crédito habitacional?

54. Como foram escolhidas as pessoas que foram contempladas? (se foi por ordem de cadastramento, se foi pela idade, ou pela renda).

55. As moradias que foram construídas deram conta de todas as pessoas que precisavam?

56. Acha que ainda faltam muitas pessoas a obterem a casa?

57. Quais comunidades receberam mais crédito?

58. Como foi o processo de construção das moradias? Quem construiu as casas? (se foi empresa, quem escolheu as empresas).

59. Qual a perspectiva de futuro pra política do crédito habitacional?

60. Tem alguma notícia de que vai voltar a ser implementado na Resex o Crédito Habitacional?

**APÊNDICE B****QUESTIONÁRIO FECHADO – CRÉDITO HABITAÇÃO****I – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA**

Qual o seu nome?

Sexo

- Feminino
- Masculino
- Outro

Qual a sua idade?

- 18 a 28 anos
- 29 a 39 anos
- 40 a 50 anos
- 51 ou mais

Qual o seu estado civil?

- Solteira(o)
- Casada(o)
- Viúva(o)
- Divorciada(o)
- Outro

Cor/Raça

- Branca
- Parda
- Preta
- Indígena
- Amarela

Local de nascimento (Estado/Município/Comunidade)?

Local de moradia atual?

- Castelo
- Treme

Quais suas atividades

- Pescador
- Catador de caranguejo
- Agricultor
- Outro

Nível de escolaridade

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo

- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

Qual a sua renda mensal?

- 0 a ½ salário mínimo
- ½ a 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- acima de 2 salários mínimos

Tem filhos? Se sim, quantos?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 ou mais

Há quanto tempo mora nessa comunidade na Resex?

- 1 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- 10 a 15 anos
- 15 a 20 anos
- 20 anos ou mais
- a vida toda

É associada a ASSUREMACATA ou outra associação? Se sim, qual?

- Sim
- Não

## II – CARACTERIZAÇÃO DO RECEBIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA CRÉDITO HABITACIONAL

Em que ano/período recebeu o crédito habitacional (casa verde/casa do INCRA)?

- 2005 a 2006
- 2007 a 2008
- 2009 a 2013

Qual foi o valor recebido? Recebeu de uma vez ou parcelado?

- 5.000
- 7.000
- 15.000
- Outro

Quem lhe ajudou a conseguir o crédito?

- ICMBIO
- INCRA
- Nelcon
- Zeca Rocha

- João Gama
- Pedro Farias
- Parente ou vizinho
- Outro

Como ficou sabendo sobre o crédito?

- ICMBIO
- INCRA
- Nelson
- Zeca Rocha
- João Gama
- Pedro Farias
- Parente ou vizinho
- Outro

Quem construiu a sua habitação?

- Alguém da comunidade
- Alguém da construtora

Demorou para ser construída?

- sim
- não

Quem decidiu como seria a casa?

- Moradora(o)
- Construtora
- ASSUREMACATA
- INCRA
- ICMBIO

### **III – CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO (DIMENSÃO FUNCIONAL)**

A sua casa foi reformada ou construída?

- Reformada
- Construída

Quem decidiu se ela seria reformada ou construída?

- Moradora(o)
- Construtora
- ASSUREMACATA
- INCRA
- ICMBIO

Quantos cômodos a sua casa tinha antes da reforma ou construção?

- 1 cômodo
- 2 cômodos
- 3 cômodos
- 4 ou mais cômodos

Qual era o material de construção da sua casa?

- Alvenaria
- Madeira
- Barro
- Palha
- Lona
- outro

Quantas pessoas moravam na sua casa antes de ser reformada ou construída?

- 1 a 2
- 3 a 4
- 5 a 6
- 7 a 8
- 9 ou mais

Como eram divididos os cômodos?

- 1 cômodo
- 2 cômodos
- 3 cômodos
- 4 ou mais cômodos

Quantos cômodos a sua casa possui atualmente?

- 1 cômodo
- 2 cômodos
- 3 cômodos
- 4 ou mais cômodos

Quantas pessoas moram na sua casa?

- 1 a 2
- 3 a 4
- 5 a 6
- 7 a 8
- 9 ou mais

Como são divididos os cômodos?

A sua rotina (no seu dia-a-dia) mudou depois da construção/reforma da casa?

- sim
- não

Das coisas que vou falar a seguir, o que a sua casa possui:

Luz elétrica:  sim  não

Água encanada:  sim  não -  rede geral  poço  outro

Esgoto sanitário:  sim  não -  rede geral  fossa  outro

Coleta de lixo:  sim  não  outro

Banheiro dentro de casa:  sim - QUANTOS? ( ) ( ) não

Banheiro fora de casa:  sim - QUANTOS?   não

Privada no banheiro:  sim  não

Pia no banheiro:  sim  não

Chuveiro no banheiro  sim  não

Condições de transporte e acesso a serviços  
Posto de saúde  sim  não

Escola  sim  não

Transporte  sim  não - ônibus  carro  bicicleta  outro

Porto de embarcações  sim  não

Telefone fixo  sim  não

Celular  sim  não

Computador/Notebook  sim  não

Internet  sim  não

O que mais gosta na sua casa?

- Quarto
- Sala
- Cozinha
- Banheiro
- Pátio
- Quintal
- Puxadinho
- Outro

O que menos gosta na sua casa?

- Quarto
- Sala
- Cozinha
- Banheiro
- Pátio
- Quintal
- Puxadinho
- Outro

Pretende modificar/aumentar a sua casa? Por que?

Sim

Não

O que acha que falta na sua casa

- Quarto
- Quintal
- Pátio
- Jirau
- Poço
- Outro

## **V – CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO (DIMENSÃO SIMBÓLICA)**

Qual a importância da casa para a/o senhora/o e a sua família?

- Não é importante
- É um pouco importante
- É importante
- É muito importante

Quais as atividades que realiza dentro de casa?

- Atividades domésticas
- Atividades de trabalho ligado ao extrativismo
- Ambas as atividades

Qual é o lugar da casa que passa mais tempo?

- Quarto
- Sala
- Cozinha
- Banheiro
- Pátio
- Quintal
- Puxadinho
- Outro

Qual o lugar da casa que mais gosta?

- Quarto
- Sala
- Cozinha
- Banheiro
- Pátio
- Quintal
- Puxadinho
- Outro

O que a(o) senhora(o) mais gosta de fazer na sua casa?

- Quarto
- Sala
- Cozinha
- Banheiro
- Pátio
- Quintal

- ( ) Puxadinho
- ( ) Outro

Qual o seu sentimento em relação a essa casa, em uma frase?

- ( ) Não me sinto feliz
- ( ) Me sinto um pouco feliz
- ( ) Me sinto Feliz
- ( ) Me sinto muito feliz

### **LIDERANÇAS:**

Em que ano você começou a participar da gestão da Resex pela ASSUREMACATA?

Pode me dizer como foi pra vocês conseguirem que a política do crédito habitacional viesse pra Resex?

Pode me dizer qual foi a sua participação na implantação da política?

Qual era o seu cargo na época que a política chegou na comunidade?

Pode me dizer quais eram os critérios para receber a política pública do crédito habitacional?

Como foram escolhidas as pessoas que foram contempladas? (se foi por ordem de cadastramento, se foi pela idade, ou pela renda).

As moradias que foram construídas deram conta de todas as pessoas que precisavam?

O(a) senhor(a) acha que ainda faltam muitas pessoas a obterem a casa?

Quais comunidades receberam mais crédito?

Como foi o processo de construção das moradias? Quem construiu as casas? (se foi empresa, quem escolheu as empresas).

Qual a perspectiva de futuro pra política do crédito habitacional?

Tem alguma notícia de que vai voltar a ser implementado na Resex o Crédito Habitacional?

## APÊNDICE C

### QUESTIONÁRIO TÉCNICO INCRA – CRÉDITO HABITAÇÃO

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Local de nascimento (Estado/Município/Comunidade)?
4. Local de moradia atual?
5. Qual a sua formação?
6. Quais a sua função no INCRA?
7. Há quanto tempo trabalha no INCRA?
8. O senhor fez parte do processo de criação da Resex Caeté-Taperaçu? Se sim, pode nos dizer como foi esse processo?
9. O senhor sabe nos dizer como foi para os moradores da Resex conseguirem que a política do crédito habitacional fosse implementada? Como foi o processo de implementação do Crédito Habitacional na Resex Caeté-Taperaçu?
10. Pode me dizer qual foi a sua participação na implantação da política?
11. Qual era o seu cargo na época que a política chegou na comunidade?
12. Pode nos dizer o período em que o Crédito Habitacional foi implementado na Resex Caeté-Taperaçu?
13. Pode me dizer quais eram os critérios para receber a política pública do crédito habitacional?
14. Como foram escolhidas as pessoas que foram contempladas? (se foi por ordem de cadastramento, se foi pela idade, ou pela renda).
15. Quantas pessoas foram contempladas pelo Crédito Habitacional na Resex Caeté-Taperaçu? O senhor acha que ainda faltam muitas pessoas a obterem a casa?
16. Quais comunidades receberam mais crédito?
17. Quais foram os valores do crédito durante os períodos de implementação?
18. Todas as casas foram construídas do zero, ou algumas foram reformadas?

19. Quem decidiu sobre a planta das casas, o modelo que seria implementado? Como foi esse processo de decisão sobre qual seria a planta ideal para as comunidades da Resex?
20. Quais eram os materiais de construção da casa? Quem decidiu que essas seriam as melhores opções de materiais de construção para moradias em uma Reserva Extrativistas?
21. Como foi o processo de construção das moradias? Quem construiu as casas? (se foi empresa, quem escolheu as empresas).
22. A quantidade de pessoas que moravam em cada casa foi levada em consideração nos projetos das moradias?
23. Qual era o tamanho da fossa utilizada pelas construtoras que foram contratadas para executar as obras? Essas fossas seguiam normas sanitárias?
24. Foi previsto no projeto a instalação de fiação elétrica nas moradias?
25. Foi previsto no projeto a instalação de encanamento hidráulico nas moradias?
26. Os moradores tiveram algum tipo de participação antes ou durante a implementação do Crédito Habitacional na Resex?
27. As casas construídas foram feitas com alicerce (estrutura de ferro e amarração)? visto que o terreno onde as casas foram construídas é marcado pela presença de mangue e rio.
28. No caso de algum tipo de acidente ou de rachaduras e falhas na estrutura das casas, os moradores conseguem através do INCRA ou de outro órgão algum tipo de auxílio ou serviço técnico para que o problema seja sanado?
29. Foi feito algum estudo ambiental sobre a região antes da construção das casas?
30. Foram seguidas normas ambientais na implementação do Crédito Habitacional? Se sim, quais?
31. Qual a perspectiva de futuro para a política do crédito habitacional?
32. Tem alguma notícia de que vai voltar a ser implementado na Resex o Crédito Habitacional?

## APÊNDICE D

## DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE IMÓVEL E TERMO DE COMPROMISSO

## DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE IMÓVEL

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro, usuário da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçú, portador da C.I. nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no Município de Bragança, **DECLARO** que **RECEBI** da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperassú, CNPJ Nº 07.652.749/0001-62, com Sede na Rodovia Bragança-Ajurutua Km 2, município Bragança/PA, representada neste momento pelo Presidente, senhor **Nelson Martins Silva**, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº. 397.955.432-53, residente e domiciliado na Vila do Castelo, município de Bragança; **01 (uma) casa de alvenaria na localidade de \_\_\_\_\_, medindo 06m x 07m, totalmente construída em alvenaria, com os recursos do Crédito Instalação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**, conforme contrato celebrado entre a Associação e o Construtor responsável.

**DECLARO** que estou recebendo o imóvel totalmente concluído.

**DECLARO** que ocuparei e conservarei o imóvel recebido, promovendo as melhorias que achar necessárias, de acordo com a NE/079/2008.

**DECLARO** ainda que acompanhei todos os trabalhos de construção do imóvel, até a conclusão dos serviços.

## TERMO DE COMPROMISSO

**DECLARO**, na condição de beneficiário da Resex Marinha Caeté-Taperaçú, fico **CONDICIONADO** a realizar minhas atividades, tendo em vista uma produção sustentável no uso dos recursos pesqueiros (seja na captura, conservação, beneficiamento e comercialização), o **COMPROMETIMENTO COM OS OBJETIVOS DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERAÇÚ**, com o Plano de Utilização/Plano de Manejo, para garantir uma melhoria na qualidade de vida, desenvolvimento sócio ambiental sustentável e conservação dos recursos naturais.

**DECLARO** também, como beneficiário da Resex Caeté-Taperaçú, manter meu cadastro de usuário da Resex, junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio/MMA, sempre que solicitado e prestar apoio, no que possível, para uma atividade na gestão participativa da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú.

Bragança/PA, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assentado

\_\_\_\_\_  
Presidente da Associação

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

APÊNDICE E

LAUDO TÉCNICO

LAUDO TÉCNICO (ANEXO VI)  
FISCALIZAÇÃO DE HABITAÇÕES DO CRÉDITO INSTALAÇÃO - INCRA

PROJETO: RESEX CAETÉ TAPERACÚ BRAGANÇA

MUNICÍPIO: BRAGANÇA UF: PA

CONSTRUTOR: L. A. P. SOARES - ME

Etapa : Última TOTAL : 15 FISCALIZAÇÃO : 15

BENEFICIÁRIO:

DIAGNÓSTICO

1- BOM      2 - REGULAR      3 - PÉSSIMO      4 - INEXISTENTE

Habitação em:  Alvenaria  
 Madeira

Estrutura

Assoalho - Piso

Paredes

Fundação

Telhado

Vigas de amarração superior

Pintura ( Interna/Externa)

Esquadrias

Portas (Tábuas rejuntadas/Almofadas)

Batentes

Janelas (Tábuas rejuntadas/Almofadas)

Banheiro

Vaso Sanitário

Pia

Chuveiro

Relatório final de situação da residência: *OK, entregue*

-----

-----

-----

-----

-----

Bragança, 30/03/14

Beneficiário / Pres. Associação / Comissão

Técnico Responsável

## APÊNDICE F

**RELAÇÃO DE MATERIAIS ADQUIRIDOS POR CONSTRUTORAS  
CASA DE 5 MIL REAIS**

DESCRIÇÃO DE MATERIAIS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA  
MARINHA CAETÉ - TAPERACÚ

| Descrição                                 | Unid | Quant | Valor Unit | Valor Total    |
|---|------|-------|------------|----------------|
| CIMENTO SACO 50KG                         | unid | 25    | 20,00      | 500,00         |
| AREIA CONSTRUÇÃO METRO                    | m3   | 7     | 30,00      | 210,00         |
| TIJOLO 06 FUROS                           | unid | 4000  | 0,28       | 1120,00        |
| PREGO 3x9                                 | kg   | 2     | 6,00       | 12,00          |
| PREGO 2X12                                | kg   | 2     | 6,80       | 13,60          |
| FERRO CA 50 4.2 VARA                      | unid | 6     | 8,25       | 49,50          |
| CAIXILHO MAD MIXTA P/ PORTA               | jogo | 2     | 27,00      | 54,00          |
| CAIXILHO MAD MIXTA P/ JANELA              | jogo | 4     | 18,00      | 72,00          |
| PEÇA 4x2 ANG 4m                           | unid | 19    | 16,40      | 311,60         |
| PERNAMANCA COMUM 4m                       | unid | 4     | 4,20       | 16,80          |
| RIPÃO 2x1 COMUM                           | unid | 49    | 1,70       | 83,30          |
| TELHA COLONIAL                            | unid | 2000  | 0,30       | 600,00         |
| SEIXO METRO                               | m3   | 10    | 2,00       | 20,00          |
| PEDRA METRO                               | m3   | 4     | 55,00      | 220,00         |
| RIPA VERMELHA                             | unid | 4     | 1,50       | 6,00           |
| JANELA MIXTA                              | unid | 4     | 55,00      | 220,00         |
| PORTA MISTA 0,80x2,10                     | unid | 2     | 65,00      | 130,00         |
| DOBRADIÇA 2 1/2                           | unid | 16    | 0,80       | 12,80          |
| TARJETA 2 1/2                             | unid | 8     | 0,60       | 4,80           |
| DOBRADIÇA 3"                              | unid | 6     | 0,95       | 5,70           |
| FEROLHO RED. GAL. 4"                      | unid | 1     | 2,00       | 2,00           |
| ESPUDE P/ VASO SANITARIO                  | unid | 1     | 1,00       | 1,00           |
| PARAFUSO BICRN BNH N° 10                  | unid | 4     | 1,00       | 4,00           |
| BUCHA FIXAÇÃO N. 10                       | unid | 4     | 0,10       | 0,40           |
| RALO SECO QUADRADO SAIDA 40               | unid | 1     | 3,00       | 3,00           |
| CAIXA DE DESCARGA BRANCA S/ ENGATE        | unid | 1     | 14,87      | 14,87          |
| VALVULA LAV. PVC BRANCO                   | unid | 1     | 1,50       | 1,50           |
| TORNEIRA PVC 15 CM 1/2                    | unid | 1     | 2,50       | 2,50           |
| ENGATE PLÁSTICO 40cm                      | unid | 2     | 1,90       | 3,80           |
| JOELHO 90 ESG 100mm                       | unid | 1     | 3,80       | 3,80           |
| JOELHO 90 ESG 40mm                        | unid | 3     | 0,80       | 2,40           |
| TUGO CX DESCARGA C/ CURVA                 | unid | 1     | 6,00       | 6,00           |
| TUBO ESGOTO 100mm                         | unid | 0,5   | 41,26      | 20,63          |
| TUBO ESGOT 40mm                           | unid | 0,5   | 14,70      | 7,35           |
| COLA PVC                                  | unid | 2     | 1,00       | 2,00           |
| FITA VEDA ROSCA                           | unid | 1     | 0,50       | 0,50           |
| JOELHO SOLDA 20mm                         | unid | 3     | 0,40       | 1,20           |
| TEE SOLDA 20mm                            | unid | 2     | 0,60       | 1,20           |
| JOELHO DE SOLDA/ROSCA 20x1/2              | unid | 3     | 1,00       | 3,00           |
| REGISTRO PRESSÃO PVC SOLDA 20mm           | unid | 1     | 3,50       | 3,50           |
| VASO SIMPLES BRANCO                       | unid | 1     | 42,00      | 42,00          |
| LAVATORIO BARNCO PEQUENO                  | unid | 1     | 22,46      | 22,46          |
| CHUVEIRO PVC C/ HASTE 1/2                 | unid | 1     | 3,50       | 3,50           |
| PECHADURA EXTERNA INOX                    | unid | 1     | 21,00      | 21,00          |
| DESPESAS COMBUSTIVEL/ALIMENTAÇÃO E OUTROS | VB   |       |            | 350,00         |
| MÃO DE OBRA                               | VO   |       |            | 600,00         |
| ADMINISTRAÇÃO                             | VB   |       |            | 214,29         |
| <b>TOTAL</b>                              |      |       |            | <b>5000,00</b> |

355

## APÊNDICE G

**RELAÇÃO DE MATERIAIS ADQUIRIDOS POR CONSTRUTORAS  
CASA DE 7 MIL REAIS**



| DESCRIÇÃO                         | Unid. | Quant. | Valor Unit. | Valor Total     |
|-----------------------------------|-------|--------|-------------|-----------------|
| CIMENTO SACO 50 KG                | UN    | 25     | 25,00       | 625,00          |
| AREIA CONSTRUÇÃO METRO            | M³    | 8      | 30,00       | 240,00          |
| TIJOLO 06 FUIROS                  | UN    | 4.000  | 0,28        | 1.120,00        |
| PREGO 3X9                         | KG    | 2      | 8,00        | 16,00           |
| PREGO 2X12                        | KG    | 2      | 8,00        | 16,00           |
| FERRO CA 50 4.2VR                 | UN    | 6      | 10,00       | 60,00           |
| CAIXILHO MAD MISTA P/PORTA        | JG    | 2      | 30,00       | 60,00           |
| CAIXILHO MAD MISTA P/JANELA       | JG    | 4      | 20,00       | 80,00           |
| PEÇA 4X2X ANG 4m                  | UN    | 4      | 40,00       | 160,00          |
| PERNAMANCA COMUM 4m               | UN    | 19     | 10,00       | 190,00          |
| RIPÃO 2X1COMUM                    | UN    | 49     | 2,0         | 98,00           |
| TELHAS                            | UN    | 2.000  | 0,27        | 540,00          |
| SEIXO METRO                       | M³    | 10     | 40,00       | 400,00          |
| PEDRA METRO                       | M³    | 4      | 60,00       | 240,00          |
| RIPA VERMELHA                     | UN    | 4      | 1,50        | 6,00            |
| JANELA MIXTA                      | UN    | 4      | 60,00       | 240,00          |
| PORTA MISTA 0,80 X 2,10           | UN    | 2      | 70,00       | 140,00          |
| DOBRADIÇA 2 ½                     | UN    | 16     | 1,50        | 24,00           |
| TARJETA 2 ½                       | UN    | 8      | 1,00        | 8,00            |
| DOBRADIÇA 3"                      | UN    | 6      | 1,50        | 9,00            |
| FERROLHO RED. GAL. 4"             | UN    | 1      | 10,00       | 10,00           |
| ESPUDE P/VASO SANITARIO           | UN    | 1      | 2,00        | 2,00            |
| PARAFUSO BICRN BNH N°10           | UN    | 4      | 1,00        | 4,00            |
| BUCHA FIXAÇÃO N°10                | UN    | 4      | 0,25        | 1,00            |
| RALO SECO QUADRADO SAIDA 40mm     | UN    | 1      | 5,00        | 5,00            |
| CAIXA DE DESCARGA BRANCA S/ENGATE | UN    | 1      | 30,00       | 30,00           |
| VALVULA LAV. PVC BRANCA           | UN    | 1      | 5,00        | 5,00            |
| TORNEIRA PVC 15CM 1/2             | UN    | 1      | 6,00        | 6,00            |
| ENGATE PLASTICO 40cm              | UN    | 2      | 2,00        | 4,00            |
| JOELHO 90 ESG 100mm               | UN    | 1      | 10,00       | 10,00           |
| JOELHO 90 ESG 40mm                | UN    | 3      | 8,00        | 24,00           |
| TUBO CAIXA DE DESCARGA COM CURVA  | UN    | 1      | 10,00       | 10,00           |
| TUBO ESG. 100mm                   | UN    | 0,5    | 45,00       | 22,50           |
| TUBO ESG. 40mm                    | UN    | 0,5    | 20,00       | 10,00           |
| COLA PVC                          | UN    | 2      | 4,00        | 8,00            |
| FITA VEDA ROSCA                   | UN    | 1,0    | 2,00        | 2,00            |
| JOELHO SOLDA 20mm                 | UN    | 3      | 2,00        | 6,00            |
| TEE SOLDA 20mm                    | UN    | 2      | 5,00        | 10,00           |
| JOELHO SOLDA/ROSCA 20 X ½         | UN    | 3      | 5,00        | 15,00           |
| REGISTRO PRESSÃO PVC SOLDA 20mm   | UN    | 1      | 10,00       | 10,00           |
| VASO SIMPLES BRANCO               | UN    | 1      | 60,00       | 60,00           |
| LAVATORIO BRANCO PEQUENO          | UN    | 1      | 30,00       | 30,00           |
| CHUVEIRO PVC C/HASTER ½           | UN    | 1      | 10,00       | 10,00           |
| FECHADURA EXTERNA INOX            | UN    | 1      | 33,50       | 33,50           |
| DESPESAS COMBUS. ALIMEN. E OUTROS | VB    |        |             | 600,00          |
| MÃO DE OBRA                       | VB    |        |             | 1050,00         |
| FRETE                             | VB    |        |             | 750,00          |
| <b>TOTAL</b>                      |       |        |             | <b>7.000,00</b> |

## APÊNDICE H

**RELAÇÃO DE MATERIAIS ADQUIRIDOS POR CONSTRUTORAS  
CASA DE 15 MIL REAIS**



**CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS REAL LTDA - ME**

CNPJ: 10.873.969/0001-20 - Insc. Munic.: 002699

Av. Marechal Floriano Peixoto, 2563-A - Perpétuo Socorro

CEP: 68.600-000 - Bragança-PA

Fone: (91) 3425-4048 / 8127-9564 / 8172-4982

*[Handwritten signature]*  
S. 12/10

2128  
0

| ITEM | DESCRIÇÃO                                | UNID | QUANT. | VL UNIT    | VL TOTAL             |
|------|--|------|--------|------------|----------------------|
| 31   | TINTA PVA INTERNA                        | LT   | 2      | R\$ 85,00  | R\$ 170,00           |
|      | TINTA PVA EXTERNA                        | LT   | 1      | R\$ 115,00 | R\$ 115,00           |
| 32   | VERNIZ INCOLOR                           | GL   | 2      | R\$ 54,00  | R\$ 108,00           |
| 33   | THINNER                                  | LT   | 1      | R\$ 8,50   | R\$ 8,50             |
| 34   | LIXA P/MADEIRA                           | FL   | 12     | R\$ 0,60   | R\$ 7,20             |
| 35   | ESCAPULAS DE EMBUTIR (SIMPLES)           | PAR  | 2      | R\$ 8,00   | R\$ 16,00            |
| 36   | FECHADURA DE SOBREPOR                    | UNI  | 1      | R\$ 23,50  | R\$ 23,50            |
| 37   | LAJOTA PEI III (COR CLARA)               | M²   | 50     | R\$ 10,00  | R\$ 500,00           |
| 38   | ARGAMASSA (PACOTE DE 20KG)               | SC   | 17     | R\$ 8,00   | R\$ 136,00           |
| 39   | REJUNTE CINZA CLARO                      | KG   | 11     | R\$ 2,50   | R\$ 27,50            |
|      | <b>TOTAL DE MATERIAL</b>                 |      |        |            | <b>R\$ 11.000,00</b> |
|      | MÃO DE OBRA                              |      |        |            | R\$ 2.250,00         |
|      | FRETE, COMBUSTIVEL, ALIMENTAÇÃO E OUTROS |      |        |            | R\$ 700,00           |
|      | MARGEM DE LUCRO 7% DO VALOR TOTAL        |      |        |            | R\$ 1.050,00         |
|      | <b>TOTAL</b>                             |      |        |            | <b>R\$ 15.000,00</b> |

Bragança - Pá, 20 de agosto de 2010.

**CONSTRUREAL**  
 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS REAL LTDA-ME  
 CNPJ: 10.873.969/0001-20

## APÊNDICE L

### LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES - HABITAÇÃO RURAL

| BASE DE COLETA | PROGRAMAS   | INSTITUIÇÃO                         | PRODUÇÃO    | PALAVRA-CHAVE   | AUTOR                                 | TÍTULO   | ANO  |
|----------------|---|-------------------------------------|-------------|-----------------|---------------------------------------|--|------|
| UFPA           | Programa de Pós-Graduação em Antropologia                                       | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ        | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | OLIVEIRA JUNIOR, EMANOEL FERNANDES DE | Sumitsubo: Um Estudo Acerca Das Moradias Construídas Por Imigrantes Japoneses Em Tomé Açú, Pará                              | 2017 |
| CAPES          | Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana                                  | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | ALMEIDA, ARLDO JOSÉ DE                | A Participação De Assessoria Técnica-Político E Da CAIXA No Programa De Subsídio Habitacional Rural                          | 2007 |
| CAPES          | Programa de Pós-Graduação em Geografia  | UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS       | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | ALVES, SANDRA APARECIDA               | Geografia E Gênero: A Ação Das Mulheres Na Luta Pela Moradia Camponesa Na Região Estrada De Ferro Em Goiás                   | 2015 |
| CAPES          | Programa de Pós-Graduação em Administração                                      | UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA      | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | ANDRADE, ALICE ROSADO DE              | Análise Da Implementação Do Programa Nacional De Habitação Rural Em Municípios Da Microrregião De Viçosa - Mg                | 2015 |
| CAPES          | Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional | FACULDADE VALE DO CRICARÉ           | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | ARAUJO, ODINAN ALVES VIEIRA           | Um Estudo Sobre As Políticas Públicas De Desenvolvimento Da Zona Rural Do Município De Água Doce Do Norte – Es               | 2016 |
| CAPES          | Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural                                     | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | ATIYEL, CARIMA OLIVEIRA               | Análise Da Atuação Dos Atores No Desenvolvimento Do Programa Nacional De Habitação Rural No Município De Cachoeira Do Sul/Rs | 2016 |

|       |   |   |             |                 |                                       |   |      |
|-------|---|---|-------------|-----------------|---------------------------------------|---|------|
| CAPEB | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural                    | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL | TESE        | HABITAÇÃO RURAL | BOLTER, JAIRO ALFREDO GENZ            | Interfaces E Cogestão Nas Políticas Para Agricultura Familiar: Uma Análise Do Programa Nacional De Habitação Rural  | 2013 |
| CAPEB | Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola                      | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS         | TESE        | HABITAÇÃO RURAL | BROSLER, TAISA MAROTTA                | O Direito À Moradia No Meio Rural: Significados, Entraves E Potencialidades Para Sua Conquista  | 2015 |
| CAPEB | Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola | UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO     | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | CASULA, DOUGLAS DA SILVA              | Políticas Públicas De Habitação Rural No Sudoeste Matogrossense.  | 2019 |
| CAPEB | Programa de Pós Graduação em Arquitetura                              | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO    | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | COSTA, CARLOS EDUARDO DA SILVA        | Habitacao Como Instrumento Do Desenvolvimento Rural Integrado: Um Estudo De Racionalizacao Pela Autoconstrucao  | 1991 |
| CAPEB | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável     | UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI            | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | COSTA, MILA FONTELES BARBOSA FERREIRA | Habitação Rural E Desenvolvimento Regional – Um Estudo Sobre A Aplicação Sustentável Do Programa Nacional De Habitação Rural No Município De Nova Olinda/Ce | 2018 |
| CAPEB | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo                  | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                 | TESE        | HABITAÇÃO RURAL | FERREIRA, THIAGO LOPES                | Arquiteturas Vernáculas E Processos Contemporâneos De Produção: Formação, Experimentação E Construção Em Um Assentamento Rural                              | 2014 |
| CAPEB | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento socioeconômico           | UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE   | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | GONCALVES, JULIANE POSSAMAI           | Políticas Sociais Habitacionais Rurais No Extremo Sul De Santa Catarina   | 2016 |

|       |  |  |             |                 |                            |  |      |
|-------|--|--|-------------|-----------------|----------------------------|--|------|
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica      | UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA                         | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | GUIMARAES, EDILENE PEREIRA | Moradia E Consumo No Campo: Mudanças E Permanências Face Ao Processo De Urbanização Da Zona Rural De Araponga, MG'                                 | 2013 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Geografia               | UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO | TESE        | HABITAÇÃO RURAL | KONRAD, JOICE              | O Programa Nacional De Habitação Rural (Pnhr): Agentes, Ações E Desafios No Território Da Cidadania Meio Oeste Contestado/Sc                       | 2019 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em em Extensão Rural       | UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA                         | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | LUDWIG, MARCIA PINHEIRO    | Morar No Que E Dos Outros, Morar No Que E Da Gente: Uma Analise De Habitacao De Pequenos Produtores Rurais   | 1993 |
| UFPA  | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ                           | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | FAYAD VIRGILIO, MARINA     | Arquitetura E Lugar: Entre O Conhecimento Formal E Os Saberes Locais No Habitat Ribeirinho Da Amazônia Em Barcarena (Pa)                           | 2021 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                              | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | MAIA, RARAFEL TORRE        | Avaliação Das Variáveis Que Influenciaram No Uso Da Terra Como Material Construtivo Para Habitação Social Rural No Assentamento Rural Sepé Tiaraju | 2011 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural   | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL              | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | MARTINS, VIVIANE SANTI     | LUGAR DA MORADA: A Constituição Do Lugar De Viver De Famílias Rurais No Contexto De Assentamentos Da Reforma Agrária                               | 2009 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ                       | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | MOREIRA, FABIA ROSAS       | Habitação De Interesse Social No Meio Rural: Estudo De Caso Das Vilas Rurais Da Região Metropolitana De Maringá-PR                                 | 2014 |

|       |   |   |             |                 |                                   |   |      |
|-------|---|---|-------------|-----------------|-----------------------------------|---|------|
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Energia e Ambiente                       | UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO                    | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | MOTA, VICTOR NOGUEIRA TEIXEIRA    | Modelo De Unidade Habitacional Rural Unifamiliar Autossuficiente Em Geração E Consumo De Energia Elétrica   | 2016 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura                              | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO              | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | NOGUEIRA, RODRIGO DA CUNHA        | O Processo Participativo Do Projeto Do Assentamento Vida Nova Em Barra Do Pirai-RJ: Um Olhar Retrospectivo Sobre O Método Implementado                                  | 2014 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO                   | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | OLIVEIRA, ELAYNE MARTINS SOUSA DE | A MEDIAÇÃO SOCIAL NO ACESSO DOS TRABALHADORES RURAIS AO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL: A Experiência De Santa Vitória-Matinha                                    | 2016 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Eficiência Energia e Sustentabilidade    | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | PEREIRA, ANDRE VILELA             | Relações De Poder E Representação De Assentados Rurais Com Os Movimentos Sociais De Luta Pela Terra, O Estado E Seus Programas De Habitação Rural Em Mato Grosso Do Sul | 2015 |
| CAPES | Instituto de Arquitetura e Urbanismo                                  | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                           | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | PERES, RENATA BOVO                | Habitação Rural :Discussão E Diretrizes Para Políticas Públicas, Planejamentos E Programas Habitacionais  | 2003 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Política Social                          | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO              | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | PETERSEN, ARINE MONTEIRO          | A Participação Do Movimento De Pequenos Agricultores Na Execução Do Programa Nacional De Habitação Rural No Espírito Santo  | 2015 |

|       |  |  |             |                 |                                  |   |      |
|-------|--|--|-------------|-----------------|----------------------------------|---|------|
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo           | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | PICCINI, ANDREA                  | Estudo Da Habitacao Rural E Do Uso Do Espaco Interno/Externo Pelo Pequeno Produtor E Proprietario Rural. O Caso De Babylonia. Visao Do Ponto De Vista Socio-Cultural. | 1991 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | PINILLA, FELIPE EMILIANO PEREZ   | O Que É Um Habitação Rural Sustentável? Desenho De Um Protótipo E Conceitualização Do Termo   | 2020 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo           | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA   | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | PROMPT, CECÍLIA HELDRICH         | Arquitetura De Terra Em Unidades Agrícolas Familiares: Estudo De Caso No Oeste Catarinense  | 2012 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo           | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | RODRIGUEZ, ANGEL STIVE CASTANEDA | Qualidade Da Habitação Nos Assentamentos Rurais No PNHR/PMCMV Do Estado De São Paulo. Casos: Florestan Fernandes, Dona Carmem E Boa Esperança                         | 2016 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Geografia                         | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | TESE        | HABITAÇÃO RURAL | SANTOS, LEIDE MARIA REIS DOS     | Estado E Desenvolvimento: Uma Análise Dos Mercados Institucionais E Do Programa Nacional De Habitação Rural Em Alagoas E Sergipe                                      | 2016 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica                | UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA           | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | SANTOS, SUELLEN NASCIMENTO DOS   | Realidade, Significado E Expectativas Do Programa Nacional De Habitação Rural: O Caso De Guiricema E São Miguel Do Anta – MG  | 2014 |
| CAPES | Programa de Pós Graduação em Agronomia                         | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO       | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | SARTOR, MARIA BEATRIZ            | Análise Energética E Ambiência De Modelos Arquetônicos Propostos Pelo Programa Nacional De Habitação Rural  | 2016 |

|       |   |   |             |                 |                                       |   |      |
|-------|---|---|-------------|-----------------|---------------------------------------|---|------|
| CAPEB | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo        | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                     | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | SHIMBO, LÚCIA ZANIN                   | A casa é o pivô : mediações entre o arquiteto, o morador e a habitação rural  | 2004 |
| CAPEB | Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo        | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                     | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | SILVA, CECILIA MILANEZ GRAZIANO DA    | Habitação rural: uma luta por cidadania   | 2014 |
| CAPEB | Escola de Engenharia de São Carlos                          | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                     | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | SILVIA, FERNANDO MACHADO GONÇALVES DA | Análise da sustentabilidade no processo de produção de moradias utilizando adobe e bloco cerâmico : caso do assentamento rural Pirituba II - Itapeva-SP | 2007 |
| CAPEB | Engenharia de Energia na Agricultura                        | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA      | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | SILVA, RENATHIELLY FERNANDA DA        | Avaliação Do Ciclo De Vida Energético E De Emissões De Co2 De Sistemas De Vedações Para Uma Habitação Rural De Interesse Social                         | 2017 |
| CAPEB | Desenvolvimento Socioespacial e Regional                    | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO             | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | SOUZA, CLARA RAISSA PEREIRA DE        | Política De Habitação Rural No Maranhão: Da Moradia Camponesa À “Casa Do Governo  | 2017 |
| CAPEB | Escola de Engenharia de São Carlos                          | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                     | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | TAVARES, SIMONE FERNANDES             | Análise da organização coletiva no processo de construção da habitação rural. Caso: Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra Azul - SP                    | 2011 |
| CAPEB | Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais                     | UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | VASCONCELLO S, VIVIANE CEZIMBRA BALEN | Programa Nacional de Habitação Rural: um estudo de dinâmica regional na Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC)                    | 2014 |
| UFPA  | Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ                  | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | DIAS, DANIELLE RODRIGUES              | Espaço, Políticas Públicas E Mobilidade Populacional Na   | 2014 |

|       |  |   |             |                 |                                    |   |      |
|-------|--|---|-------------|-----------------|------------------------------------|---|------|
|       | Desenvolvimento Local na Amazônia                    |   |             |                 |                                    | Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande De Curuçá   |      |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA                       | TESE        | HABITAÇÃO RURAL | VIEIRA, CAROLINA NASCIMENTO        | Habitus E Habitação: A Precarização Ideológica Da Taipa De Sebe No Brasil   | 2017 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil        | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ                      | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | CAMURÇA, ANA PAULA SALES ANDRADE   | Modo de olhar: metodologia para o estudo de moradias rurais   | 2011 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura             | PONITIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | CASTRO, LAURA ISABEL COLLAZOS      | Arquitetura para deslocados. Análise e considerações sobre a moradia urbana oferecida pelo governo à população rural deslocada na Colômbia                  | 2015 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural          | UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA                      | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | D'ÁVILA, CLÁUDIA APARECIDA ROMEIRO | Dentro da roça e perto dos vizinhos: moradias no Assentamento Vereda I  | 2004 |
| CAPES | Programa de Pós-graduação em Energia na Agricultura  | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ            | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | FRIGO, JULIANA PIRES               | Estudo Comparativo Dos Sistemas Construtivos Na Construção De Habitações De Interesse Social Rural Aspectos Energéticos E Econômicos                        | 2014 |
| CAPES | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO                           | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | SERTORI, RODOLFO JOSÉ VIANA        | O mutirão do projeto Inovarural: estratégias da assessoria técnica na produção da moradia rural   | 2012 |
| UFPA  | Programa de Pós-Graduação em Serviço Social          | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ                        | DISSERTAÇÃO | HABITAÇÃO RURAL | SILVA, WALKIRIA MARIA SOUSA DA.    | Produção Do Espaço E Da Moradia Na Amazônia: Uma Análise Do Programa Nacional De Habitação Rural Nas Cidades De Abaetetuba, Santa Isabel Do Pará E Soure-Pa | 2019 |